

Diário do Legislativo de 16/10/2003

MESA DA ASSEMBLÉIA

Presidente: Deputado Mauri Torres - PSDB

1º-Vice-Presidente: Deputado Rêmoló Aloise - PL

2º-Vice-Presidente: Deputado Adelmo Carneiro Leão - PT

3º-Vice-Presidente: Deputado Dilzon Melo - PTB

1º-Secretário: Deputado Antônio Andrade - PMDB

2º-Secretário: Deputado Luiz Fernando Faria - PSDB

3º-Secretário: Deputado Pastor George - PL

SUMÁRIO

1 - ATAS

1.1 - 86ª Reunião Ordinária

1.2 - 23ª Reunião Especial - Destinada a Discutir o Desenvolvimento Econômico dentro do PMDI e do PPAG

1.3 - Reunião de Comissão

2 - ORDENS DO DIA

2.1 - Plenário

2.2 - Comissões

3 - EDITAIS DE CONVOCAÇÃO DE REUNIÃO

3.1 - Plenário

3.2 - Comissões

4 - TRAMITAÇÃO DE PROPOSIÇÕES

5 - COMUNICAÇÃO DESPACHADA PELO SR. PRESIDENTE

6 - MATÉRIA ADMINISTRATIVA

ATAS

ATA DA 86ª REUNIÃO ORDINÁRIA, EM 14/10/2003

Presidência do Deputado Rêmoló Aloise

Sumário: Comparecimento - Abertura - 1ª Parte: 1ª Fase (Expediente): Atas - Correspondência: Mensagem nº 117/2003 (encaminha Projeto de Lei Complementar nº 43/2003), do Governador do Estado - Propostas de Ação Legislativa nºs 10 e 11/2003 - Ofícios - 2ª Fase (Grande Expediente): Apresentação de Proposições: Projetos de Lei nºs 1.166 a 1.177/2003 - Requerimentos nºs 1.608 a 1.627/2003 - Representação nº 9/2003 - Requerimentos dos Deputados Zé Maia e outros, Domingos Sávio, Biel Rocha, Célio Moreira (4), Doutor Ronaldo, Leonardo Moreira (2), Maria Tereza Lara e outro, Miguel Martini, Sargento Rodrigues e Rogério Correia - Comunicações: Comunicações das Comissões de Meio Ambiente, do Trabalho, de Turismo, de Saúde, de Segurança Pública e de Administração Pública e do Deputado Wanderley Ávila - Oradores Inscritos: Discursos da Deputada Marília Campos e dos Deputados Rogério Correia, Sargento Rodrigues e Doutor Viana - 2ª Parte (Ordem do Dia): 1ª Fase: Abertura de Inscrições - Decisão da Presidência (4) - Comunicação da Presidência - Leitura de Comunicações - Despacho de Requerimentos: Requerimentos dos Deputados Doutor Ronaldo, Maria Tereza Lara e outro, Biel Rocha, Célio Moreira (4), Leonardo Moreira (2), Miguel Martini, Rogério Correia e Sargento Rodrigues; deferimento - Inexistência de quórum para votação - Requerimento do Deputado Miguel Martini; deferimento; discurso do Deputado Miguel Martini - Inexistência de quórum para continuação dos trabalhos - Palavras do Sr. Presidente - Encerramento - Ordem do Dia.

Comparecimento

- Comparecem os Deputados:

Mauri Torres - Rêmoló Aloise - Adelmo Carneiro Leão - Antônio Andrade - Luiz Fernando Faria - Pastor George - Adalclever Lopes - Alberto Bejani - Ana Maria Resende - André Quintão - Antônio Carlos Andrada - Antônio Genaro - Antônio Júlio - Biel Rocha - Bonifácio Mourão - Carlos Pimenta - Cecília Ferramenta - Célio Moreira - Chico Rafael - Chico Simões - Dalmo Ribeiro Silva - Dimas Fabiano - Dinis Pinheiro - Djalma Diniz

- Domingos Sávio - Doutor Ronaldo - Doutor Viana - Durval Ângelo - Elmiro Nascimento - Ermano Batista - Fábio Avelar - Fahim Sawan - Gil Pereira - Gilberto Abramo - Gustavo Valadares - Irani Barbosa - Ivair Nogueira - Jayro Lessa - Jô Moraes - João Bittar - José Henrique - Laudelino Augusto - Leonardo Moreira - Leonardo Quintão - Lúcia Pacífico - Luiz Humberto Carneiro - Márcio Passos - Maria José Hauelsen - Maria Olívia - Maria Tereza Lara - Marília Campos - Mauro Lobo - Miguel Martini - Neider Moreira - Olinto Godinho - Padre João - Paulo Cesar - Paulo Piau - Pinduca Ferreira - Ricardo Duarte - Roberto Ramos - Rogério Correia - Sargento Rodrigues - Sebastião Helvécio - Sebastião Navarro Vieira - Sidinho do Ferrotaco - Wanderley Ávila - Weliton Prado - Zé Maia.

Abertura

O Sr. Presidente (Deputado Rêmoló Aloise) - Às 14h15min, a lista de comparecimento registra a existência de número regimental. Declaro aberta a reunião. Sob a proteção de Deus e em nome do povo mineiro, iniciamos os nossos trabalhos. Com a palavra, o Sr. 2º-Secretário, para proceder à leitura das atas das três reuniões anteriores.

1ª Parte

1ª Fase (Expediente)

Atas

- O Deputado Luiz Fernando Faria, 2º-Secretário, procede à leitura das atas das três reuniões anteriores, que são aprovadas sem restrições.

Correspondência

- O Deputado Doutor Viana, 1º-Secretário "ad hoc", lê a seguinte correspondência:

"MENSAGEM Nº 117/2003*

Belo Horizonte, 9 de outubro de 2003.

Excelentíssimo Senhor Presidente da Assembléia Legislativa,

Encaminho a Vossa Excelência, para exame dessa Egrégia Assembléia Legislativa, o Projeto de lei complementar anexo que, dispõe sobre a cessão de integrantes da Polícia Militar e do Corpo de Bombeiros Militar para entidades associativas de militares.

O presente projeto é fruto de proposta conjunta dos Senhores Comandantes da Polícia Militar e do Corpo de Bombeiros Militar do Estado e virá regulamentar a participação de membros eleitos das instituições militares para exercer cargo de direção em entidades associativas que congregam militares.

O projeto dispõe sobre a proporcionalidade e a temporalidade deste exercício, sem prejuízo dos direitos e vantagens dos integrantes dessas instituições e estabelece condições mínimas objetivas para que essas entidades possam se beneficiar do dispositivo legal.

Essas, Senhor Presidente, as razões que me levam a submeter à consideração dos seus nobres pares o presente projeto de lei.

Atenciosamente,

Aécio Neves, Governador do Estado.

PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR Nº 43/2003

Dispõe sobre a cessão de integrantes da Polícia Militar e do Corpo de Bombeiros Militar para entidades associativas de militares e dá outras providências.

Art. 1º - A Polícia Militar e o Corpo de Bombeiros Militar poderão colocar à disposição de entidades associativas de militares membros da ativa das respectivas corporações, se eleitos para exercerem cargo de direção, obedecido o disposto nesta lei.

§ 1º - A disposição a que se refere o "caput" se dará sem prejuízo da remuneração e das demais vantagens do posto ou graduação do militar.

§ 2º - A disponibilidade remunerada a que se refere o "caput" far-se-á pelo período máximo de dois anos, permitida uma recondução por igual período.

§ 3º - O militar colocado à disposição nos termos desta lei ficará agregado ao respectivo quadro e somente poderá, enquanto permanecer nessa situação, ser promovido por antiguidade, contando-se-lhe o tempo de serviço apenas para aquela promoção e transferência para a reserva.

Art. 2º - Somente poderá beneficiar-se do disposto nesta lei a entidade que cumpra simultaneamente todos os seguintes requisitos:

I - ter abrangência de atuação em todo o território do Estado;

II - permitir o ingresso de militares da ativa, inativos e pensionistas, indistintamente entre seus filiados de pelo menos a totalidade de um dos seguintes círculos:

a) cabos e soldados; ou

b) subtenentes e sargentos; ou

c) todos os círculos de oficiais;

III - ter seus estatutos devidamente registrados há pelo menos 3 (três) anos e funcionamento por igual período.

§ 1º - Para os fins desta lei admitir-se-á a entidade associativa que congregue os círculos constantes de mais de uma alínea do inciso II deste artigo.

§ 2º - As entidades associativas poderão integrar, em conjunto ou separadamente, militares da Polícia Militar e do Corpo de Bombeiros Militar.

Art. 3º - Os militares da ativa eleitos para cargo de direção serão colocados à disposição, na seguinte proporção, para cada entidade:

I - de 2.000 (dois mil) a 4.000 (quatro mil) filiados, 1 (um) representante;

II - de 4.001 (quatro mil e um) a 8.000 (oito mil) filiados, 2 (dois) representantes;

III - de 8.001 (oito mil e um) a 12.000 (doze mil) filiados, 3 (três) representantes;

IV - acima de 12.000 (doze mil) filiados, 4 (quatro) representantes.

Art. 4º - O Poder Executivo regulamentará esta lei no prazo de 30 (trinta) dias.

Art. 5º - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação."

- Publicado, vai o projeto às Comissões de Justiça e de Administração Pública para parecer, nos termos do art. 192, c/c o art. 102, do Regimento Interno.

* - Publicado de acordo com o texto original.

PROPOSTA DE AÇÃO LEGISLATIVA Nº 10/2003

- A Proposta de Ação Legislativa nº 10/2003 foi publicada na edição anterior.

PROPOSTA DE AÇÃO LEGISLATIVA Nº 11/2003

- A Proposta de Ação Legislativa nº 11/2003 foi publicada na edição anterior.

OFÍCIOS

Do Sr. João Paulo Cunha, Presidente da Câmara dos Deputados, comunicando que o Relatório Final da Comissão Especial dos Convênios com a União foi encaminhado à Comissão de Fiscalização Financeira e Controle. (- À Comissão de Fiscalização Financeira.)

Do Sr. Agostinho Patrús, Secretário de Transportes e Obras Públicas (3) encaminhando informações relativas aos Requerimentos nºs 584/2003, do Deputado Doutor Ronaldo, 600 e 1.287/2003, do Deputado Domingos Sávio.

Do Sr. Fernando Damata Pimentel, Prefeito Municipal de Belo Horizonte, em atenção ao Ofício nº 2.573/2003, indicando o Secretário Municipal de Estrutura Urbana como representante do Executivo Municipal para oferecer subsídios aos trabalhos da Comissão Especial do Anel Rodoviário. (- À Comissão Especial do Anel Rodoviário.)

Do Sr. Getúlio Neiva, Prefeito de Teófilo Otôni, encaminhando cópia de sua defesa prévia às denúncias feitas pela Deputada Maria José Hauelsen em matéria publicada no jornal "Pé na Estrada" e informando que ingressou com queixa crime contra a parlamentar.

Do Sr. Alexandre Postal, Presidente da UNALE, prestando informações sobre sua gestão à frente da entidade, que congrega todos os Deputados estaduais do País.

Do Sr. José Antônio de Moraes, Chefe do DETRAN-MG, encaminhando cópia de expediente da Divisão de Registro de Veículos que contém informações sobre providências relativas à sinalização de trânsito nessa Divisão, em atenção ao Requerimento nº 1.126/2003, da Comissão de Direitos Humanos. (- À Comissão de Direitos Humanos.)

Do Sr. Djalma Bastos de Moraes, Presidente da CEMIG, encaminhando informações relativas ao Requerimento nº 934/2003, do Deputado Leonardo Moreira.

Do Sr. Renato César do Nascimento Santana, Diretor-Geral do DER-MG, encaminhando, em atenção a convite da Comissão Especial do Anel Rodoviário encaminhado por meio do Ofício nº 2.573/2003/SGM, o nome do representante desse órgão indicado para participar de reunião dessa Comissão. (- À Comissão Especial do Anel Rodoviário.)

Do Cel. PM José Ascânio Ferreira, Chefe do Estado-Maior da PMMG, encaminhando informações relativas ao Requerimento nº 952/2003, da Comissão de Segurança Pública.

Do Sr. Romeu Scarioli, Presidente do BDMG, encaminhando quadro com a posição atualizada dos recursos do Programa de Modernização Institucional e Ampliação da Infra-Estrutura em Município do Estado de Minas Gerais. (- À Comissão de Fiscalização Financeira.)

Do Sr. Carlos Alberto Pereira Gomes, Presidente da Fundação Ezequiel Dias, prestando informações relativas ao Requerimento nº 1.278/2003, da Comissão de Saúde.

Do Sr. Renato César do Nascimento Santana, Diretor-Geral do DER-MG, prestando informações relativas aos Requerimentos nºs 1.112 e 960/2003, da Comissão de Transporte.

Do Sr. Gilson Gilbertoni Burgarelli, Presidente da Fundação Educacional do Vale do Jequitinhonha, prestando informações relativas ao Requerimento nº 1.271/2003, da Comissão Especial da UEMG.

Do Sr. Wallen Alexandre Medrado, Diretor-Geral do IDENE, prestando informações relativas ao Requerimento nº 803/2003, do Deputado Luiz Fernando Faria.

Do Sr. Dimas Wagner Lamounier, Superintendente de Negócios do Escritório Gutierrez da Caixa Econômica Federal, comunicando a liberação de recursos para o Estado referente a contratos de repasse OGU/HABITAR Brasil. (- À Comissão de Fiscalização Financeira.)

Do Sr. José Júlio Coelho Pallone, Gerente-Geral da Agência Gutierrez da Caixa Econômica Federal, comunicando a liberação de recursos destinados à COPASA-MG, referente a contratos assinados com essa instituição financeira, com recursos do FGTS. (- À Comissão de Fiscalização Financeira.)

Do Sr. Marco Antônio Rodrigues da Cunha, Secretário Adjunto de Desenvolvimento Econômico, prestando informações relativas ao Ofício nº 1.787/2003/SGM, em atenção a pedido de diligência da Comissão de Fiscalização Financeira. (- Anexe-se ao Projeto de Lei nº 513/2003.)

Do Sr. Frederico Carlos Von Döllinger da Motta Bastos, Chefe de Gabinete do Secretário de Defesa Social (2), prestando informações relativas aos Requerimentos nºs 1.354/2003, do Deputado Luiz Humberto Carneiro, e 747/2003, do Deputado Leonardo Quintão.

Do Sr. Eduardo Prates Miranda, Chefe de Gabinete do Secretário Municipal de Saúde de Belo Horizonte, agradecendo convite para reunião da Comissão de Saúde. (- À Comissão de Saúde.)

Do Sr. Felipe Estabile Moraes, Chefe de Gabinete da Secretária da Educação, agradecendo convite para reunião da Comissão de Educação. (- À Comissão de Educação.)

Da Sra. Raquel de Oliveira Miranda Simões, Diretora do Tribunal de Contas do Estado, indicando representante desse órgão para participar de reunião da Comissão de Saúde. (- À Comissão de Saúde.)

Da Sra. Maria Tereza de Fátima, Secretária Executiva do Governador do Estado, prestando informações a respeito do Requerimento nº 1.330/2003, do Deputado Doutor Viana.

Do Cel. Roger Matta, Assessor da Subsecretaria de Administração Penitenciária, prestando informações a respeito do Requerimento nº 1.234/2003, da Comissão de Direitos Humanos.

Do Sr. Leonardo Correa Camargo, Gerente do Núcleo de Comunicação do Banco do Brasil, prestando informações a respeito do Requerimento nº 1.222/2003, do Deputado Gilberto Abramo.

Da Sra. Marília Bruschi, Gerente da Divisão de Saneamento da FEAM, prestando informações a respeito do Requerimento nº 1.227/2003, da Comissão do Meio Ambiente.

Da Sra. Maria José Guimarães, Diretora da Superintendência Executiva do Conselho Estadual de Educação, prestando informações a respeito do Requerimento nº 1.010/2003, da Deputada Jô Moraes.

Da Gerência de Informações Institucionais do Ministério do Turismo, prestando informações acerca do trabalho que está sendo desenvolvido pela Câmara de Legislação. (- À Comissão de Turismo.)

Do Presidente do Sind-Saúde, solicitando a realização de audiência pública para se discutir o Projeto de Lei nº 8/2003.

Do Sr. Milton Zschaber de Araújo, Presidente do PROPAGAVENDE, agradecendo voto de congratulações formulado pelo Deputado Doutor Viana por meio do Requerimento nº 1.326/2003.

Das Sras. Siomara G. Videira e Adriana Fonseca, respectivamente Presidente e 1ª-Secretária da União Nacional dos Taquígrafos - UNATAQ Brasil -, encaminhando informações relativas ao IV Encontro dessa entidade, realizado na sede do Poder Legislativo de Santa Catarina.

Do Sr. Raimundo Adriano Silva, Presidente da União dos Jurados do Brasil, solicitando apoio ao Projeto de Lei nº 87/2003. (- Anexe-se ao Projeto de Lei nº 87/2003.)

Do Sr. Agostinho Fernandes da Silveira, Diretor de Administração e Finanças da Companhia Brasileira de Trens Urbanos - CBTU -, em atenção a convite da Comissão Especial da Expansão do Metrô, justificando ausência do Sr. João Luiz da Silva Dias, Diretor-Presidente dessa empresa, em reunião da referida Comissão. (- À Comissão Especial da Expansão do Metrô.)

Da Sra. Myriam Araújo Coelho, Superintendente de Regulação da Secretaria da Saúde (2), prestando informações relativas ao Requerimento nº 768/2003, da Comissão de Saúde, com respeito ao credenciamento do CTI Adulto do Hospital Manoel Gonçalves, no Município de Itaúna; e ao Requerimento nº 1.239/2003, da Comissão do Trabalho.

Do Sr. Geraldo Heleno Lopes, 1º-Secretário do Conselho Estadual de Saúde de Minas Gerais - CESMG -, encaminhando deliberação em que esse órgão se manifesta contra o Projeto de Lei nº 8/2003. (- Anexe-se ao Projeto de Lei nº 8/2003.)

Do Sr. Deusdedith Aquino, Chefe de Gabinete do Presidente do Sistema FIEMG, agradecendo convite para audiência pública encaminhado pela Comissão de Fiscalização Financeira. (- À Comissão de Fiscalização Financeira.)

Do Sr. Fernando Henrique Fonseca, Presidente da CENIBRA, agradecendo a manifestação de aplauso formulada pelo Deputado Doutor Viana por meio do Requerimento nº 1.142/2003.

Do Sr. Rogério Cardoso Rino, Diretor de Vendas a Varejo da TELEMAR, prestando informações a respeito de requerimento do Deputado Dalmo Ribeiro Silva (instalação de telefones públicos no Distrito de São Pedro de Caldas, Município de Caldas) encaminhado por meio do Ofício nº 2.538/2003/SGM.

2ª Fase (Grande Expediente)

Apresentação de Proposições

O Sr. Presidente - A Mesa passa a receber proposições e a conceder a palavra aos oradores inscritos para o Grande Expediente.

- Nesta oportunidade, são encaminhadas à Mesa as seguintes proposições:

PROJETO DE LEI Nº 1.166/2003

Estabelece critérios para distribuição dos recursos estaduais destinados ao transporte escolar e dá outras providências.

A Assembléia Legislativa do Estado de Minas Gerais decreta:

Art. 1º - A distribuição aos municípios de recursos estaduais próprios ou recebidos em transferência, destinados ao transporte escolar de alunos da rede pública estadual, obedecerá aos seguintes critérios:

I - quantidade de alunos transportados;

II - situação das estradas percorridas, se pavimentadas ou não;

III - total das distâncias percorridas por dia, multiplicado pelo número de dias letivos.

Parágrafo único - O município remeterá anualmente ao órgão competente relatório demonstrando os gastos com o transporte de alunos da rede pública estadual.

Art. 2º - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Sala das Reuniões, de de 2003.

Ana Maria Resende

Justificação: A proposta ora apresentada é pertinente e oportuna, tendo em vista a Lei nº 10.709, de 31/7/2003, que acrescenta incisos aos arts. 10 e 11 da Lei nº 9.394, de 20/12/96, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional.

Os referidos incisos dispõem que o Estado assumirá o transporte escolar dos alunos da rede estadual, e o município assumirá o transporte dos alunos da rede municipal. No entanto, faz-se necessário estabelecer os critérios que impliquem uma distribuição mais justa de recursos, de acordo com a conjugação dos fatores que acarretam as despesas diversas. A alocação de recursos será feita a partir da construção de um modelo matemático de modo a estimar as despesas com a manutenção do transporte, a distância percorrida, a situação de precariedade das estradas, bem como o número de alunos a transportar. É importante ressaltar que, quanto maior a distância percorrida, maiores serão os gastos.

Anualmente, os municípios remeterão ao órgão competente demonstrativo com as despesas, para que, caso necessário, possa revisá-las de modo a aumentar ou diminuir os recursos.

Por esses motivos, conto com o apoio dos nobres pares para que assim possamos garantir a segurança, o conforto e a pontualidade dos alunos na sala de aula.

- Publicado, vai o projeto às Comissões de Justiça, de Educação e de Fiscalização Financeira para parecer, nos termos do art. 188, c/c o art. 102, do Regimento Interno.

PROJETO DE LEI Nº 1.167/2003

Declara de utilidade pública a Associação Assistencial Cantina Dona Bernadete Lemos, com sede no Município de Passos.

A Assembléia Legislativa do Estado de Minas Gerais decreta:

Art. 1º - Fica declarada de utilidade pública a Associação Assistencial Cantina Dona Bernadete Lemos, com sede no Município de Passos.

Art. 2º - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Sala das Reuniões, 29 de setembro de 2003.

André Quintão

Justificação: A Associação Assistencial Cantina Dona Bernadete Lemos desenvolve trabalho junto à comunidade carente de Passos, por meio da distribuição de cestas básicas e sopa para aproximadamente 150 crianças, idosos e doentes. Além dessa atividade, realiza cursos de qualificação e oficinas de artes em tapeçaria, crochê, tricô, bordado e pintura, capacitando as pessoas para o mercado de trabalho.

- Publicado, vai o projeto às Comissões de Justiça, para exame preliminar, e do Trabalho, para deliberação, nos termos do art. 188, c/c o art. 103, inciso I, do Regimento Interno.

PROJETO DE LEI Nº 1.168/2003

Cria o Projeto Núcleos Esportivos de Treinamento e Pesquisa.

A Assembléia Legislativa do Estado de Minas Gerais decreta:

Art. 1º - Fica criado o Projeto Núcleos Esportivos de Treinamento e Pesquisa, que se constitui numa articulação de esforços públicos e privados, com o objetivo de fomentar o surgimento e a manutenção de atletas individuais ou equipes esportivas, detectando, promovendo e aperfeiçoando o talento esportivo no Estado, proporcionando-lhes acesso a modernos recursos e técnicas e a assistência à saúde, na busca da consolidação do esporte no Estado, como elemento resgatador da cidadania.

Art. 2º - O Projeto Núcleos Esportivos de Treinamento e Pesquisa tem por objetivos:

I - detectar, promover e aperfeiçoar o talento esportivo no Estado;

II - desenvolver pesquisas nas áreas psicológica e médica ligadas ao desporto;

III - apoiar as seleções esportivas representativas amadoras, oficiais ou não;

IV - divulgar e formar equipes em modalidades esportivas não olímpicas;

V - dar suporte no agendamento de eventos esportivos para atletas ou equipes, buscando a obtenção de títulos metropolitanos, estaduais, nacionais e internacionais,

VI - articular poder público, universidades e entidades privadas na busca do cumprimento dos objetivos desta lei;

VII - buscar intercâmbio com instituições brasileiras e organismos internacionais para realização de estágios e cursos recíprocos em instituições congêneres, permitindo a transferência de conhecimento e de tecnologia;

VIII - identificar e cadastrar os espaços físicos públicos, privados e comunitários que possam ser destinados a um núcleo esportivo, viabilizando, por convênio, a sua instalação;

IX - cadastrar pessoas físicas capacitadas, que possam atuar voluntariamente no projeto, sendo considerada função pública de relevante interesse;

X - apoiar atletas na obtenção de patrocínios, facilitando o contato com potenciais patrocinadores;

XI - apoiar a formação de núcleos esportivos, incentivando a participação de empresas locais no patrocínio de uniformes e material esportivo;

XII - manter página atualizada na Internet, com divulgação de calendário de eventos esportivos, informações para patrocínios, convênios firmados, informações e notícias atualizadas sobre as equipes e atletas apoiados pelo Projeto, assim como informações sobre programas institucionais de interesse, na área do esporte no Estado.

Art. 3º - O Projeto Núcleos Esportivos de Treinamento e Pesquisa apoiará atletas e formará e apoiará equipes para atuar nas diferentes modalidades esportivas, olímpicas ou não.

Parágrafo único - O Projeto utilizará espaços físicos de unidades esportivas da Secretaria de Desenvolvimento Social e Esportes, de escolas estaduais e municipais, universidades, clubes particulares, parques esportivos ou outros conveniados.

Art. 4º - Os Núcleos ou Centros Esportivos poderão oferecer as seguintes modalidades esportivas, entre outras:

a) atletismo;

b) basquetebol;

c) voleibol;

d) handebol;

e) natação;

f) judô;

g) skatismo;

- h) patinação;
- i) boxe;
- j) ginástica olímpica;
- k) futebol de salão e campo;
- l) ciclismo;
- m) peteca;
- n) tênis de mesa.

Art. 5º - Para ser considerada um núcleo esportivo, a unidade deverá oferecer regularmente, no mínimo, três modalidades dos esportes referidos no artigo anterior, exceto quando as modalidades esportivas exigam estrutura diferenciada ou onerosa.

Art. 6º - O Núcleo Esportivo deverá contar com estrutura apropriada para a prática dos esportes escolhidos.

§ 1º - A seleção dos esportes levará em conta as condições físicas do local e a disponibilidade de recursos logísticos, humanos e financeiros.

§ 2º - O Núcleo Esportivo poderá sofrer adaptações para oferecer estrutura adequada à opção feita.

§ 3º - O Núcleo Esportivo será coordenado por um conselho gestor composto paritariamente por representantes da entidade onde funcionará o Núcleo, e dos atletas, assim como por associações esportivas, onde houver, na forma de regulamento.

Art. 7º - O poder público buscará apoio de empresas para o oferecimento de assistência médica e dentária, alimentação, vale-transporte, bolsas de estudos, uniformes, material esportivo e material publicitário para os atletas, assim como disponibilização ou financiamento de professores e técnicos especializados.

Art. 8º - Para candidatar-se ao apoio do Projeto Núcleos Esportivos de Treinamento e Pesquisa, o atleta deverá passar por avaliação médica e teste de aptidão.

Art. 9º - Deverão ser priorizados os candidatos considerados carentes ou que se destaquem em alguma modalidade esportiva, ainda que amadorística, e não disponham de patrocínio.

Art. 10 - O poder público deverá articular esforços privados e públicos, das três esferas, nacionais ou internacionais, com o intuito de construir um centro esportivo estadual com instalações apropriadas e modernas, para a prática das modalidades esportivas de que trata esta lei, prestação de serviços especializados nos esportes voltados para o espetáculo e resultados, buscando a melhoria do desempenho e a prevenção e tratamento de lesões.

Parágrafo único - O Centro Esportivo Estadual deverá contar, ainda, com vestiários, departamento médico-odontológico, equipamentos de ginástica e refeitórios.

Art. 11 - O Centro Esportivo Estadual deverá destinar 80% de seus horários e de sua capacidade de ocupação às atividades de que trata esta lei.

Parágrafo único - Poderá ser cobrada taxa para utilização das instalações por particulares em horários ociosos, obedecido o "caput" deste artigo.

Art. 12 - O Poder Executivo indicará a entidade pública ou privada à qual competirá a operacionalização desta lei, sendo permitida a utilização de espaço publicitário, na forma de regulamento.

Art. 13 - O Projeto Centro Esportivo de Treinamento e Pesquisa buscará a celebração de convênios e termos de cooperação com universidades e empresas, em especial com a Secretaria Nacional de Desenvolvimento de Esporte e de Lazer do Ministério dos Esportes, para propiciar capacitação e treinamento de recursos humanos, assim como reforma, construção e estruturação de núcleos e centros esportivos.

Art. 14 - Poderão ser utilizados, em regime de Banco de Horas, servidores públicos estaduais capacitados, na forma da lei pertinente, para treinamento de atletas nas modalidades esportivas nos núcleos esportivos.

Art. 15 - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 16 - Revogam-se as disposições em contrário.

Sala das Reuniões, 9 de outubro de 2003.

Biel Rocha

Justificação: Nosso projeto tem inspiração em diversas iniciativas vitoriosas que já ocorrem em alguns Estados, municípios e na União.

São duas as linhas principais do projeto: num primeiro momento, a instalação de Núcleos de Treinamento e Pesquisa, que podem ser desenvolvidos em espaços públicos, privados ou comunitários, aproveitando-se estruturas já existentes, em horários ociosos, dando suporte a atletas e formando-se equipes esportivas escolhidas preferencialmente entre atletas considerados carentes.

Salienta-se aqui o pequeno gasto de recursos públicos, já que o poder público comparecerá, especialmente, com recursos logísticos e como articulador e orientador do processo de instalação dos núcleos.

Buscamos, ainda, com nossa proposta, a divulgação e consolidação dos esportes considerados não olímpicos, como o skate, por exemplo, que com pequeno investimento traz um retorno social imenso.

Os professores de Educação Física podem ser recrutados dentro do próprio quadro de professores especializados das escolas, em regime de Banco de Horas, o que também economizaria recursos públicos. Poderá, ainda, haver a contratação de voluntários qualificados, cuja atuação, além de ser considerada função pública relevante, certamente contribuirá para melhor qualificar os currículos profissionais.

Ademais, o comércio local ou grandes patrocinadores serão chamados a contribuir com material esportivo e auxílios financeiros, em troca de espaço publicitário.

O segundo momento do projeto aponta para a construção de um centro esportivo estadual, em parceria com a iniciativa privada, que desenvolva diversas modalidades esportivas, não só olímpicas, dentro de padrões internacionais, modernos e científicos.

Todos sabemos como o esporte funciona como resgate da cidadania e da auto-estima de diversos adolescentes e crianças carentes ou em situação de risco. Urge que o poder público, mesmo sem recursos financeiros, adote uma política de incentivo do esporte no Estado, atuando como um grande articulador da atuação pública e privada.

Na União, temos o Projeto Esporte na Escola, que cria um Núcleo Esportivo em diversas escolas e espaços comunitários, fornecendo material esportivo e até remunerando professores.

No Município de São Paulo, temos a recente implantação dos Centros Educacionais Unificados, que oferecem opções de esporte e lazer, de acordo com a faixa etária. Gostaríamos de destacar que cada CEU contará com uma pista de skate, que é um esporte muito popular entre adolescentes, envolvendo investimento mínimo em termos de estrutura.

Em São Paulo temos, ainda, o Centro Olímpico da Prefeitura, reativado por meio de convênios e parcerias com órgãos públicos, universidades, ONGs empresas, que atende a 1.127 jovens e crianças, dos quais 80% são oriundos da periferia. A Associação Cristã de Moços doou aparelhos de musculação; um acordo com a Escola de Educação Física da USP permite cursos aos técnicos e pesquisa de detecção de talentos entre os atletas; outro acordo, com a Universidade Ibirapuera, oferece 23 estagiários e 22 técnicos de educação física. Um termo de cooperação entre a Secretaria de Esportes e o Instituto Nacional do Desporto de Cuba - Inder - vai propiciar cursos de capacitação para técnicos do Centro Olímpico; e um convênio com a Secretaria de Juventude do Estado permitiu que 180 jovens da Prefeitura obtivessem bolsa de R\$120,00 mensais.

O Centro Olímpico dispõe de um tablado para ginástica olímpica, quadras poliesportivas, piscina olímpica aquecida, academia de boxe, sala de musculação, alojamentos, sala de balé, enfermaria, auditório para 200 pessoas, pista de atletismo, campos de futebol e arquibancada para 2 mil pessoas. Ainda fazem parte do Centro o Setor de Traumatologia do Esporte, o Parque das Bicicletas e o campo de futebol society. O Departamento Médico foi reformado, nele funcionando os serviços médico, odontológico, de nutrição, fisioterapia, enfermagem, psicologia e assistência social, além de atendimento ambulatorial diário.

O Departamento de Ortopedia e Traumatologia conta com 95 modernos aparelhos de fisioterapia e computadores, oferecendo tratamento médico-fisioterápico, além de prevenir lesões e, conseqüentemente, melhorar o rendimento dos atletas.

Diariamente, circulam pelo Centro Olímpico entre 400 e 500 jovens que suam a camisa em busca do sonho de um dia defender a Seleção Brasileira, em sua modalidade. Atualmente, o Centro oferece onze modalidades: atletismo, basquete, boxe, futebol de campo (inclusive feminino), futsal, ginástica olímpica, handebol, judô, luta greco-romana, natação e vôlei.

Até o final de 2004, pretende-se ampliar para 14 o número dos esportes olímpicos, por meio de parcerias com federações, confederações e clubes, para potencializar o desenvolvimento de atletas, atraindo patrocinadores para as equipes que já apresentam resultados expressivos.

Cerca de 5 mil atletas participaram das peneiras realizadas este ano, sendo selecionados aproximadamente 600. Até o final do ano, a estimativa é de que mais 2 mil candidatos passem por novas seleções.

O Centro tem apresentado resultados significativos, dignos de registro, com incontáveis campeões, medalhas de ouro, prata e bronze e excelentes colocações em todas as modalidades que patrocina.

Consideramos as experiências aqui relatadas vitoriosas e inovadoras. Elaboramos, portanto, a presente proposta, uma contribuição efetiva de implantação de uma política para o esporte no Estado, com pequeno investimento de recursos públicos e numa autêntica e moderna parceria com o setor privado, como forma concreta de resgatar a cidadania de muitos adolescentes em situação de desesperança, risco, abandono.

- Publicado, vai o projeto às Comissões de Justiça, de Educação e de Fiscalização Financeira para parecer, nos termos do art. 188, c/c o art. 102, do Regimento Interno.

PROJETO DE LEI Nº 1.169/2003

Declara de utilidade pública a Creche Berçário Jardim de Luz - CBJL - com sede no Município de Ipatinga.

A Assembléia Legislativa do Estado de Minas Gerais decreta:

Art. 1º - Fica declarada de utilidade pública a Creche Berçário Jardim de Luz - CBJL -, com sede no Município de Ipatinga.

Art. 2º - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Sala das Reuniões, 15 de setembro de 2003.

Cecília Ferramenta

Justificação: A Creche Berçário Jardim de Luz - CBJL - é uma entidade civil sem fins lucrativos, de promoção humana, educacional e assistencial, destinada a amparar e educar crianças sem recursos financeiros, priorizando aquelas cujos pais trabalham para a manutenção do lar; auxilia, também, no combate à fome e à pobreza. Por isso, julgamos mais que procedente o título de utilidade pública estadual, já que, de fato, a entidade exerce atividades com este caráter.

- Publicado, vai o projeto às Comissões de Justiça, para exame preliminar, e do Trabalho, para deliberação, nos termos do art. 188, c/c o art. 103, inciso I, do Regimento Interno.

PROJETO DE LEI Nº 1.170/2003

Dispõe sobre recolhimento de valor de multa, preço público e encargos, nas situações que menciona, e dá outras providências.

A Assembléia Legislativa do Estado de Minas Gerais decreta:

Art. 1º - Será dividido em até quatro parcelas mensais, iguais e sucessivas, o recolhimento, ao erário público estadual, de:

I - preços públicos e outros encargos previstos em legislação específica, decorrentes de remoção e estada de veículo e objeto;

II - multa aplicada em razão de infração à legislação de trânsito que:

a) esteja no âmbito de competência e circunscrição do Estado;

b) seja exigível cumulativamente com os preços públicos e encargos dos quais trata o inciso anterior.

Parágrafo único - A ausência de recolhimento, por período superior a sessenta dias, de qualquer das parcelas mencionadas no "caput" implica o vencimento antecipado e imediato das demais parcelas, sem prejuízo de sanção administrativa cabível.

Art. 2º - Ato da direção superior de órgão ou entidade executivos de trânsito do Estado poderá desobrigar o infrator do recolhimento dos preços públicos e encargos previstos no inciso I do art. 1º, uma vez comprovada, nos termos da regulamentação desta lei, a incapacidade do infrator de efetuar esse recolhimento.

Parágrafo único - A medida de que trata o "caput" beneficiará a todos que, na data de sua concessão, estejam na situação nele prevista.

Art. 3º - Esta lei será regulamentada no prazo de noventa dias, contado da data de sua publicação.

Art. 4º - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 5º - Revogam-se as disposições em contrário.

Sala das Reuniões, de de 2003.

Célio Moreira

Justificação: O novo Código de Trânsito Brasileiro aumentou consideravelmente o valor das multas. Os cidadãos estão cada vez mais onerados e não conseguem pagar o que lhes é exigido.

Já existe uma lei no Município de Belo Horizonte que prevê o parcelamento das multas aplicadas pela BHTRANS. O projeto em tela visa a estender esse parcelamento ao âmbito estadual. A expectativa é que se reduza o número de veículos apreendidos nos pátios do DETRAN-MG por débito de multa.

- Publicado, vai o projeto às Comissões de Justiça, de Transporte e de Fiscalização Financeira para parecer, nos termos do art. 188, c/c o art. 102, do Regimento Interno.

PROJETO DE LEI Nº 1.171/2003

Declara de utilidade pública a Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de Vargem Alegre, com sede no Município de Vargem Alegre.

A Assembléia Legislativa do Estado de Minas Gerais decreta:

Art. 1º - Fica declarada de utilidade pública a entidade Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de Vargem Alegre, com sede no Município de Vargem Alegre.

Art. 2º - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Sala das Reuniões, 7 de outubro de 2003.

Djalma Diniz

Justificação: A Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de Vargem Alegre é uma sociedade civil de direito privado, sem fins lucrativos, que não remunera os membros de sua administração, além de reverter a totalidade de suas receitas à consecução de suas finalidades estatutárias. A entidade tem por objetivo prestar assistência a crianças portadoras de deficiência e desenvolver projetos para a melhoria das condições de vida da comunidade.

A referida Associação preenche, assim, os requisitos legais para ser declarada de utilidade pública, razão pela qual espero contar com o apoio dos pares desta Casa para aprovação deste projeto de lei.

- Publicado, vai o projeto às Comissões de Justiça, para exame preliminar, e do Trabalho, para deliberação, nos termos do art. 188, c/c o art. 103, inciso I, do Regimento Interno.

PROJETO DE LEI Nº 1.172/2003

Dispõe sobre a criação da Campanha Anual de Combate à Violência e à Exploração contra Crianças e Adolescentes no Estado e dá outras providências.

A Assembléia Legislativa do Estado de Minas Gerais decreta:

Art. 1º - Fica instituída, no Estado, a Campanha Anual de Combate à Violência e à Exploração contra Crianças e Adolescentes.

Parágrafo único - A campanha de que trata o "caput" tem por objetivos:

I - combater toda e qualquer forma de violência contra crianças e adolescentes, no Estado, principalmente as relacionadas ao trabalho infantil e à exploração sexual;

II - planejar e adotar medidas efetivas de esclarecimento às crianças e aos adolescentes sobre os direitos estabelecidos no Estatuto da Criança e do Adolescente;

III - inibir a cultura da violência, despertando nas crianças e nos adolescentes do Estado a consciência da importância da solidariedade humana e do respeito aos direitos fundamentais da pessoa como pressupostos primordiais da vida em sociedade;

IV - promover atividades de caráter educativo e socioculturais, nas escolas das redes pública e particular de ensino oficial do Estado, durante uma semana de cada ano, visando a concretizar o que dispõem os incisos I, II e III deste parágrafo único.

Art. 2º - O Poder Executivo, no prazo de sessenta dias, contados da publicação desta lei, constituirá Comissão Especial, que terá como responsabilidade elaborar, anualmente, a campanha sobre a qual dispõe esta lei.

§ 1º - A Comissão Especial será composta pelos seguintes membros:

I - um representante da Secretaria de Estado de Desenvolvimento Social e Esportes;

II - um representante da Secretaria de Estado da Educação;

III - um representante do Conselho Estadual da Criança e do Adolescente - CEDCA -;

IV - um representante do Ministério Público Estadual;

V - um representante da Comissão de Direitos Humanos da Assembléia Legislativa;

VI - um representante da Comissão de Defesa dos Direitos Humanos da Ordem dos Advogados do Brasil - OAB, Seção de Minas Gerais;

VII - um representante da Associação dos Conselhos Tutelares do Estado de Minas Gerais;

VIII - um representante do Sindicato dos Professores do Ensino Oficial do Estado de Minas Gerais.

§ 2º - A Comissão Especial poderá requisitar funcionários públicos estaduais para assessorá-la.

§ 3º - A Comissão Especial funcionará junto à Secretaria de Estado de Desenvolvimento Social e Esportes, que lhe prestará todo o apoio e a infra-estrutura necessários.

§ 4º - O Poder Executivo regulamentará a campanha de que trata esta lei, no prazo de trinta dias a partir da finalização dos trabalhos da Comissão Especial, de acordo com as conclusões estabelecidas por esta.

Art. 3º - As despesas com a execução desta lei correrão à conta de dotações financeiras próprias, consignadas no orçamento vigente e suplementadas, se necessário, devendo as previsões futuras destinar recursos específicos para o seu fiel cumprimento .

Parágrafo único - As campanhas a que se refere o "caput" serão realizadas em todas as unidades de ensino do Estado.

Art. 4º - O Poder Executivo adotará todas as providências cabíveis e necessárias para a publicização do disposto nesta lei, incluindo a afixação das espécies legais nas escolas das redes pública e privada do Estado, em locais visíveis.

Art. 5º - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 6º - Revogam-se as disposições em contrário.

Sala das Reuniões, 7 de outubro de 2003.

Fahim Sawan

Justificação: A realidade brasileira atual está marcada por profundos e sérios problemas. Os que se referem a crianças e adolescentes deveriam despertar especial atenção de todos os que se propõem a trabalhar para a vigência de relações sociais mais justas e fraternas. A exploração sexual de crianças e adolescentes e o trabalho infantil são duas dessas realidades nacionais que, além de envergonharem a nação, precisam ser superadas para que possamos ter um país com real potencial de desenvolvimento.

Entretanto, não é isso o que temos verificado. No que se refere à exploração sexual, não existem dados concretos de quantos jovens se encontram nessa situação. Sabemos pela imprensa que não são poucos, e que muito pouco tem sido feito para evitar tal fato.

Por sua vez, o trabalho infantil se apresenta como outra realidade que agride profundamente os direitos fundamentais da criança e do adolescente, já estabelecidos pelo Estatuto da Criança e do Adolescente - ECA. A sociedade tem mostrado preocupação com esse fato, e isso já vem sendo observado em entidades de apoio à causa, como, por exemplo, a Associação Brasileira das Indústrias de Brinquedos - ABRINQ -, mais conhecida como Empresa Amiga da Criança.

É fundamental a participação do poder público, pela promoção de políticas públicas que colaborem para o fim de toda violência e exploração contra crianças e adolescentes, e essa nossa iniciativa parlamentar se propõe a isso especificamente. Além desse objetivo, a propositura que ora apresentamos atende também às reivindicações da sociedade mineira, que atualmente sofre com o aumento da violência. Tratando o jovem de hoje com respeito e dignidade, amanhã teremos homens mais preparados e menos sujeitos a influência da violência, enfim, uma sociedade mais segura.

Por isso, vimos apresentar o projeto de lei à apreciação dos nobres pares, acreditando que saberão honrar a responsabilidade que da sociedade receberam. Acatando esta proposição o Legislativo mineiro estará dando um passo fundamental para tratar adequadamente o problema da violência e da exploração que atingem as crianças e adolescentes em nosso Estado.

- Publicado, vai o projeto às Comissões de Justiça, do Trabalho e de Fiscalização Financeira para parecer, nos termos do art. 188, c/c o art. 102, do Regimento Interno.

PROJETO DE LEI Nº 1.173/2003

Autoriza o Poder Executivo a criar o Programa de Combate à Violência contra a Mulher e dá outras providências.

A Assembléia Legislativa do Estado de Minas Gerais decreta:

Art. 1º - Fica o Poder Executivo autorizado a criar o Programa de Combate à Violência contra a Mulher, com a finalidade de prestar assistência à saúde física e mental das mulheres vítimas de violência.

Art. 2º - O Programa será executado pela Secretaria da Saúde, em cooperação com o Conselho Estadual da Mulher, e integrado pelos órgãos e entidades da administração estadual.

Art. 3º - Fica autorizada a criação de um grupo de trabalho com a incumbência de articular as medidas necessárias à implantação do Programa instituído por esta lei.

Parágrafo único - O grupo será integrado por representantes dos órgãos e entidades envolvidos no Programa, designados pelo Governo do Estado.

Art. 4º - Esta lei será regulamentada pelo Poder Executivo.

Art. 5º - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 6º - Revogam-se as disposições em contrário.

Sala das Reuniões, 7 de outubro de 2003.

Fahim Sawan

Justificação: O aumento da violência praticada contra a mulher tem sido anunciado sistematicamente nos meios de comunicação. A maior porta de entrada desses casos é o sistema público de saúde, que, infelizmente, não conta com recursos para dar um atendimento necessário a esse grave problema.

É necessário melhorar e aprimorar o serviço prestado, qualificando os quadros técnicos e funcionários e criando uma interface com os serviços já existentes. As Prefeituras poderão colaborar, adequando sua política pública às necessidades das mulheres vítimas de violência. A solução desse gravíssimo problema exige o esforço de todos os segmentos da sociedade.

O problema tem tamanha gravidade que pode ser considerado uma questão de saúde pública, além de uma violação explícita dos direitos humanos. O Banco Mundial estima que esse gênero de violência, no mundo, cause mais danos e mortes às mulheres entre 15 e 44 anos do que o câncer, a malária, os acidentes de trânsito ou até mesmo a guerra. Pelo menos uma em cada três mulheres sofre violência física, sexual ou alguma outra forma de abuso, usualmente nas mãos de uma pessoa íntima ou membro da família.

A violência é a expressão mais cruel do baixo "status" feminino na sociedade. Estudos recentes demonstram que atitudes femininas simples podem dar ensejo à violência doméstica. Desobedecer ao marido, retrucar, recusar sexo, não preparar a comida a tempo, falhar no cuidado com as crianças ou a casa, questionar o marido a respeito de dinheiro ou mulheres ou até sair de casa sem a sua permissão podem servir de

desculpa para agressão.

A violência sexual e doméstica confronta-se também com os esforços de promover o planejamento familiar e a saúde sexual e reprodutiva no mundo. Mulheres violentadas tendem a não fazer uso de serviços de planejamento familiar, ainda que os métodos estejam disponíveis. Por medo da reação de seus maridos, muitas vezes elas evitam até falar a respeito do assunto. As principais conseqüências desse tipo de situação são gravidez indesejada, abortos inseguros, complicações por gestações freqüentes e de alto risco, DST, problemas ginecológicos persistentes e danos psicológicos graves.

No final da década de 80, o IBGE constatou que 63% das vítimas de agressões físicas ocorridas no espaço doméstico eram mulheres.

Pela primeira vez, reconhecia-se oficialmente esse tipo específico de criminalidade. Hoje, novos estudos e levantamentos vêm sendo feitos por órgãos estaduais e organizações não-governamentais, o que tem contribuído para tornar o problema ainda mais visível.

Apenas uma em cada dez mulheres em situação de violência, que procuram atendimento médico, é oficialmente reconhecida pelos profissionais de saúde como mulher espancada. Na maioria dos casos, o espancamento é negado, ou sua importância é diminuída. As respostas médicas às mulheres espancadas tendem a se limitar ao tratamento das lesões físicas causadas pelo espancamento e, em muitos casos, a culpar a vítima pela violência (Fonte: Casa de Cultura da Mulher Negra, 2001.).

São esses os fatos que nos motivaram a formular esse projeto, sendo a nossa intenção melhorar a qualidade do atendimento às mulheres vítimas de violência.

- Publicado, vai o projeto às Comissões de Justiça e de Saúde para parecer, nos termos do art. 188, c/c o art. 102, do Regimento Interno.

PROJETO DE LEI Nº 1.174/2003

Regulamenta o Tombamento da Serra da Piedade, na forma que dispõe o art. 84, § 1º, do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias da Constituição do Estado.

A Assembléia Legislativa do Estado de Minas Gerais decreta:

Art. 1º - Nos termos do § 1º do art. 84 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias da Constituição do Estado, fica estabelecido, como definidores da área de demarcação da Serra da Piedade, descrita geograficamente e em coordenadas UTM, os seguintes limites: começa no Ponto 1, coordenada norte 7808755.13 e coordenada este 636685.82; Ponto 2, coordenada norte 7808436.05; e coordenada este 635799.11 Ponto 3, coordenada norte 7808050.57 e coordenada este 634868.64; Ponto 4, coordenada norte 7807464.39 e coordenada este 634640.72; Ponto 5, coordenada norte 7806382.43 e coordenada este 632144.98; Ponto 6, coordenada norte 7805887.71 e coordenada este 632329.66; Ponto 7, coordenada norte 7806496.66 e coordenada este 634390.82; Ponto 8, coordenada norte 7806820.48 e coordenada este 636140.76; Ponto 9, coordenada norte 7806793.95 e coordenada este 636588.36; Ponto 10, coordenada norte 7806403.60 e coordenada este 637492.94; Ponto 11, coordenada norte 7806479.39 e coordenada este 637576.37; Ponto 12, coordenada norte 7806737.07 e coordenada este 637652.24; Ponto 13, coordenada norte 7806372.49 e coordenada este 638397.36; Ponto 14, coordenada norte 7806052.34 e coordenada este 638432.31; Ponto 15, coordenada norte 7805957.60 e coordenada este 638504.38; Ponto 16, coordenada norte 7805896.97 e coordenada este 638800.26; Ponto 17, coordenada norte 7805965.18 e coordenada este 638845.77; Ponto 18, coordenada norte 7806336.56 e coordenada este 638743.37; Ponto 19, coordenada norte 7806351.72 e coordenada este 639141.65; Ponto 20, coordenada norte 7806622.06 e coordenada este 639328.83; Ponto 21, coordenada norte 7806565.22 e coordenada este 639780.24; Ponto 22, coordenada norte 7806868.37 e coordenada este 640330.24; Ponto 23, coordenada norte 7807531.30 e coordenada este 641324.34; Ponto 24, coordenada norte 7807718.21 e coordenada este 641261.98; Ponto 25, coordenada norte 7808171.82 e coordenada este 640794.50; Ponto 26, coordenada norte 7808190.76 e coordenada este 641101.75; Ponto 27, coordenada norte 7808289.29 e coordenada este 641181.40; Ponto 28, coordenada norte 7808492.03 e coordenada este 641083.66; Ponto 29, coordenada norte 7808636.03 e coordenada este 641254.36; Ponto 30 coordenada norte 7808255.06 e coordenada este 642050.54; Ponto 31, coordenada norte 7808765.42 e coordenada este 642170.24; Ponto 32, coordenada norte 7808833.63 e coordenada este 642151.26; Ponto 33, coordenada norte 7808932.17 e coordenada este 642018.52; Ponto 34, coordenada norte 7809221.54 e coordenada este 642147.60; Ponto 35, coordenada norte 7809187.43 e coordenada este 642322.10; Ponto 36, coordenada norte 7809547.45 e coordenada este 642583.84; Ponto 37, coordenada norte 7810764.16 e coordenada este 642849.86; Ponto 38, coordenada norte 7811090.07 e coordenada este 642648.80; Ponto 39 coordenada norte 7811063.54 e coordenada este 642413.62; Ponto 40, coordenada norte 7810702.11 e coordenada este 641964.56; Ponto 41, coordenada norte 7810376.20 e coordenada este 641672.49; Ponto 42, coordenada norte 7810186.73 e coordenada este 641714.22; Ponto 43, coordenada norte 7810054.10 e coordenada este 642146.65; Ponto 44, coordenada norte 7809357.60 e coordenada este 641652.86; Ponto 45, coordenada norte 78092247.96 e coordenada este 640822.13; Ponto 46, coordenada norte 7809128.51 e coordenada este 640524.87; Ponto 47, coordenada norte 7809189.85 e coordenada este 640122.13; Ponto 48, coordenada norte 7809114.58 e coordenada este 639381.35; Ponto 49, coordenada norte 7809641.33 e coordenada este 639066.49; Ponto 50, coordenada norte 7809816.94 e coordenada este 638644.32; Ponto 51, coordenada norte 7809416.27 e coordenada este 637434.38.

Parágrafo único - As coordenadas constantes neste artigo compreendem uma área de 1.945,50ha e um perímetro de 30.958,90m.

Art. 2º - Fica autorizado o Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico - IEPHA-MG -, a inscrever em seu Livro do Tombo Arqueológico, Etnográfico e Paisagístico, previsto no art. 4º da Lei nº 5.775, de 30 de setembro de 1971, e no art. 4º, inciso I, do Decreto nº 14.374, de 10 de março de 1972, a serra de que trata esta lei, situada nos Municípios de Caeté e Sabará, observados os limites descritos no artigo anterior.

Art. 3º - O plano de recuperação da área degradada, nos limites geográficos estabelecidos nesta lei, será aprovado pelo órgão ambiental competente, conforme a legislação em vigor, e executado pela empresa mineradora responsável pela degradação.

Art. 4º - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 5º - Revogam-se as disposições em contrário.

Sala das Reuniões, 6 de outubro de 2003.

Gustavo Valadares

Justificação: A proposição que ora se apresenta, vem ao encontro do desejo incontestado do mundo moderno de podermos manter e preservar o pouco que ainda resta das reservas do patrimônio natural e de importância ecológica.

A Serra da Piedade é um destes poucos e raros perímetros onde encontramos raros elementos da fauna e flora brasileira, além de se constituir, também, em um centro histórico e religioso, haja vista a presença no topo desta serrania do Santuário de Nossa Senhora da Piedade, erigida no primeiro quarto do século XVIII, e até hoje ponto de visitação e de reverência dos catolicos.

Necessario e ressaltar que em 26/9/56, o Instituto do Patrimonio Historico e Artístico Nacional - IPHAN -, por meio do processo de numero 526-T, procedeu ao Tombamento do Conjunto Paisagístico e Arquitetnico do Santuário de Nossa Senhora da Piedade. Ainda, em documentação mais remota, qual seja o Decreto-Lei 25, de 30/11/37, foi estabelecido que "o monumento historico e natural constituído pela Ermida de Nossa Senhora da Piedade e a própria Serra em que a mesma se acha situada" ficam tombadas de acordo com esta norma legal.

Também e de relevância dizer que, segundo a Fundação Zoobotânica de Belo Horizonte, a região na qual se encontra inserida a Serra da Piedade e área de extrema importância biológica, no que diz respeito à fauna e  flora. A Serra da Piedade funciona como um laboratório natural para a evolução dos anuros do Sudoeste do Brasil, e possui pelo menos três espécies da flora de Minas Gerais que constam da Lista Vermelha de espécies ameaçadas de extinção e mais sete espécies que presumivelmente também estão ameaçadas de extinção. Além disso, estudos de biólogos afirmam que existem pelo menos duas espécies de bromélias que são ocorrem nesta rea.

A regulamentação que ora se propõe visa ao definitivo tombamento desta área, como assim desejava o legislador mineiro quando da promulgação da Carta Maior Estadual, e que, sem dvida, manter esta reserva na forma como foi conhecida e que encantou aos naturalistas alemães Spix e Martius e ao viajante francês Auguste de Saint-Hilaire, no século XIX, além dos milhares de turistas que se deslumbram com sua paisagem, hoje ameaçada.

Na certeza de poder estar, com esta proposição, levando um grande benefício  sociedade mineira, espero poder contar com o apoio dos nobres colegas ao projeto de lei em causa.

- Publicado, vai o projeto às Comissões de Justiça e de Meio Ambiente para parecer, nos termos do art. 188, c/c o art. 102, do Regimento Interno.

PROJETO DE LEI N 1.175/2003

Declara de utilidade pública a Associação dos Dependentes de Hemoderivados de Uberlândia - ASDHU -, com sede nesse município.

A Assembléa Legislativa do Estado de Minas Gerais decreta:

Art. 1 - Fica declarada de utilidade pública a Associação dos Dependentes de Hemoderivados de Uberlândia - ASDHU -, com sede nesse município.

Art. 2 - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3 - Revogam-se as disposições em contrário.

Sala das Reuniões, 7 de outubro de 2003.

Luiz Humberto Carneiro

Justificação: A ASDHU, em regular funcionamento no Município de Uberlândia, tem por finalidade colaborar com a classe médica e com profissionais especializados, objetivando produzir serviços técnicos, bem como implementar estudos e pesquisas vinculados ao controle e tratamento dos dependentes de hemoderivados.

A entidade procura amparar clínica, moral e psicologicamente os seus associados dependentes de hemoderivados e portadores de desordens hemorrágicas.

Em virtude do trabalho desenvolvido pela Associação, espero contar com o apoio dos nobres pares para declar-la de utilidade pública.

- Publicado, vai o projeto às Comissões de Justiça, para exame preliminar, e de Saúde, para deliberação, nos termos do art. 188, c/c o art. 103, inciso I, do Regimento Interno.

PROJETO DE LEI N 1.176/2003

Declara de utilidade pública a Ação Moradia, com sede no Município de Uberlândia.

A Assembléa Legislativa do Estado de Minas Gerais decreta:

Art. 1 - Fica declarada de utilidade pública a Ação Moradia, com sede no Município de Uberlândia.

Art. 2 - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3 - Revogam-se as disposições em contrário.

Sala das Reuniões, outubro de 2003.

Weliton Prado

Justificação: A Ação Moradia, com sede no Município de Uberlândia, foi fundada em 17/3/93. É uma sociedade civil de interesse público, sem fins lucrativos, que não oferece remuneração ou vantagens a seus Diretores, sócios, Conselheiros, instituidores, benfeitores ou equivalentes.

O objetivo maior da entidade é a prestação de serviços gratuitos de forma permanente, sem nenhuma discriminação, congregando iniciativas comunitárias e objetivando a promoção humana junto às comunidades carentes.

A entidade visa a formação moral, profissional, cultural e cidadã, assim como a segurança alimentar, por meio da distribuição de alimentos sob a forma de cestas básicas; o auxílio à moradia, por intermédio de subsídio para a compra de material de construção e apoio técnico; a saúde; a educação; o ensino de atividades profissionalizantes para o auto-sustento; e a promoção das artes e da cultura.

A referida instituição presta relevantes serviços ao Município de Uberlândia, sendo imperativa a aprovação deste projeto por nossos ilustres pares.

- Publicado, vai o projeto às Comissões de Justiça, para exame preliminar, e do Trabalho para deliberação, nos termos do art. 188, c/c o art. 103, inciso I, do Regimento Interno.

PROJETO DE LEI Nº 1.177/2003

- O teor do Projeto de Lei nº 1.177/2003, do Deputado Miguel Martini, foi publicado como proposição não recebida na edição do dia 27/2/2003.

REQUERIMENTOS

Nº 1.608/2003, do Deputado Alberto Pinto Coelho, solicitando seja formulado voto de congratulações com a comunidade do Município de Lavras pelo transcurso do 181º aniversário de sua emancipação. (- À Comissão de Assuntos Municipais.)

Nº 1.609/2003, da Deputada Ana Maria Resende, solicitando seja formulado apelo ao Governador do Estado e ao Secretário da Fazenda com vistas a que seja elevada a alíquota do ICMS sobre solventes como forma de combate à adulteração de gasolina. (- À Comissão de Fiscalização Financeira.)

Nº 1.610/2003, do Deputado Domingos Sávio, solicitando seja formulado voto de congratulações com o Sr. Túlio Mourão, Diretor Artístico do Festival Internacional de Jazz de Ouro Preto, pelo sucesso do evento.

Nº 1.611/2003, do Deputado Domingos Sávio, solicitando seja formulado voto de congratulações com a Sra. Mariana Martins, produtora responsável pela realização do Festival Internacional de Jazz de Ouro Preto, pelo sucesso do evento. (- Distribuídos à Comissão de Educação.)

Nº 1.612/2003, do Deputado Domingos Sávio, solicitando seja formulado voto de congratulações com o Governador do Estado pelo lançamento do Programa Viva Vida. (- À Comissão de Saúde.)

Nº 1.613/2003, do Deputado Domingos Sávio, pleiteando sejam solicitadas ao Presidente do BDMG informações sobre contratos relativos ao Projeto SOMMA, firmados entre esse Banco e a Prefeitura Municipal de Divinópolis. (- À Mesa da Assembléia.)

Nº 1.614/2003, do Deputado Doutor Viana, solicitando seja formulado voto de congratulações com o Colégio Arnaldo por seu 91º aniversário de fundação, a ser comemorado em 10/12/2003. (- À Comissão de Educação.)

Nº 1.615/2003, do Deputado Leonardo Moreira, solicitando seja formulado voto de congratulações com o Sr. Wagner Luiz Abranches por sua posse no cargo de Delegado Regional de Ubá. (- À Comissão de Administração Pública.)

Nº 1.616/2003, do Bloco PT-PCdoB, pleiteando sejam solicitadas ao Presidente do IPSEMG informações sobre o funcionamento do Hotel da Previdência, em Araxá.

Nº 1.617/2003, da Comissão de Direitos Humanos, pleiteando sejam solicitadas ao Chefe da Polícia Civil do Estado informações sobre o número e o nome dos servidores "ad hoc" à disposição desse órgão, em especial na Delegacia de Igarapé.

Nº 1.618/2003, da Comissão de Direitos Humanos, solicitando seja formulado apelo ao Secretário de Desenvolvimento Social e Esportes com vistas ao envio de cópia do acordo firmado entre a USIMINAS, o Sindicato dos Metalúrgicos de Coronel Fabriciano e o Governo do Estado com vistas à reparação dos danos causados pelo Massacre de Ipatinga.

Nº 1.619/2003, da Comissão de Meio Ambiente, solicitando seja formulado apelo ao Presidente da COPASA-MG com vistas a que preste informações sobre as condições de funcionamento e ações de monitoramento das barragens citadas no Relatório Final da CPI das Barragens. (- Distribuídos à Mesa da Assembléia.)

Nº 1.620/2003, da Comissão Especial do Metrô, solicitando seja formulado apelo ao Presidente da CBTU com vistas ao aditamento ou à prorrogação do prazo constante no contrato para execução das obras do Ramal Calafate - Barreiro do metrô de Belo Horizonte. (- À Comissão de Transporte.)

Nº 1.621/2003, da Comissão de Segurança Pública, solicitando seja formulado voto de congratulações com o Promotor de Justiça, o Delegado de Polícia e o Presidente do Conselho Tutelar de Taiobeiras pelo excelente trabalho na apuração de denúncias de exploração sexual de menores. (- À Comissão de Segurança Pública.)

Nº 1.622/2003, da Comissão de Transporte, solicitando seja formulado apelo ao Diretor-Geral do DER-MG com vistas a que envie cópia de relatório feito pelo Ministério da Fazenda, a pedido do BID, sobre as obras da BR-381 e a que preste informações sobre aditamentos feitos nos contratos dessas obras.

Nº 1.623/2003, da Comissão de Transporte, solicitando seja enviado ao Diretor-Geral do DER-MG pedido de informações sobre o montante pago pelo órgão a empresas para retirada do solo mole na BR-381.

Nº 1.624/2003, da Comissão de Transporte, pleiteando sejam solicitadas ao Diretor-Geral do DER-MG cópias de todos os contratos assinados com empresas para construção ou manutenção de balanças de pesagem nas rodovias do Estado. (- Distribuídos à Mesa da Assembléia.)

Nº 1.625/2003, da Comissão de Direitos Humanos, solicitando seja formulado apelo ao Ministro das Cidades com vistas a que sejam realizados estudos sobre a questão social da ocupação dos prédios da Rua Clorita, nºs 64 e 100, no Bairro Santa Tereza, em Belo Horizonte.

Nº 1.626/2003, das Comissões de Saúde e de Administração Pública, solicitando seja encaminhado manifesto à Conferência Estadual de Saúde com vistas a que seja criada frente nacional em defesa do cumprimento da Emenda à Constituição nº 29/2000, nas três esferas do Governo.

Nº 1.627/2003, das Comissões de Saúde e Administração Pública, solicitando seja formulado apelo ao Secretário da Saúde com vistas a que seja reativado o Convênio nº 12.079/2001.

REPRESENTAÇÃO Nº 9/2003

Exmo. Sr. Presidente da Comissão de Ética e Decoro Parlamentar da Assembléia Legislativa do Estado de Minas Gerais.

Irani Vieira Barbosa, Deputado Estadual, vem, com fundamento no art. 23 e art. 2º, inciso IV, letras "a", "b" e "h", da Resolução nº 5.207 de 10/12/2002, representar contra o Deputado Durval Ângelo, para que V. Exa. instaure o respectivo processo disciplinar, de forma a apurar a conduta indecorosa, imoral e criminoso do Deputado representado, tendo em vista as declarações da menor C.A.X.C., cuja cópia está anexa a esta, principalmente no que diz respeito ao fato destacado em lumicolor.

Esta Casa não pode se ajoelhar ou se omitir perante tal comportamento, devendo ser severa na apuração da denúncia feita pela menor envolvida.

Nestes termos,

Pede deferimento.

Belo Horizonte, 13 de outubro de 2003.

Irani Barbosa

- À Comissão de Ética e Decoro Parlamentar.

Do Deputado Domingos Sávio, solicitando seja constituída uma comissão permanente de cultura, desmembrando-se a Comissão de Cultura, Educação, Ciência e Tecnologia. (- À Mesa da Assembléia.)

Do Deputado Zé Maia e outros, solicitando seja constituída uma frente parlamentar em defesa da rede público-educativa de rádio e televisão. (- À Mesa da Assembléia.)

- São também encaminhados à Mesa requerimentos dos Deputados Biel Rocha, Célio Moreira (4), Doutor Ronaldo, Leonardo Moreira (2), Maria Tereza Lara e outro, Miguel Martini, Sargento Rodrigues e Rogério Correia.

Comunicações

- São também encaminhadas à Mesa comunicações das Comissões de Meio Ambiente, do Trabalho, de Turismo, de Saúde, de Segurança Pública e de Administração Pública e do Deputado Wanderley Ávila.

Oradores Inscritos

- A Deputada Marília Campos e os Deputados Rogério Correia, Sargento Rodrigues e Doutor Viana proferem discursos, que serão publicados em outra edição.

2ª Parte (Ordem do Dia)

1ª Fase

Abertura de Inscrições

O Sr. Presidente - Esgotada a hora destinada a esta parte, a Presidência passa à 2ª Parte da reunião, com a 1ª Fase da Ordem do Dia, compreendendo as comunicações da Presidência e de Deputados e a apreciação de pareceres e de requerimentos. Estão abertas as inscrições para o Grande Expediente da próxima reunião.

DECISÃO DA PRESIDÊNCIA

A Presidência, no uso da atribuição que lhe confere o inciso XV do art. 82 do Regimento Interno e considerando que o art. 167, § 1º, do Diploma Regimental dispõe:

"Art. 167 - A questão de ordem formulada no Plenário será resolvida em definitivo e tempestivamente pelo Presidente da Assembléia.

§ 1º - Quando a decisão for relacionada com o texto constitucional, poderá o Deputado suscitante dela recorrer para o Plenário, ouvida a Comissão de Constituição e Justiça", deixa de receber recurso do Deputado Chico Simões, solicitando que a Presidência reveja a decisão proferida em 7/10/2003, relativa a questão de ordem formulada pelo ilustre parlamentar a respeito da prejudicialidade de dispositivos contidos nos Projetos de Lei nºs 1.078 e 1.079/2003, ambos do Governador do Estado.

Entende esta Presidência que não há procedência no pleito, pois claro está que o recurso é cabível somente quando a decisão for relacionada com o texto constitucional, o que, definitivamente, não é o caso. A questão de ordem e a decisão desta Presidência referem-se,

exclusivamente, ao inciso I do art. 284 do Regimento Interno.

Mesa da Assembléia, 14 de outubro de 2003.

Rômolo Aloise, 1º-Vice-Presidente no exercício da Presidência.

DECISÃO DA PRESIDÊNCIA

A Presidência, no uso da atribuição que lhe confere o inciso I do art. 83 do Regimento Interno, torna sem efeito despacho proferido na reunião ordinária realizada em 7/10/2003, referente à anexação do Projeto de Lei nº 1.149/2003.

Assim sendo, a Presidência encaminha o projeto às Comissões de Justiça, Meio Ambiente e Fiscalização Financeira para parecer, nos termos do art. 188, c/c o art. 102, do Regimento Interno.

Mesa da Assembléia, 14 de outubro de 2003.

Rômolo Aloise, 1º-Vice-Presidente no exercício da Presidência.

DECISÃO DA PRESIDÊNCIA

A Presidência, no uso da atribuição que lhe confere o inciso I do art. 83 do Regimento Interno, torna sem efeito despacho proferido na reunião ordinária realizada em 13/8/2003, referente à anexação do Projeto de Lei nº 953/2003.

Assim sendo, a Presidência encaminha o projeto às Comissões de Justiça e do Trabalho para parecer, nos termos do art. 188, c/c o art. 102, do Regimento Interno.

Mesa da Assembléia, 14 de outubro de 2003.

Rômolo Aloise, 1º-Vice-Presidente no exercício da Presidência.

DECISÃO DA PRESIDÊNCIA

A Presidência, no uso da atribuição que lhe confere o inciso I do art. 83 do Regimento Interno, torna sem efeito despacho proferido na reunião ordinária realizada em 25/2/2003, referente a projeto de lei do Deputado Miguel Martini, que dispõe sobre os critérios de seleção e admissão de estudantes da rede pública estadual de ensino em universidades estaduais e dá outras providências.

Assim sendo, a Presidência atribui ao projeto de lei o nº 1.177/2003, determina que a proposição seja anexada ao Projeto de Lei nº 272/2003, nos termos do § 2º do art. 173 do Regimento Interno, sendo-lhe assegurada a precedência em relação às demais proposições apensadas.

Mesa da Assembléia, 14 de outubro de 2003.

Rômolo Aloise, 1º-Vice-Presidente no exercício da Presidência.

Comunicação da Presidência

A Presidência informa ao Plenário que foram recebidos e aprovados, nos termos da Decisão Normativa da Presidência nº 9, os Requerimentos nºs 1.625/2003, da Comissão de Direitos Humanos, e 1.626 e 1.627/2003, das Comissões de Saúde e de Administração Pública. Publique-se para os fins do art. 104 do Regimento Interno.

Leitura de Comunicações

- A seguir, o Sr. Presidente dá ciência ao Plenário das comunicações apresentadas nesta reunião pelas Comissões de Saúde - aprovação, na 23ª Reunião Ordinária, dos Projetos de Lei nºs 748/2003, do Deputado João Bittar, 883/2003, do Deputado Márcio Passos, 921/2003, do Deputado Leonardo Moreira, e 972/2003, do Deputado Ricardo Duarte; e dos Requerimentos nºs 1.521/2003, da Comissão de Educação, e 1.534/2003, da Comissão de Administração Pública; de Turismo - aprovação, na 25ª Reunião Ordinária, dos Requerimentos nºs 1.429/2003, do Deputado Alberto Pinto Coelho, 1.447/2003, do Deputado Paulo Cesar, 1.448 e 1.449/2003, do Deputado Paulo Piau, e 1.501/2003, do Deputado Dalmo Ribeiro Silva; do Trabalho - aprovação, na 23ª Reunião Ordinária, dos Requerimentos nºs 1.483/2003, do Deputado Paulo Cesar, 1.493/2003, do Deputado Doutor Viana, e 1.502/2003, do Deputado João Bittar; de Meio Ambiente - aprovação, na 24ª Reunião Ordinária, dos Requerimentos nºs 1.498/2003, do Deputado Leonardo Quintão, 1.506/2003, do Deputado Fábio Avelar, e 1.510/2003, do Deputado Weliton Prado; de Segurança Pública - aprovação, na 19ª Reunião Ordinária, dos Projetos de Lei nºs 843/2003, do Governador do Estado, e 868/2003, do Deputado Neider Moreira, e do Requerimento nº 1.570/2003, do Deputado Sargento Rodrigues; e de Administração Pública - aprovação, na 20ª Reunião Ordinária, dos Requerimentos nºs 1.491 e 1.582/2003, da Deputada Ana Maria Resende, 1.495/2003, do Deputado Leonardo Quintão, 1.522/2003, da Comissão de Saúde, 1.572/2003, da Comissão Especial da Cafeicultura Mineira, 1.581/2003, do Deputado Alberto Bejani, 1.593/2003, do Deputado Leonardo Moreira, 1.596/2003, do Deputado Miguel Martini, e 1.598/2003, do Deputado Alberto Pinto Coelho (Ciente. Publique-se.).

Despacho de Requerimentos

- A seguir, o Sr. Presidente defere, cada um por sua vez, nos termos do inciso VIII do art. 232 do Regimento Interno, requerimentos dos Deputados Doutor Ronaldo, solicitando a retirada de tramitação do Projeto de Lei nº 928/2003, e Maria Tereza Lara e outro, solicitando a retirada de tramitação do Projeto de Lei nº 1.074/2003 (Arquivem-se os projetos.); nos termos do inciso XXXII do art. 232 do Regimento Interno, requerimento do Deputado Biel Rocha, solicitando o desarquivamento do Projeto de Lei nº 1.878/2001; nos termos do inciso VII do art. 232, c/c o art. 140, do Regimento Interno, requerimentos dos Deputados Célio Moreira (4), solicitando que os Projetos de Lei nºs 814, 1.039, 1.040 e 1.059/2003 sejam encaminhados às comissões seguintes a que foram distribuídos, uma vez que a Comissão de Justiça perdeu o prazo para emitir seu parecer; Leonardo Moreira (2), solicitando que os Projetos de Lei nº 221 e 892/2003 sejam enviados às comissões seguintes a que foram distribuídos, uma vez que as Comissões de Turismo e de Justiça, respectivamente, perderam o prazo para emitir seus pareceres; Miguel Martini, solicitando que o Projeto de Lei nº 8/2003 seja enviado à comissão seguinte a que foi distribuído, uma vez que a

Comissão do Trabalho perdeu o prazo para emitir seu parecer; Rogério Correia, solicitando que o Projeto de Lei nº 1.071/2003 seja enviado à comissão seguinte a que foi distribuído, uma vez que a Comissão de Justiça perdeu o prazo para emitir seu parecer; e Sargento Rodrigues, solicitando que o Projeto de Lei nº 823/2003 seja enviado à comissão seguinte a que foi distribuído, uma vez que a Comissão de Justiça perdeu o prazo para emitir seu parecer.

O Sr. Presidente - A Presidência verifica, de plano, a inexistência de quórum para votação, mas a existência de número regimental para a continuação dos trabalhos. Vem à Mesa requerimento do Deputado Miguel Martini, solicitando a palavra pelo art. 70 do Regimento Interno. A Presidência defere o requerimento e fixa ao orador o prazo de 60 minutos. Com a palavra, o Deputado Miguel Martini.

- O Deputado Miguel Martini profere discurso, que será publicado em outra edição.

O Sr. Presidente - A Presidência verifica, de plano, a inexistência de quórum para a continuação dos trabalhos.

Palavras do Sr. Presidente

A Presidência, nos termos do art. 244 do Regimento Interno, encerra a discussão, em 1º turno, dos Projetos de Lei nºs 481 e 568/2003 e, em 2º turno, dos Projetos de Lei nºs 738 e 739/2003, uma vez que permaneceram em ordem do dia para discussão por seis reuniões.

Encerramento

O Sr. Presidente - A Presidência encerra a reunião, convocando os Deputados para a reunião extraordinária de logo mais, às 20 horas, nos termos do edital de convocação, e para a reunião ordinária de amanhã, dia 15, às 14 horas, com a seguinte ordem do dia: (- A ordem do dia anunciada é a publicada na edição anterior.). Levanta-se a reunião.

ATA DA 23ª REUNIÃO ESPECIAL, EM 9/10/2003

Presidência dos Deputados Adelmo Carneiro Leão, Leonardo Quintão e André Quintão

Sumário: Comparecimento - Abertura - Ata - Composição da Mesa - Destinação da reunião - Palavras do Deputado André Quintão - Palavras do Deputado Leonardo Quintão - Palavras do Subsecretário Tadeu Barreto Guimarães - Palavras do Sr. Luiz Aureliano Gama de Andrade - Palavras do Secretário Agostinho Patrús - Palavras do Secretário Odelmo Leão Carneiro Sobrinho - Palavras do Secretário Adjunto Marco Antônio Rodrigues da Cunha - Palavras do Secretário Aracely de Paula - Palavras do Sr. Ilmar Bastos Santos - Esclarecimentos sobre os debates - Debates - Encerramento.

Comparecimento

- Comparecem os Deputados:

Adelmo Carneiro Leão - Dilzon Melo - Luiz Fernando Faria - Adalclever Lopes - Alberto Bejani - Ana Maria Resende - André Quintão - Antônio Carlos Andrada - Antônio Júlio - Arlen Santiago - Biel Rocha - Bonifácio Mourão - Carlos Pimenta - Célio Moreira - Dalmo Ribeiro Silva - Dinis Pinheiro - Djalma Diniz - Domingos Sávio - Doutor Ronaldo - Doutor Viana - Durval Ângelo - Ermano Batista - Fábio Avelar - Gil Pereira - Gustavo Valadares - Jayro Lessa - José Henrique - José Milton - Laudelino Augusto - Leonardo Moreira - Leonardo Quintão - Leonídio Bouças - Luiz Humberto Carneiro - Maria José Haueisen - Maria Tereza Lara - Marília Campos - Neider Moreira - Olinto Godinho - Padre João - Paulo Cesar - Paulo Piau - Pinduca Ferreira - Ricardo Duarte - Roberto Carvalho - Sebastião Helvécio - Sebastião Navarro Vieira - Vanessa Lucas - Wanderley Ávila - Weliton Prado.

Abertura

O Sr. Presidente (Deputado Adelmo Carneiro Leão) - Às 9h15min, declaro aberta a reunião. Sob a proteção de Deus e em nome do povo mineiro, iniciamos os nossos trabalhos. Com a palavra, o Sr. 2º-Secretário, para proceder à leitura da ata da reunião anterior.

Ata

- O Deputado Laudelino Augusto, 2º-Secretário "ad hoc", procede à leitura da ata da reunião anterior, que é aprovada sem restrições.

Composição da Mesa

O Sr. Presidente - A Presidência convida a tomar assento à mesa os Exmos. Srs. Agostinho Patrús, Secretário de Transportes e Obras Públicas; Odelmo Leão Carneiro Sobrinho, Secretário de Agricultura, Pecuária e Abastecimento; Marco Antônio Rodrigues da Cunha, Secretário Adjunto de Desenvolvimento Econômico; Aracely de Paula, Secretário de Turismo; Ilmar Bastos Santos, Presidente da Fundação Estadual do Meio Ambiente; Tadeu Barreto Guimarães, Subsecretário de Planejamento e Orçamento; Luiz Aureliano Gama de Andrade, representante do Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social; Deputado André Quintão, Presidente da Comissão de Participação Popular; e Deputado Leonardo Quintão, membro da Comissão de Participação Popular.

Destinação da Reunião

O Sr. Presidente - Destina-se esta reunião a discutir o desenvolvimento econômico dentro do Plano Mineiro de Desenvolvimento Integrado - PMDI - e do Plano Plurianual de Ação Governamental - PPAG - relativos ao quadriênio 2004-2007.

Palavras do Deputado André Quintão

Bom dia a todos os presentes nesta audiência pública. Cumprimento aos Deputados Adelmo Carneiro Leão, que representa o Presidente desta Casa, Deputado Mauri Torres, e Leonardo Quintão, membro permanente da Comissão de Participação Popular, que coordenará os debates na parte da manhã; todos os Secretários, representantes do Governo Estadual, na figura do Deputado Agostinho Patrús, e todos os técnicos e servidores do Governo do Estado que acompanham este evento. Na reunião passada registramos a alegria da Assembléia Legislativa em promover a discussão do PPAG e do PMDI pela primeira vez na história. Posso também afirmar que é a primeira experiência em nível nacional. Relatei que estivemos em um encontro de Presidentes de Comissões de Participação Popular de outras Assembléias, e não há experiência de

processo participativo em PPAG. Aqui na Assembléia já houve discussões sobre a lei orçamentária, mas é a primeira vez que ocorrem discussões envolvendo pessoas e segmentos da sociedade para pensar organizadamente o rumo estratégico do Estado.

Serei breve, uma vez que a pauta está muito extensa hoje. Certamente, obteremos informações que subsidiarão os debates em grupo na parte da tarde. De manhã, haverá uma exposição geral sobre os rumos estratégicos na área de desenvolvimento econômico e sustentável do Estado. No final da manhã haverá uma parte reservada para os debates. As questões específicas serão tratadas nos grupos de trabalho. Todos já têm a programação em mãos. Uma novidade interessante é que as propostas que surgirem nos grupos poderão ser transformadas em emendas populares, através da Comissão de Participação Popular. Portanto, é fundamental a participação de todos nos grupos de trabalho, que se iniciarão às 14 horas e retornarão ao Plenário a partir das 16 horas. Em cada grupo de trabalho haverá a apresentação dos projetos estruturadores pelos respectivos gerentes indicados pelo Governo Estadual.

Agradeço mais uma vez à Mesa da Assembléia, que apoiou totalmente a Comissão de Participação Popular, bem como a todos os setores técnicos da Assembléia Legislativa. Na pessoa do Subsecretário Tadeu Barreto, agradeço o empenho da Secretaria de Planejamento. A parceria com a Secretaria de Planejamento, com certeza, torna o processo mais rico.

A composição desta Mesa denota a importância do evento, com a presença de praticamente todos os Secretários das áreas afins. Agradeço principalmente à sociedade civil, razão de ser deste evento. Este processo não faria sentido sem a organização dos setores.

Dia 16 teremos o Bloco de Desenvolvimento Social. No dia 24, a audiência de interiorização, no vale do Jequitinhonha, na cidade de Araçuaí. E no dia 30, a audiência sobre o choque de gestões, a reforma administrativa e o funcionamento da máquina pública. Desejo bom trabalho a todos. E que a partir desses encontros possam ser aperfeiçoados os projetos em tramitação nesta Casa. Muito obrigado.

Palavras do Deputado Leonardo Quintão

Bom-dia. Gostaria de cumprimentar o Deputado Agostinho Patrús, Secretário de Transporte e Obras Públicas do Estado de Minas Gerais; o Secretário de Agricultura, Pecuária e Abastecimento, Odelmo Leão Carneiro Sobrinho; o Sr. Marco Antônio Rodrigues da Cunha, Secretário Adjunto da Secretaria de Desenvolvimento Econômico; o Deputado Aracely de Paula, Secretário de Turismo; o Sr. Ilmar Bastos Santos, Presidente da FEAM; o Sr. Tadeu Barreto Guimarães, Subsecretário de Planejamento e Orçamento; o Sr. Luiz Aureliano Gama de Andrade, representante do Conselho de Desenvolvimento Nacional; meu amigo Deputado André Quintão, Presidente da Comissão de Participação Popular; Deputado Ermano Batista, Presidente da Comissão de Fiscalização Financeira e Orçamentária; senhoras e senhores, como membro da Comissão de Participação Popular, fico feliz de estar participando deste debate em prol do desenvolvimento econômico de Minas Gerais. Cumprimento também a Deputada Ana Maria Resende, o Deputado Dalmo Ribeiro Silva, a Vereadora Ana Pascoal, minha companheira de Câmara Municipal, Deputado Padre João, Deputados Paulo Piau e José Henrique, Presidente da RURALMINAS, Deputados Eduardo Brandão, Laudelino Augusto, Luís Humberto Carneiro, Weliton Prado, Dinis Pinheiro, Carlos Pimenta. Fico feliz com a participação de toda a Assembléia em favor do desenvolvimento econômico de Minas Gerais.

Senhoras e senhores, em 2001, o PIB de Minas Gerais atingiu cerca de R\$115.000.000.000,00. Na área agropecuária, os produtos café, leite e carne bovina representam 57% do nosso "agrobusiness", deixando também a parte mineral como carro-chefe da nossa indústria.

No ano de 1960, a indústria estadual era de 37,5%, passando para 51% em 1999. Temos muito ainda que avançar. Fico feliz com a participação do Secretário da Agricultura, pois Minas Gerais é um Estado onde o "agrobusiness" tem muito que desenvolver. Tenho discutido muito essa política, principalmente com os cafeicultores, que muito têm sofrido com o baixo preço de suas mercadorias, pois ainda se vende o café em saca para a Europa e os Estados Unidos com um preço reduzido de "commodity" e lá passa pela industrialização, conseguindo um preço agregado de mais de 500%. Minas Gerais tem toda a capacidade, com a indústria, com o apoio do Governo, de ajudar os cafeicultores a se organizarem através de cooperativas, associações, diálogo, para que esses maquinários venham a ser instalados no Brasil sem nenhuma dificuldade e o valor agregado fique no Brasil. O setor de leite está muito desenvolvido, não fica aquém de outros Estados nem de outros países, mas, com o apoio do Estado, poderemos avançar muito nesse sentido.

O setor mineral, um dos carros-chefes da nossa indústria, da economia mineira, tem reservas para mais de 15 anos, sendo uma grande parte exportada para outros países, como o Japão, onde é transformada em mercadorias e em aço. Depois disso, volta para o Brasil em forma de maquinários.

Minas Gerais é um Estado estratégico geograficamente para a expansão da economia brasileira. Se estudarmos o PIB brasileiro e observarmos os 800km ao redor de Minas Gerais, veremos que 65% do PIB estão aqui. Minas Gerais se encontra em ótima posição geográfica para o desenvolvimento econômico brasileiro.

Hoje se consagram o diálogo e o desenvolvimento por meio da Comissão de Participação Popular. Deixo o meu agradecimento ao Presidente Mauri Torres, ao Presidente dessa Comissão, Deputado André Quintão, que muito lutou pela sua instalação na Assembléia Legislativa. Com isso, inauguramos um ciclo no Brasil de diálogo com a comunidade, as associações, o terceiro setor. Tenho a certeza de que, num futuro próximo, todas as Assembléias Legislativas terão uma comissão de participação popular, dando condições para que o cidadão venha oficialmente, independentemente de Deputados, comunicar-se diretamente com a instituição.

Palavras do Subsecretário Tadeu Barreto Guimarães

Bom-dia. Inicialmente, cumprimento os membros da Mesa, na pessoa do Deputado Leonardo Quintão, e os Secretários de Estado, na pessoa do Secretário de Transportes e ex-Presidente desta Casa, Deputado Agostinho Patrús.

Quando o Deputado André Quintão procurou o Poder Executivo, especialmente o Secretário de Planejamento, Antônio Augusto Anastasia, sua idéia era compartilhar, abrindo a discussão do planejamento estratégico para outros setores da sociedade mineira. Estamos fundamentados na premissa que norteia o nosso planejamento, o conceito de desenvolvimento como missão de todos. Um espaço econômico só consegue maior capacidade de mobilizar os diversos atores importantes para o planejamento e o desenvolvimento se houver um envolvimento deles. A capacidade de as elites locais se articularem, formando o que é chamado na literatura de "capital social", possibilita maior dinamismo da região. Então, essa iniciativa se insere nesse conceito de desenvolvimento.

Inicialmente, darei uma visão geral do processo de planejamento, para depois cada Secretário de Estado ou representante abordar mais a questão específica da sua área. O processo de elaboração do planejamento estratégico do Estado de Minas Gerais é composto por três instrumentos. O primeiro deles é o PMDI, cujo objetivo é pensar a estratégia de desenvolvimento do Estado de Minas Gerais a longo prazo. Essa é uma inovação da Constituição Mineira do final da década de 80.

O PPAG é um instrumento que existe em todos os Estados federados e também na União, com o objetivo de planejar e estimar valores para os próximos 4 anos. No Governo Federal é chamado PPA e, no nosso Estado, PPAG. Portanto, é o plano do período de 2004 a 2007.

O orçamento é o instrumento do planejamento que faz com que as coisas aconteçam a cada ano, é a distribuição dos recursos entre as ações definidas no planejamento. Essa é a idéia principal que norteia esse processo de planejamento estratégico de Minas Gerais.

A construção desse processo iniciou-se com o diagnóstico da situação, para responder à questão "onde estamos?" Isso foi bastante facilitado porque o BDMG, ao longo do ano passado, fez um trabalho chamado "Minas Gerais no Século XXI", que nos deu uma visão geral do Estado. A partir disso, utilizamos uma metodologia de pensar o futuro de Minas Gerais em 2020, usando uma tecnologia de cenários exploratórios, quando analisamos quatro cenários alternativos para o Estado em 2020. A metodologia não é prever como será o Estado de Minas Gerais em 2020, mas analisar as possibilidades para a economia e a sociedade mineira em 2020 e, a partir dessa análise, verificar quais são as oportunidades e riscos que temos na caminhada até lá.

Também foi construído um cenário normativo. Solicitamos a alguns membros do Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social que pensassem sobre o futuro que queremos, para responder à questão "Onde queremos chegar?." Com os cenários exploratórios, respondemos à questão "Onde podemos chegar?." Com o cenário normativo, que é uma visão de futuro desejada e factível, temos, no documento, o futuro da Minas Gerais que queremos.

O fórum do colegiado de gestão governamental é o fórum do Poder Executivo, composto por todos os Secretários de Estado. Para esses eventos, porém, esse colegiado foi ampliado, com a presença de todos os secretários adjuntos e subsecretários, quando começamos a responder à questão "Como podemos chegar lá?". No documento, temos as orientações estratégicas para o período de 4 anos. Composto essas orientações estratégicas, temos uma relação de iniciativas estratégicas, que apresentam as pontes entre o presente e o futuro, indicando como poderemos chegar a esse futuro desejado.

Depois da construção dessas iniciativas, o Colegiado de Gestão Governamental, com os Secretários de Estado, Secretários adjuntos e Subsecretários, selecionou a carteira dos 30 projetos estruturadores que compõem o PPAG. Compõem também o PPAG os demais programas prioritários dos diversos sistemas operacionais, dos diversos órgãos e entidades do Governo. E, a partir do PPAG, apresentamos o orçamento de 2004 e apresentaremos os futuros orçamentos. O orçamento de 2004 é o espelho do primeiro ano do PPAG.

Lembro que esse processo foi consolidado. O PMDI é construído pelo Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social, composto por vários representantes da sociedade mineira além do Poder Executivo, inclusive representantes do Poder Legislativo. Portanto, quem apresenta o PMDI à Assembléia é o Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social.

Rapidamente, para dar uma visão de conjunto das orientações estratégicas, temos, em primeiro lugar, a definição de visão de futuro de Minas Gerais: tornar Minas Gerais o melhor Estado para se viver, com base no Índice de Desenvolvimento Humano - IDH. Vamos monitorar essa visão de futuro, com a evolução do IDH. Nos cenários exploratórios, foram quantificadas duas variáveis para 2020: o IDH provável e o PIB mineiro. Nossa visão de futuro é tornar Minas Gerais o melhor Estado para se viver.

Foram definidas três opções estratégicas: reorganizar e modernizar a administração pública estadual, promover o desenvolvimento econômico e social em bases sustentáveis e recuperar o vigor político de Minas Gerais.

A partir dessas opções estratégicas, o Colegiado de Gestão Governamental definiu quais são os objetivos prioritários do Governo, o que foi também aprovado pelo Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social.

Os objetivos prioritários do Governo são: melhorar substancialmente a segurança dos mineiros, especialmente na Região Metropolitana de Belo Horizonte; prover a infra-estrutura requerida por Minas Gerais, com ênfase na ampliação e na recuperação da malha rodoviária e do saneamento básico; melhorar e ampliar o atendimento ao cidadão por meio de oferta de serviços públicos de qualidade, especialmente em educação, saúde e habitação; intensificar a atuação do Governo na gestão do meio ambiente, transformando-a em oportunidade para o desenvolvimento sustentável do Estado; contribuir para a geração de empregos através de iniciativas e do incentivo a atividades que incluam jovens, mulheres e o segmento populacional maduro no mercado de trabalho; fomentar o desenvolvimento econômico estadual, com ênfase no agronegócio, de forma regionalizada e com mecanismos inovadores que não comprometam as finanças públicas; reduzir as desigualdades regionais, com prioridade para a melhoria dos indicadores sociais da região Norte e dos vales do Jequitinhonha e do Mucuri; estabelecer um novo modo de operação do Estado, saneando as finanças públicas e buscando a eficácia da máquina pública, por meio de um efetivo choque de gestão; viabilizar novas formas de financiamento dos empreendimentos, construindo um novo marco legal, orientado para as parcerias público-privadas; e consolidar a posição de liderança política de Minas no contexto nacional. Essa é a agenda de prioridades definida no PMDI, que orientou o PPAG, que está organizado por objetivo prioritário.

Para tornar mais concretos os objetivos, temos a carteira de projetos estruturadores, que foi chamada de Gestão Estratégica dos Recursos e Ações do Estado - GERAES. E o que é um projeto estruturador? É uma iniciativa que transforma a visão de futuro em resultados concretos que sinalizam a mudança desejada; tem efeito multiplicador, capacidade de gerar outras iniciativas privadas ou públicas; mobiliza e articula recursos públicos, privados ou em parceria, produz a percepção da sociedade: "quem governa tem uma visão de futuro que está sendo construída, mediante ações concretas"; organiza-se como um projeto, com foco bem definido, objetivo mensurável, ações, metas, prazos, custos, resultados esperados, que permitem um gerenciamento intensivo. Esta última característica dos projetos estruturadores é o maior desafio porque o maior desafio do planejamento é o da implementação, do acompanhamento, da avaliação e da execução das ações planejadas.

Alguns dados do PPAG, com foco no desenvolvimento econômico, objeto desta audiência pública. O PPAG envolve gastos, dispêndios totais de R\$107.000.000.000,00. A administração pública, incluindo o pessoal ativo e inativo: R\$49.000.000.000,00, num período de quatro anos; no desenvolvimento econômico tem seu gasto total estimado em R\$20.883.000.000,00, e, no desenvolvimento social, em R\$37.613.000.000,00, no período de quatro anos. Em 2004, R\$26.000.000,00, número diferente do número do orçamento porque nele está incluído o orçamento de investimento das empresas, além de recursos extra-orçamentários. O dispêndio total do orçamento de 2004 é de R\$22.000.000.000,00.

O próximo quadro define os objetivos prioritários para o período, dos quais vou destacar os atinentes a esta audiência pública. Provisão de infra-estrutura, com ênfase na malha rodoviária e ao saneamento básico, com investimentos estimados em R\$10.944.000.000,00. Para o meio ambiente, permeando a atuação do Governo, R\$690.000.000, no período que vai de 2005 a 2007. Todos os objetivos, principalmente o de contribuir para o fomento econômico, visam também a geração de emprego, mas para ações diretas para a geração de emprego, estão previstos R\$103.000.000,00, sendo R\$23.000.000,00 em 2004, e R\$80.000.000,00 de 2005 a 2007. De fomento inovador ao desenvolvimento econômico, temos aproximadamente R\$3.600.000.000,00, no período de 2004 a 2007. Para a viabilização de novas formas de financiamento dos empreendimentos públicos, que serão objeto de outra audiência pública, temos aproximadamente R\$3.000.000,00. Isso é apenas para que tenham uma idéia dos números, mas não vou me estender no assunto, porque isso está disponível nos documentos que já estão no "site" www.planejamento.mg.gov.br.

Encerro minha participação inicial com esse contexto geral do planejamento e, mais uma vez, agradeço à Assembléia Legislativa pela oportunidade.

O Sr. Presidente(Deputado Leonardo Quintão) - Informo aos telespectadores que poderão participar pelo "e-mail"

Palavras do Sr. Luiz Aureliano Gama de Andrade

Cumprimento o Deputado Leonardo Quintão, que preside os nossos trabalhos; os demais membros da Mesa, na pessoa do Secretário de Transporte e Obras Públicas, Agostinho Patrús, e os participantes deste encontro.

Quero deixar registrada a minha satisfação em participar de um encontro desta natureza. É extremamente importante que o Legislativo, o Executivo e as forças ativas de Minas Gerais se encontrem para discutir a situação do Estado e o planejamento, ou seja, o que se pretende fazer em Minas nos próximos 4 anos.

Quero chamar atenção para o momento difícil - a encruzilhada, mesmo - em que se encontra o Estado. A melhor evidência de tudo isso está no orçamento realista e transparente que o Governador encaminhou a esta Assembléia, mostrando que está previsto um déficit público de R\$1.400.000.000,00 para o exercício de 2004. Essa é uma posição corajosa, porque desnuda a situação de Minas Gerais. O Estado vem tendo desenvolvimento sofrível nos últimos anos; sua máquina pública encontra-se envelhecida, de certa maneira, necessitando de uma transformação, e é preciso que o Estado tenha rumo e prumo para marchar para um porto seguro, um desenvolvimento seguro.

O PMDI, o PPAG e os programas derivados deles são um modelo de planejamento; não apenas rito de passagem ou forma de se cumprir exigência constitucional, a que todos os Governos têm de se submeter. São concepção dinâmica de ação pública. Envolveram um processo de reflexão da crise financeira do Estado, das deficiências da economia mineira, de sua malha, da infra-estrutura precária, das dificuldades do Estado em garantir a permanência de empresas em função da guerra fiscal.

Em razão de tudo isso, deixo consignado, como estudioso do planejamento mineiro, que esse foi um plano que faz jus à tradição mineira dos grandes planos: Plano de Recuperação e Fomento, Plano de Eletrificação do Governo Juscelino Kubitschek e Diagnóstico da Economia Mineira, este um documento polêmico, mas ponto de partida para a recuperação de Minas Gerais na década de 70.

É preciso que o Estado rejuvenesça, seja repensado e reestruturado, em razão das transformações do País e de grandes mudanças no âmbito externo. Isso é, em parte, o que o Plano propõe, a fim de que o Estado deixe de ser interventor, tutelando a sociedade e executando todas as tarefas, para ser um Estado parceiro dos municípios, da comunidade, de Legislativo, das forças econômicas, sociais e políticas, de modo que haja uma ação concertada. Essa é a grande diferença.

Pretende-se a extinção do Estado onipotente, onisciente, que dita ordens e define rumos, esperando que todos os cumpram, a criação de um Estado que compartilha, divide, é aberto às transformações e exigências da sociedade. Prova disso é este encontro realizado hoje.

A reformulação do Estado é fundamental para aperfeiçoar os papéis necessários ao desenvolvimento mais ativo, equilibrado, e catalisador das energias econômicas. Para isso, é necessário que o Estado passe por duras transformações organizacionais, ajustando suas finanças. Em nenhum momento Minas cresceu sem que o poder público tivesse suas finanças saneadas.

O primeiro passo do crescimento de Minas nos anos 70 foi exatamente a reforma fazendária, silenciosamente executada, mas de fundamental importância, porque, àquela época, a arrecadação mineira fazia-se por meio de Coletorias, que muitas vezes utilizavam-se do poder que tinham como parte da estrutura política tradicional. A política tradicional de Minas, à época, caracterizava-se por um tripé: o delegado de polícia, a diretora da escola e o coletor de impostos. Essa era a política miúda que travava o desenvolvimento.

A reforma fazendária permitiu, primeiro, que a cobrança de impostos fosse feita pelos Bancos. O Estado, que não tinha controle sobre o que ocorria com a arrecadação, passou, a partir daquele momento, a ter informações fidedignas e atualizadas sobre os recursos disponíveis, o que lhe permitiu, então, planejar, organizar e definir seus gastos.

Minas precisa novamente fazer um grande esforço para repensar a sua máquina, a fim de que possa rever o desenvolvimento. Repensar a máquina não é tarefa para apenas um Governador. Mudar a máquina não é tarefa de um só Governador, de um político ou de um grupo. O Estado se encontra numa encruzilhada histórica. E ousaria dizer que daí sairá uma resposta à pergunta: "Minas é ou não um Estado viável? Para ser um Estado viável, que cumpra minimamente as obrigações para com seus concidadãos, é preciso que, antes de mais nada, promovam-se mudanças drásticas na sua concepção, a fim de que possa pôr em marcha um plano com essas características.

Não basta fazer esse plano; não basta conceber uma peça bem elaborada como essa. É necessário implementá-lo. E a implementação depende da máquina, não está limitada apenas a algumas Secretarias a algumas estruturas, ao Governador ou a algumas pessoas. Não está nem sequer sediada em Belo Horizonte, mas multiplicada em todo o território. É preciso que a máquina esteja saneada e, mais do que isso, modernizada e afinada com esse espírito. Temos de recuperar essa concepção. Isso não é tarefa fácil, e também não é algo que se resolva apenas com enxugamento. Envolve ainda um grande esforço para motivar e mobilizar o próprio funcionalismo público, que é um ator importante nesse processo.

É com essas palavras que encerro o meu pronunciamento, dizendo da satisfação de ter participado da formulação desse plano, considerando que agora o grande desafio é de toda a sociedade, não só do Legislativo ou do Executivo. A meta agora é fazer o plano funcionar; é tirá-lo do papel, fazer com que tenha conseqüências concretas sobre a vida de cada um. Isso é tarefa da comunidade e do Legislativo, na cobrança, no acompanhamento e na avaliação do andamento desse plano. Muito obrigado.

Palavras do Secretário Agostinho Patrús

Queria saudar as Deputadas e os Deputados presentes na pessoa dos Deputados Leonardo Quintão e André Quintão, membros da Comissão de Participação Popular. Saúdo também os demais membros do Governo que estão compondo a Mesa, na pessoa dos Deputados Federais Odello Leão e Aracely de Paula. Saúdo ainda os representantes da sociedade civil organizada, na pessoa do Luiz Aureliano, que representa aqui o Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social além dos membros do Governo, esse Conselho, que nos últimos meses trabalhou na concepção do PMDI, tem na sua composição 24 entidades representativas da sociedade civil organizada, bem como 10 cidadãos.

Pedimos licença aos demais membros da Mesa para falar da saudade que sentimos de ocupar esta tribuna. Falar da mesa é diferente de falar da tribuna. Daqui, sentimos a participação do Plenário, com a presença não só dos Deputados, mas, principalmente, das entidades, dos segmentos da sociedade mineira, que esta Casa também representa. Cada Deputado representa um segmento da sociedade e uma região do nosso Estado, até mesmo uma cidade dos nossos 853 municípios.

Quero utilizar os meus 15 minutos de maneira abrangente. À tarde, os gerentes dos 30 projetos estruturadores estabelecidos para o PMDI estarão em grupos de trabalho separadamente e, posteriormente, às 16 horas, aqui, no Plenário, detalhando e trazendo as sugestões

necessárias ao aprimoramento desse plano.

Quero destacar a importância do trabalho realizado pela Comissão de Participação Popular, na pessoa de seu Presidente, Deputado André Quintão, e dos demais membros, pois, em mais de 20 anos de Assembléia, esta é a primeira vez que vejo o Governo, por inteiro - os representantes da área econômica e os da área social -, comparecer a esta Casa para trocar idéias, debater, estudar e trabalhar o PMDI de Minas Gerais, por meio dos grupos de trabalho que funcionarão à tarde.

Por ter sido Deputado Federal por diversas vezes e Presidente da Câmara dos Deputados, nosso Governador compreende a importância da participação popular no planejamento do Estado. Essa participação começa pela discussão com a Assembléia Legislativa e com as entidades representativas da sociedade.

Quero falar da clarividência do Secretário Antônio Augusto Anastasia, que, em vez de vir aqui, juntamente com o seu Subsecretário, como sempre aconteceu, para fazer uma pequena apresentação do PMDI, trouxe todo o Governo a esta Casa para debater não só com os Deputados, mas com a sociedade, o projeto que queremos para Minas Gerais.

Para não fugir à regra, apresentarei algumas lâminas a fim de termos uma idéia global da infra-estrutura do plano.

São poucas lâminas. Vou dar apenas uma visão sucinta do problema e da política de transportes no planejamento estadual, tanto no PMDI, que é o planejamento para um prazo mais alongado - e este Governo estabeleceu como meta de 2020 -, como no PPAG. Faremos um pequeno diagnóstico do setor de transportes e pequenas abordagens sobre o PMDI e o PPAG.

Nesse diagnóstico sumário do setor de transportes de nosso Estado, queremos realçar que Minas Gerais, nos últimos cinco anos, não recebeu, na área de infra-estrutura de transportes, nenhuma participação do Governo Federal. Sendo Minas Gerais o Estado que possui a maior malha rodoviária federal do País, com 10.000km de rodovias federais, e da maior malha rodoviária pavimentada do Brasil, com 21.000km, ficamos muito desamparados nos últimos anos. Foi esse desamparo que levou nossa malha rodoviária a essa situação caótica em que nos encontramos em janeiro. E essa situação não confortável ainda perdura, para enfrentar o período das chuvas, pelo exíguo tempo que tivemos, pela falta de recursos do Governo do Estado e pelo contingenciamento das verbas do Governo Federal.

Essa falta de recursos do Governo estadual é do conhecimento de todos, e o Prof. Luiz Aureliano lembrou muito bem qual foi a situação econômica encontrada: um "déficit" de 2.400.000.000 que o atual Governo conseguiu reduzir, em um ano, para 1.400.000.000. Portanto, apesar da redução de 1 bilhão, continuamos em "déficit".

Também pela primeira vez foi encaminhado a esta Casa um orçamento com "déficit". Sempre aparece lá: Receita - tanto; Despesa - sempre maior do que a receita. E depois: Outras fontes - mais tanto, para ficar zero a zero, como em todos os balanços que encontramos pela vida. Apenas para demonstrar o que estou dizendo, aquelas riscas compridas representam o ano de 1975, quando o Governo Federal, de 1975 a 1985, chegou a empregar quase 2% do PIB nacional na infra-estrutura de transportes, especialmente nas rodovias. Essa foi uma opção do Governo Federal, que deu prioridade às rodovias. Em nosso entendimento, foi uma opção equivocada, mas tínhamos 2% do PIB. Esse número veio caindo e, quando começa aquele ponto marcado lá, estamos em 1988. A Constituição Federal extinguiu o Fundo Rodoviário, que ainda sustentava alguns recursos carimbados para a infra-estrutura. Assim, os recursos foram desabando cada vez mais.

No ano passado, tivemos 0,2% do PIB, portanto, dez vezes menos do que nas décadas de 70 e 80. Este ano, teremos 0,15% apenas. Essa falta de recursos é que levou a malha rodoviária federal a essa situação em todo o País. Atualmente, sou o Presidente do Fórum Nacional de Secretários de Transportes e Obras Públicas, e já nos reunimos por nove vezes este ano. Por uma abertura democrática, que não havia anteriormente, o atual Governo do Presidente Lula ouviu todos os Secretários. Reunimo-nos sete vezes em Brasília e duas vezes fora de lá para discutir o PPA nacional - o nosso é PPAG, lá é PPA - de 2004 a 2007, bem como as inserções e prioridades para o orçamento de 2004.

Temos procurado levar as sugestões dos diversos Estados e pudemos também conhecer melhor a sua situação, que não é muito diferente da de Minas.

Ocupamos um lugar muito ruim entre todos os Estados, mas, em todas as regiões brasileiras, há grandes problemas na infra-estrutura, que dificultam o desenvolvimento nacional.

Isso, naturalmente, traz todas aquelas restrições da capacidade ferroviária e hidrovária pela opção anterior, equivocada, e pela falta de recursos, de 1988 para cá. As condições precárias de manutenção da malha rodoviária também trazem impactos na vida em geral.

Estão me pedindo para passar para a tribuna de lá para eu ser filmado pela TV. Isso é importante, especialmente para um Deputado. É importante aparecer na televisão. Quando fui Presidente desta Casa, em 1995, é que foi instituída a TV Assembléia, que tantos serviços tem prestado. Hoje, espalhou-se por todo o Estado, fazendo com que essa participação popular que estamos vendo aqui seja ramificada para todo o Estado, e com que todos os mineiros participem dessas apresentações, dessas dificuldades, das nossas propostas e possam sugerir, melhorar e ampliar nossos diagnósticos e nossas propostas para a Minas Gerais que pretendemos para 2004-2007 e para 2020.

Ali, falávamos que a falta de recursos levou a essas dificuldades que vocês já perceberam, como a mobilidade das pessoas e das cargas, e, principalmente, que o custo de produção e distribuição do esforço estadual e nacional é muito elevado em nosso País.

Em uma apresentação, há poucos dias, tive uma informação impressionante: em cada tonelada de soja que exportamos por US\$200,00, US\$40,00 são gastos em transportes. Olha o ônus no principal produto de exportação. O ilustre Secretário Odelmo poderá mostrar o esforço nacional e do nosso Estado na agricultura e o grande trabalho que ele vem desenvolvendo na Secretaria da Agricultura, com levantamento de dados impressionantes sobre nosso Estado. Mesmo com esse gasto, este País consegue competir lá fora. Imagine se dermos condições melhores de infra-estrutura a nossos produtores da riqueza nacional, seja a industrial, seja a agrícola. Assim, os países ricos terão de criar todas as barreiras possíveis contra nossos produtos. O Presidente Lula, em boa hora - agora vem sendo criticado -, enfrentou essas barreiras impostas aos nossos produtores. Apesar de 20% do custo ser devido ao transporte, conseguimos colocar nossa soja, com todas as barreiras impostas no exterior, em melhores condições.

Ali se mostra a situação das estradas. Somente 37% das estradas de Minas estão em bom estado. É a segunda pior malha nacional, só perde para a Bahia. No País inteiro há em torno de 50% de malhas em boas condições e 50% em péssimas ou más condições de tráfego.

Esse já é outro projeto. Apresentaremos os projetos estruturadores. Em Minas Gerais há 224 municípios sem asfalto. Um dos projetos estruturadores é fazer com que todos os municípios de Minas sejam incluídos social e economicamente. A parte mais pobre do Estado, o vale do Jequitinhonha e o Nordeste de Minas, é a que mais sofre.

Inserção setorial no planejamento plurianual - PMDI e PPAG. "Nossa visão de futuro é tornar Minas Gerais o melhor Estado para se viver". Essa é uma frase do Governador Aécio Neves, que tanto o grupo de gestão quanto o Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social adotaram como sendo nossa visão de futuro. Para viabilizar o futuro desejado, temos uma agenda de prioridades já apresentada pelo Sr. Tadeu. Na área de infra-estrutura também citou que se deve prover a infra-estrutura requerida por Minas Gerais, com ênfase na recuperação e ampliação da malha rodoviária, assim como no saneamento básico, que hoje será tratado pela Secretaria de Desenvolvimento Urbano, uma vez que a COPASA-MG passou a integrar essa Secretaria.

Entre os 30 projetos estruturadores citados que serão apresentados e aprimorados nessa discussão, cinco são da área de infra-estrutura. O primeiro item são os corredores radiais de integração e desenvolvimento. O segundo, a potencialização da logística de transportes no Triângulo Mineiro, que é um projeto fantástico, com os dois portos no nariz de Minas Gerais, no rio Grande e no rio Paranaíba. E todo um projeto de infra-estrutura rodoviária, com a participação das indústrias de açúcar e de álcool, que estão investindo 75 milhões para asfaltar 225km de estradas, para receber no aumento do ICMS que será gerado, uma vez que duplicarão ou triplicarão sua produção.

O terceiro projeto é a reestruturação da plataforma logística e de transportes da Região Metropolitana de Belo Horizonte - RMBH -, a pavimentação dos acessos, conforme já mostrei, e uma plataforma logística e de comércio exterior também na RMBH.

Além disso, há alguns programas prioritários para a reestruturação da malha rodoviária do nosso Estado, recuperação e descentralização das rodovias federais, em convênio com a União, uma vez que pretendemos que a União passe a delegar para Minas Gerais. E também um programa de manutenção continuada da rede rodoviária do nosso Estado por meio de uma nova formulação. Não sairemos tapando buraco. Faremos um contrato e, durante cinco anos, pagaremos uma quantia mensal fixa para que as empresas que o desejarem mantenham a estrada em bom estado. Caso contrário, não pagaremos a parcela do Estado.

Concluindo, queremos realçar a importância para o Governo de Minas da oportunidade de estar em sua totalidade na Assembléia Legislativa, diante dos Deputados e das Deputadas, diante da sociedade civil, para apresentar o que pensamos, não como sendo este um projeto pronto e acabado, mas como um projeto que está sendo discutido nesta Casa. Queremos que a participação popular seja efetiva e levada em alta consideração pelo Governo.

O Governador Aécio Neves tem realçado a participação de todos no Governo, da sociedade civil organizada, dos trabalhadores, da entidade dos empresários, para fazermos com que a voz de Minas volte a ser aquela voz importante para o desenvolvimento nacional. Toda vez que a voz de Minas não é ouvida, o País vai mal. Minas Gerais vai mal, mas o País perderá muito mais sem a presença deste Estado que é cercado de Brasil por todos os lados e que tem muito a contribuir para a nossa Nação.

Palavras do Secretário Odelmo Leão Carneiro Sobrinho

- Caro Presidente Deputado Leonardo Quintão, Presidente da Comissão de Participação Popular, Deputado André Quintão, demais Deputados, caros colegas de Secretaria, caro Prof. Luiz Aureliano, senhores e senhoras, imprensa, vou procurar, com a maior brevidade, mostrar uma radiografia de tudo o que encontramos no agronegócio em Minas Gerais. Antes, porém, gostaria de agradecer ao Governador Aécio Neves ter me permitido participar deste momento, do momento da nova Minas Gerais. Convocado que fui, juntamente com outros parlamentares federais, viemos enfrentar um desafio, sim, mas conscientes desse desafio. Toda a realização desses dez meses do Governo tem a orientação do Governador e a parceria de todos os Secretários de Estado. Esse é um Governo uníssono, que trabalha de mãos dadas. Estamos num novo tempo, em que o Governo participa ao lado do Legislativo e da sociedade organizada para a construção do orçamento, para a construção de uma nova Minas Gerais. Muito me honra participar deste momento.

Iniciamos, a partir de janeiro, uma nova reconstrução da Secretaria de Agricultura de Minas Gerais. Quero dizer que foi um desafio, sim, mas um desafio consciente. Tive a maior alegria em encontrar na EMATER, na EPAMIG, no IMA, na RURALMINAS, que são empresas afins da nossa Secretaria, homens e mulheres dispostos a dar a Minas Gerais um novo momento, uma nova participação, uma nova construção do agronegócio. A partir daí foi permitido à nossa Secretaria avançar. Nessas minhas palavras, vou procurar demonstrar o que já fizemos de concreto.

Inicialmente organizamos um grupo de trabalho com a participação de várias secretarias de Estado e de entidades participativas do setor do agronegócio, que teve a incumbência de mapear, durante 90 dias, toda a incidência de tributação do agronegócio de Minas Gerais. O trabalho foi realizado a quatro mãos e permitiu ao Governador Aécio Neves, na última semana, tomar decisões importantes para o agronegócio de Minas Gerais, incluindo o enfrentamento da guerra fiscal. Das 15 decisões do Governador Aécio Neves, 11 foram diretamente ligadas ao agronegócio mineiro. A partir desse grupo de trabalho, iniciamos os trabalhos com as empresas brasileiras, os sindicatos, os Prefeitos, os Secretários Municipais de Agricultura, os trabalhadores e os produtores rurais, no mês de abril. Foram 700 conferências municipais, em que tivemos a oportunidade de detectar, no sentimento de toda a sociedade organizada do agronegócio, as dificuldades que obviamente eram inerentes ao nosso saber. Foram feitas também 18 conferências regionais para que no dia 19 de maio houvesse a grande conferência do Estado. O Secretário Agostinho Patrús já falou sobre as dificuldades, e estavam ali expostos os problemas com as rodovias, as ferrovias, os portos, a infra-estrutura de armazenagem, a eletrificação rural e os projetos. As coisas ficaram claras para nós a partir desse grande mapeamento do agronegócio de Minas Gerais, talvez o primeiro a ser feito. Fomos até aos produtores rurais e aos trabalhadores para conhecer o seu sentimento, a fim de iniciarmos a grande reestruturação do agronegócio em Minas Gerais.

Também como providência, houve a instalação do Conselho Estadual de Política Agrícola, que foi criado pelo Governador Aécio Neves, por meio de decreto, e formado por diversas entidades que representam o setor. Estão instaladas em Minas Gerais mais de seis câmaras setoriais, sendo que, na próxima semana, na quarta-feira, mais duas câmaras serão instaladas, a do café e a da piscicultura. Por meio dessas câmaras, ouviremos as dificuldades de cada setor e os seus aconselhamentos, para que o Conselho Estadual de Política Agrícola tome as decisões viáveis para Minas Gerais.

Verificamos uma coisa muito clara: nas décadas de 70 e de 80, Minas Gerais foi pioneira na pesquisa do cerrado mineiro, quando mostramos ao Brasil a sua potencialidade. O Estado tinha recursos internacionais, como os dos japoneses, quando houve a criação do PADAF, do Pólo Centro, enfim, de programas federais que permitiram o investimento de médio e longo prazos com juros e carências compatíveis. Minas sinalizou o seu potencial de produção, e também outros Estados fizeram investimentos no cerrado.

Depois ocorreu algo que, infelizmente, para Minas não foi bom. Descobrimos, por meio desse mapeamento, que, nos últimos dez anos, a agricultura brasileira cresceu algo em torno de 76%, enquanto Minas Gerais só cresceu 41%. No último ano, a agricultura brasileira cresceu algo em torno de 24%, 27%, ficando que Minas Gerais nos 13%. Por quê? Porque Minas Gerais não teve os seus programas especiais nem participou da criação dos fundos constitucionais, perdendo os instrumentos necessários para desenvolver o agronegócio. Enquanto os outros Estados, por meio dos seus fundos constitucionais, fizeram investimento em médio e longo prazos e com períodos de carência e juros compatíveis, Minas Gerais ficou a mercê do mercado financeiro, e a sua produção ficou como está, ou seja, o País cresceu 27%, e o Estado, só 13%. O País teve uma produção em torno de 122.000.000t de grãos, ficando Minas somente com algo em torno de 8.600.000t. Vejam bem como ficou o grande produtor.

Por meio de esforço conjunto, fomos buscar o que Minas Gerais não tinha. Primeiramente, o crédito rural, para que o produtor tivesse acesso a

ele e, a partir daí, voltasse a investir e a crescer. Tenho a convicção e a certeza de que o desenvolvimento econômico de Minas Gerais começa no campo.

Ali, sim, começa tudo, pois é por intermédio do campo que se movimentam as cadeias produtivas de aço, ferro, indústria pesada de máquinas, implementos agrícolas, insumo, serviço e comércio.

E, não tendo os recursos, novamente sob orientação do Governador Aécio Neves, fomos em busca deles. Minas Gerais, nos seus tempos históricos, aplicou aquilo que o Rio Grande do Sul aplica atualmente em crédito rural. Quando o Rio Grande do Sul aplicava R\$1.500.000.000,00, Minas Gerais aplicava R\$1.600.000.000,00. No ano passado, Minas Gerais aplicou, timidamente, R\$870.000.000,00, e o Rio Grande do Sul, em torno de R\$3.000.000.000,00. Mas, já neste ano, por meio da parceria com o Banco do Brasil, Minas volta a oferecer à sua agricultura R\$2.100.000.000,00, sem falar das parcerias feitas com as cooperativas de crédito e com os Bancos comerciais, por meio de suas aplicações obrigatórias. Fizemos contato com todos os agentes de crédito, para que Minas volte a ter políticas de crédito e produza novamente o que produziu no seu passado histórico. Por meio dessas parcerias, estamos incrementando também a agricultura familiar. No ano passado, Minas aplicou o atendimento somente a 73 mil famílias da agricultura familiar, enquanto o Rio Grande do Sul o aplicou a 250 mil famílias. Conseguimos novamente e, sob a orientação do Sr. Governador, passaremos de 73 mil para 230 mil famílias, de R\$200.000.000,00 para R\$600.000.000,00 de aplicação em agricultura familiar em Minas Gerais.

Neste momento, estamos promovendo uma grande parceria da Secretaria com o setor universitário. Que façamos dessa parceria a cabeça pensante do agronegócio em Minas Gerais, por meio de professores, alunos, empresas, técnicos, veterinários e agrônomos! Que tenhamos um grande centro pensador sobre o agronegócio mineiro, mesmo com a busca de novos momentos para a cafeicultura mineira.

Ao detectar esses levantamentos, Minas Gerais, que já foi um dos maiores produtores de algodão do Brasil, hoje se encontra na tímida posição de 7º produtor, produzindo somente 4% do algodão do País. Nosso setor têxtil tem a necessidade de produzir 150.000t para abastecer o mercado, e produzimos somente em torno de 35.000t. O Norte de Minas já chegou a plantar 128.000ha de algodão e hoje planta em torno de 13.000ha. As providências foram tomadas. Ao lado da Secretaria de Desenvolvimento Econômico e de outras secretarias, o setor industrial e o setor de produção, fizemos a primeira grande parceria de Minas Gerais, para que Minas volte a produzir o algodão que já produziu e abasteça o seu setor têxtil. Reduzimos o ICMS de 12% para 7%. Firmamos o compromisso da indústria de remunerar o produtor mineiro numa média de 9% do preço pago nacionalmente pelo algodão produzido em Minas Gerais. E, a partir dessa compra, a indústria se comprometeu a depositar 0,833% num fundo especial, para que apliquemos no incentivo e na pesquisa da cultura.

A partir daí, fomos para a soja. Minas aumentou sua produção de soja em relação ao último ano, mas somos o 6º do "ranking". As indústrias mineiras de esmagamento só trabalham com 45% da produção do Estado, 55% são de outros Estados, como Mato Grosso e Goiás.

Falamos também, por meio de decisão do Governador Aécio Neves, na última semana, do crédito presumido, que permitirá à indústria mineira abastecer-se da produção do Estado e sinaliza seu crescimento a cada momento.

Quero deixar alguns dados. Na cidade de Prata, no Triângulo, sairemos de 5.000ha plantados para 35.000ha. Na região de Pedrinópolis, a Cooperativa Carol instala uma grande indústria de beneficiamento de sementes de soja, um investimento em torno de R\$10.000.000,00, para a produção de 200 mil sacas de semente de soja ao ano. E isso obriga o campo a plantar mais 6.500ha de soja para o abastecimento somente dessa indústria.

Saindo da soja, fomos para o milho. Minas Gerais foi um grande produtor de milho, hoje somos o 4º do "ranking", produzindo 5.000.000t de grãos. Chamamos, novamente, a parceria. Juntamente com os setores avícola, silvicultor e os produtores rurais, fizemos a primeira grande parceria de Minas Gerais na cidade de Cajuru, onde a empresa Alimenta contratou, com 150 produtores, o plantio de 1.200ha de algodão e, a partir daí, assegurou um preço mínimo de R\$15,00 a saca.

E, se o preço na comercialização da safra for acima de R\$15,00, pagar-se-á pelo preço médio da bolsa de mercadoria da região do Triângulo Mineiro. Este é um novo momento para o setor.

Quanto ao trigo, estamos elaborando uma grande parceria. Em 1987, o Brasil produziu 6.100.000t de trigo para uma necessidade de 6.700.000kg. No ano de 2001, quando se retirou o subsídio, o Brasil tinha a necessidade de consumo de 10.200.000t, e somente produzimos 2.800.000t. Minas Gerais produz aproximadamente a metade do trigo de que precisam os moinhos mineiros para abastecê-los. Faremos na cadeia do trigo o que fizemos com o algodão, para que seja uma segunda opção de plantio, a partir de março, através dos pivôs. E aí entra novamente a decisão do Governador Aécio Neves de reduzir de 18% o ICMS sobre a energia de irrigantes, no período noturno, para 12%, e 0% no Norte de Minas.

Também fomos em busca de solução para os problemas do setor da carne. E, pasmem, Minas Gerais, no ano de 2002, apresentou, prontos para o abate, 4,2 milhões de animais. E somente foram abatidos, em Minas Gerais, 1,2 milhões de animais. Três milhões de animais certamente foram para outros Estados, principalmente para São Paulo, que tem o sexto rebanho do País e exporta 60% da carne brasileira. Novamente entra em ação o Governador Aécio Neves. Iremos, na próxima terça-feira, ao lado dos parlamentares, ao Norte de Minas ver, com grande alegria, o Kaiowa voltar a funcionar, um dos frigoríficos de melhor corte de exportação de carne do Brasil. Se esses 4,2 milhões de animais fossem industrializados em Minas Gerais, seriam R\$3.600.000.000,00 gerados em nossa cadeia econômica. Se 4,2 milhões de couro fossem aqui comercializados, em estágio cru, representariam R\$370.000.000,00 em nossa economia. Caso fosse no estágio "west blue", o couro semi-acabado, despoluído, seriam R\$470.000.000,00. E se fosse o couro acabado, R\$1.200.000.000,00, e, se couro agregado a valor, ao sapato, ao estofado de couro, seriam R\$5.400.000.000,00, que, somados a R\$3.600.000.000,00, chegariam a R\$9.000.000.000,00, meu caro professor, para a economia de Minas Gerais. E, a cada milhão de couro processado na cadeia como um todo, haveria mais 30 mil novos empregos, que, multiplicados por 4, gerariam mais 120 mil novos empregos diretos em Minas Gerais. Por isso, estamos tomando as providências necessárias para recuperarmos essa perda do Estado.

Quanto ao café, meu caro Presidente, estamos instalando a nossa Câmara Setorial do Café e, a partir de quarta-feira, ouvindo toda a sociedade produtora, inclusive os trabalhadores, a FETAEMG e outros órgãos, quando discutiremos um novo momento. Não mais podemos viver sob crises. Temos de nos organizar, adotando um procedimento de plantio regulamentado, sendo cada setor orientado quanto ao que deve plantar. Precisamos melhorar a qualidade da nossa produção e buscar alternativas de mercados, e não só internos, por meio da indústria do café solúvel, porque não podemos dizer ser Minas a maior produtora de café do Brasil e do mundo se somente agrega 10% de seu valor no Estado.

A Alemanha, que não tem um pé de café plantado, é a maior exportadora de café solúvel do mundo. Então, Minas tem o desafio de provocar a melhoria da qualidade e a industrialização, para que aqui possamos agregar valores e, obviamente, por meio dessa agregação, gerar empregos e buscar as alternativas de mercados internacionais.

Também estão determinadas novas providências relativas ao leite. Por decisão do Governador, o leite, da indústria para o comércio, foi isentado; para o comércio interestadual, reduziu-se de 7% para 1%, e assim oferecemos um novo momento para o leite. Mas devemos entender também que é necessário haver programas especiais para o leite, como retenção de matrizes, o que já estamos providenciando junto ao Banco do Brasil, e novos incrementos para o setor, para consolidarmos esse ramo importante de nossa economia. Minas é o maior produtor

de leite do País, com 6.100.000.000 de litros ao ano. Por isso, esse é um setor infinitamente importante não só para a nossa economia, mas também para a geração de empregos.

Espero ter oferecido resumidamente o mapeamento do sentimento do agronegócio que fizemos nesses dez meses em nossa secretaria. Mas participamos também de projetos estruturadores, como o "Minas sem Fome" e o projeto do agronegócio agregando o café. Juntamente com o Secretário do Meio Ambiente, José Carlos, estamos presentes na bacia do rio São Francisco com os projetos estruturadores, com o Projeto Jaíba e outros projetos de que a secretaria participa. Espero que, por meio dos gerentes, nos debates diretos, os senhores possam saber maiores detalhes, mas coloco-me à disposição para passar-lhes, se quiserem, algumas informações sobre esses projetos. Estou muito feliz em estar aqui. Obrigado pela atenção.

Palavras do Secretário Adjunto Marco Antônio Rodrigues da Cunha

Exmo. Sr. Deputado Leonardo Quintão, Presidente da Mesa, na pessoa de quem cumprimento todos os membros desta Casa e os demais membros da Mesa; representantes de entidades e organizações, senhoras e senhores, nossa missão é tentar levar aos senhores um pouco da visão do Secretário Wilson Nélio Brumer, titular da Secretaria de Desenvolvimento Econômico. Ele, que gostaria muito de estar aqui e certamente proferiria palavras com muito mais propriedade, terá oportunidades futuras de debater pessoalmente com os senhores toda a política que tem instituído, juntamente com organizações privadas, instituições de classe e todos os segmentos da sociedade, visando ao desenvolvimento econômico e sustentável do Estado.

Em primeiro lugar, gostaria de apresentar-lhes a Secretaria de Desenvolvimento Econômico, que foi criada, por meio de lei delegada, em dezembro passado. Como se vê nessa tela, houve uma fusão entre a antiga Secretaria de Indústria e Comércio e a Secretaria de Minas e Energia. O Governador foi muito sábio ao escolher para titular da Pasta uma pessoa de renome, conhecida dos meios de produção, um desenvolvimentista por excelência, que trouxe para a Secretaria sua visão empresarial aliada ao alto espírito público que detém, contribuindo para que Minas desse um novo salto em sua etapa desenvolvimentista.

Temos três Subsecretarias, que cuidam de indústria, comércio e serviços; de assuntos internacionais e relações multilaterais com instituições financeiras, à qual se encontra coligado o Conselho de Comércio Exterior, presidido pelo Governador e do qual participam pessoas de renome nacional; por último, uma Subsecretaria de Desenvolvimento Minerometalúrgico e uma de Política Energética, de interface com a CEMIG e suas subsidiárias.

Esse trabalho não faz parte apenas da iniciativa de uma secretaria, mas de todo um sistema. É formatado sobre empresas coligadas: o BDMG - a perna financeira; a Companhia de Distritos Industriais - CDI -, que provê meios e infra-estrutura necessários ao assentamento de novos investimentos; a Junta Comercial do Estado de Minas Gerais, que cuida de todos os aspectos burocráticos, tentando agilizar e simplificar a vida do cidadão empreendedor; a CEMIG e suas coligadas, GASMIG e INFOVIAS; a Companhia Mineradora de Minas Gerais - COMIG -, que, assim como a CDI, passa por processo de revisão geral, por meio de um projeto, em tramitação nesta Casa, de sua transformação em uma entidade que fará parte de um tripé desenvolvimentista, ou seja, a CODEMIG; o INDI, instituição mais próxima do empresário que fomenta e auxilia no dia-a-dia das empresas.

Nas estratégias de desenvolvimento, Minas Gerais voltou a planejar. Esse planejamento não se encontra apenas na Secretaria de Planejamento e Gestão - SEPLAG -, mas em cada uma das Secretarias, como os senhores verificaram pela fala dos que me antecederam. Com muita propriedade mostraram que, além da visão individual, existe um planejamento muito bem estruturado e alavancado, capaz de transfigurar a realidade mineira.

O Dr. Tadeu Barreto mencionou Minas Gerais do século XXI, e também faço um adendo com o estudo de "clusters", feito pela FIEMG. Se somarmos esses diagnósticos existentes em todos os setores, inclusive o de consulta ampla e irrestrita, recentemente montado pelo Secretário Odeldo Leão Carneiro, vemos um conhecimento específico muito grande em nossa realidade econômica, sobretudo na base interiorana. Isso nos permitirá levar o desenvolvimento ao mais longínquo rincão, a partir do entendimento do que seja a base econômica de cada uma de suas singelas peças, que é o município.

Mediante o conhecimento da situação, o desenho da análise dos cenários e a definição de princípios e estratégias de desenvolvimento, estabelecer-se-á uma visão de longo prazo. Os projetos estruturadores e o desenvolvimento regional nos levará a um futuro almejado.

Minas Gerais desfruta de condição ímpar, não só com relação ao Brasil, mas também à América do Sul. O Deputado Leonardo Quintão, na sua fala, deu uma espécie de "high-light" a respeito do que entendemos ser uma definição absolutamente estratégica para Minas, que é a sua posição geográfica. Quarenta e oito por cento da população brasileira está nesse raio de 8km, a partir do baricentro do triângulo mercadológico: Belo Horizonte, Rio de Janeiro e São Paulo, que congrega as maiores atividades econômicas, o maior poder de compra. Temos 58% do PIB nacional e 62% de toda a venda a varejo. Essa é uma situação destacada e ímpar em relação ao Brasil.

Por ser um Estado mediterrâneo, temos uma grande facilidade na afluência a Leste, Oeste, Norte e Sul. Minas Gerais é especial nesse sentido mercadológico, pela sua posição.

A nossa estrutura do PIB não se tem alterado muito desde 1985. As mudanças nos seus patamares e nos seus diversos segmentos econômicos não têm sido significativas. Podemos verificar que, excetuando-se uma ou outra alteração ligeira, temos mantido uma longa tradição em que o setor de serviços é mais hegemônico, seguido pela indústria e depois pelo chamado agronegócio. Se capturarmos parte da indústria que está ligada ao "agribusiness", certamente essa posição do setor agropecuário crescerá substancialmente.

Mas existe uma grande preocupação: não temos agregado valor ao produto mineiro, principalmente na nossa pauta de exportações. Se pegarmos os dez primeiros produtos da nossa pauta, encontraremos nove classificados mundialmente como "commodities". Isso realmente é uma pena. Por outro lado, um grande desafio se impõe para que busquemos, nessa nova etapa pela qual estamos propugnando, agregar maior valor ao produto mineiro. Para isso, temos de pensar em termos de cadeias produtivas, arranjos produtivos locais, buscando, nos elos de cada cadeia, maior eficiência e maior qualidade possíveis, a fim de que o produto final seja realmente competitivo e venha a agregar mais valor à cadeia.

O PIB de Minas hoje, em torno de R\$120.000.000,00, não é aquilo que realmente desejaríamos. O grande desafio que se impõe é fazer crescer o PIB "per capita". Assim como o Brasil, Minas possui zonas bastante heterogêneas em termos econômicos. Isso nos leva a um novo desafio: dar a mesma prioridade a essas regiões mais carentes, para elevar o seu padrão e transformar a sua realidade. Minas Gerais é mais ou menos 10% do Brasil, mas, com relação ao PIB, estamos em torno de 7,8%, o que é pouco. Nosso potencial de crescimento é bem maior que esse.

Conforme disse, a estrutura do PIB é muito diversificada regionalmente. Temos regiões que precisam de um novo programa de desenvolvimento regional que agregue não só mais atividade econômica, mas, principalmente, que leve essa população a se radicar definitivamente, sem pensar no aspecto migratório. Com isso, sanaremos alguns problemas graves das regiões muito adensadas, principalmente as metropolitanas e as cidades-pólo. Temos de trabalhar muito para isso, levando em conta o aspecto social. Se estruturarmos

as regiões Noroeste e Norte de Minas, os vales do Jequitinhonha e do Mucuri e o rio Doce, certamente traremos um grande agregado à questão social. Tenho certeza de que esse também é um dos grandes desafios que se impõem.

O Deputado Agostinho Patrús já abordou a questão da infra-estrutura de Minas Gerais, e aí vem a grande questão: Minas é extremamente articulada e radicular. Temos 264.000km, a malha mais extensa do País e certamente uma das maiores do mundo. Evidentemente, parte disso é asfaltada. São 10.550km de rodovias federais e algo da ordem de 10.000km em rodovias secundárias, também pavimentadas. Algumas não estão no estado desejado, mas certamente o Deputado fará o esforço necessário para torná-las transitáveis, permitindo o escoamento dessa produção que, estamos falando, crescerá muito no Estado.

A malha ferroviária também é a maior do País e dá uma dimensão aos senhores de que somos passíveis desse salto de desenvolvimento, uma vez que temos aqui as principais linhas férreas que chegam aos principais portos do Brasil. Em consequência, a facilidade de acesso e de escoamento da produção ao porto serão diretamente proporcionais aos investimentos que forem feitos na recuperação dessa malha ferroviária. Hoje está praticamente toda privatizada, mas questões de ordem jurídica, já que são concessionárias, precisam ser superadas, a fim de que os investimentos retornem. Queremos crer que a partir de 2004 esses investimentos se tornem realidade.

Aeroportos. Temos uma estrutura aeroportuária muito interessante. Além do aeroporto internacional, temos vários outros de porte médio que possibilitam o recebimento de aeronaves de médio porte e o escoamento de produtos de alto valor agregado, que, de repente, poderão entrar na nossa pauta exportadora. Se fizermos a ligação regional desses produtos com o aeroporto internacional de Confins, contribuiremos para que Minas exporte maior valor agregado e viabilize, definitivamente, o Aeroporto Tancredo Neves, em Confins.

Energia. Minas Gerais detém praticamente 17% da capacidade de geração de energia. A nossa transmissão é considerada a melhor do País. Certamente, a nossa distribuição deverá, ao final do Governo Aécio Neves, estar perfeitamente radicular e complementada em termos de abastecimento, não só urbano, mas, principalmente, rural. Essas são as metas na questão da infra-estrutura que estão um pouco mais ligadas à Secretaria de Desenvolvimento Econômico.

As próximas lâminas dão idéia do binômio, daquilo que já é tradição, que já existe, com aquilo que é potencialidade, em que já identificamos a capacidade de empresas setorializadas em cada uma dessas regiões de alcançarem um desenvolvimento maior, quiçá exportador. Temos alguns exemplos no Triângulo Mineiro, no Norte de Minas, etc. O assunto não se esgota nesses dois quadros. Temos certeza de que outras potencialidades, de acordo com a evolução de cada uma dessas áreas, ganham maior valor.

Aí, temos o Alto Paranaíba e o Noroeste de Minas, com as suas potencialidades e com o que já é realidade.

Jequitinhonha, Mucuri e rio Doce. A economia é uma coisa muito dinâmica. Antigamente, no vale do Jequitinhonha, os maciços florestais serviam apenas e tão-somente para o carvoejamento. Hoje, essa madeira já tem um destino mais nobre além do carvoejamento, que é perfeitamente receptivo como atividade econômica. Talvez tenha de mudar apenas o seu manuseio. De qualquer forma, hoje a madeira é utilizada para a indústria moveleira. Como arranjo produtivo, temos certeza de que já se consolidou no binômio Grão-Mogol - Montes Claros. Realmente, podemos mostrar às demais regiões de Minas que, a partir de uma mesma matéria-prima, é possível agregar mais valor ao produto final.

Zona da Mata e Centro-Oeste. São duas regiões com muita tradição em alguns aspectos, principalmente nas várias potencialidades latentes que devem e merecem ser exploradas no seu limite.

Sul e central. Aí, temos uma infinidade de exemplos, principalmente na região central, no entorno de Belo Horizonte, que é muito rico em oportunidades. Algumas delas nascentes, outras ainda latentes, não só na área de indústria, mas principalmente na área de serviços. Essa área tem muito a contribuir. Minas Gerais, que já foi uma grande exportadora de serviços, poderá retomar esse papel, aliás, no âmbito internacional.

Os senhores se lembram muito bem das grandes obras que a Mendes Júnior e a Andrade Gutierrez já fizeram no exterior. Acho que, também através dos serviços, podemos não somente exportar a experiência de Minas, mas principalmente trazer para cá uma boa poupança em recursos externos.

Voltamos, agora, àquele quadro de análise da questão de estratégia de desenvolvimentos, com a definição de princípios e estratégias mais especificamente. Como já foi dito aqui, a visão veio do Governador: tornar Minas Gerais um Estado melhor para se viver. Procuramos sintetizar nossa missão em uma única e exclusiva meta, que é a melhoria do IDH. Falando em melhoria do IDH, estaremos falando em melhoria da educação, da saúde, do desenvolvimento, da renda, enfim, de tudo que afeta a pessoa. Temos a certeza de que esse pode e deve ser o grande objetivo da nossa Secretaria e do nosso planejamento.

As opções estratégicas são: reorganizar e modernizar a administração pública estadual, encargo que já está vinculado à Secretaria de Planejamento e Gestão - e tenho a certeza de que já demos saltos fantásticos nessa área, certamente outros serão dados até o final do Governo Aécio Neves -; promover o desenvolvimento econômico e social em bases sustentáveis - que é uma premissa básica - e recuperar o vigor político de Minas Gerais - acredito que esse papel já vem sendo cumprido muito bem pelo nosso Governador.

A partir dessa visão das opções estratégicas, temos dez prioridades: melhorar substancialmente a segurança dos mineiros; prover a infra-estrutura requerida por Minas; ampliar o atendimento ao cidadão através da oferta de serviços públicos de qualidade; intensificar a atuação do Governo na gestão do meio ambiente; contribuir para a geração de empregos através de iniciativas e incentivos a atividades econômicas; fomentar o desenvolvimento econômico estadual com ênfase no agronegócio; reduzir as desigualdades regionais; consolidar a posição de liderança da política de Minas no contexto nacional; estabelecer um modo de operação do Estado, recuperando as finanças públicas, esforço que está a cargo não só da Secretaria da Fazenda, mas de todos nós; viabilizar novas formas de financiamento dos empreendimentos, construindo novo marco legal.

Aí vêm os projetos estruturantes. Destacamos em amarelo aqueles que estão vinculados à Secretaria de Desenvolvimento Econômico. A listagem dos 30 projetos continua e, por último, temos outra listagem: empresa mineira competitiva, 100% de eletrificação rural, arranjos produtivos locais, energia elétrica para o Noroeste de Minas, unidade de parceria público-privada, plataforma logística de comércio exterior da Região Metropolitana de Belo Horizonte. Esse projeto está a cargo da Secretaria de Transportes, mas a Secretaria de Desenvolvimento tem tentado auxiliar no processo.

Outros projetos que estão em andamento são: o EXPOMINAS - como os senhores já ouviram falar, sua terceira etapa já está em fase de conclusão; o aproveitamento das águas através da água mineral de Minas, que é considerada uma das melhores do mundo; a revitalização de todos os nossos distritos industriais - os senhores sabem que temos distritos ociosos e que precisamos constituir hóspedes para eles; as pequenas centrais hidrelétricas e as usinas termelétricas, projetos de auxílio na geração de energia para o País; o Gemas e Jóias; Poupança Mineira Aplicada em Minas; os pólos de produção.

O Estado promotor, facilitador, descomplicador, é o que queremos e o que podemos. Acho que o Estado realizador já não existe. Ele já não tem a condição que tinha na década de 70 de ser um interventor direto na economia. O senso de iniciativa, ousadia e inovação poderia ser resumido apenas numa palavra: "pró-atividade". Precisamos ser "pró-ativos". Temos que buscar novas formas de fazer.

Administração pública empreendedora pensa pragmaticamente, mas com alto espírito público, sem perder de vista aquilo que a sociedade mineira deseja.

Para viabilizar tudo que expusemos, temos três fórmulas: por meio de recursos de terceiros; se não der, entramos em parceria: Governo mais terceiros. Por último, quando não for possível fazer nas duas anteriores, o Governo fará um esforço para realizar. Essas são as formas que concebemos para realização dessas tarefas.

Bases do financiamento. Em relação a tudo isso que estamos dizendo, passamos, primeiro, por recursos internos do BNDES e do BDMG no Estado; investidores institucionais que já existem; o Orçamento Geral da União e os programas setoriais, em que existem recursos que podem ser captados e recursos orçamentários do próprio Estado. Os senhores já sabem das dificuldades que temos nesse último quesito.

Recursos externos. Já estamos bastante avançados nas negociações com os Bancos Mundial e Interamericano de Desenvolvimento. Mas existem também fontes multilaterais. Teremos aí o tripé de suporte e apoio: BDMG na parte financeira, INDI na parte de fomento e a CODEMIG em eventuais realizações através de parcerias público-privadas. Primeiro, faremos com recursos de terceiros; segundo, misto; terceiro, com recursos apenas do Governo; neste caso, a CODEMIG poderá ser a grande realizadora.

Foi bastante discutida a concepção de cenários. No quadrante 1, o Brasil vai bem, e Minas Gerais melhor ainda; conquistamos o melhor do futuro. No 2, o Brasil vai bem, mas, infelizmente, Minas Gerais tropeça; há desperdício da oportunidade. Três, superação das adversidades de Minas, mesmo que o Brasil vá mal. Por último, infelizmente, seria aquele cenário que nenhum de nós deseja, seria a perda e a decadência econômica.

Estamos à disposição dos senhores para debater, na parte da tarde, sobre todos esses aspectos. Muito obrigado pela paciência. Sr. Presidente, obrigado pela concessão do tempo extra.

Palavras do Secretário Aracely de Paula

Meu caro Deputado Leonardo Quintão, que preside estes trabalhos; Deputado André Quintão, Presidente da Comissão de Participação Popular; Sr. Deputado Agostinho Patrús, Secretário de Estado de Transportes e Obras Públicas; meu caro Deputado Odelmo Leão Carneiro, Secretário de Estado de Agricultura; Marco Antônio Rodrigues da Cunha, Secretário de Estado Adjunto de Desenvolvimento Econômico; meu caro Dr. Tadeu Barreto Guimarães, Subsecretário de Estado de Planejamento e Orçamento; Dr. Luiz Aureliano Gama de Andrade, representante do Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social; Srs. Deputados presentes nesta audiência pública, minhas senhoras e meus senhores, inicialmente, gostaria de ressaltar nossa alegria e satisfação em estar na tribuna da Assembléia Legislativa de Minas para conversar com a sociedade mineira, para debatermos, neste momento em que repassamos e repensamos Minas e seu futuro, temas extremamente importantes que devem estaquear os rumos do futuro do nosso Estado.

Participamos do Governo na Secretaria do Turismo, que apenas como um enfeite fazia parte de um organograma do Governo e integrava uma série de outras secretarias, representando apenas satisfação à sociedade.

Felizmente, no Governo Aécio Neves, nestes novos tempos em que a economia é repensada em termos mais concretos, o setor ganha uma dimensão de que há muito tempo deveria estar gozando no seio da economia brasileira, não apenas de Minas Gerais.

As grandes nações do mundo alicerçam sua economia principalmente na área do turismo. A América do Norte, a Europa e os países da Ásia descobriram que o turismo é um veio da economia que se mantém e que dá respostas imediatas, muitas vezes explorando uma riqueza que não se esgota.

O tema estrutural da Secretaria do Turismo foi a Estrada Real, por tudo o que representa para Minas e para o Brasil: desafio, história, cultura, resistência e, acima de tudo, projeção para o futuro. Não haveria maior simbolismo que apontarmos a Estrada Real como projeto estruturador. Por meio desse norte delineado pela equipe do Governo, entendemos que vamos alavancar os demais projetos que fazem parte não apenas da Secretaria, mas do Governo de gestão proposto pelo Governador Aécio Neves. Essa gestão vai configurando-se por intermédio das diversas ações em desenvolvimento, não apenas em nossa pasta, mas em todo o Governo.

Certamente, durante os debates técnicos na parte da tarde, a Estrada Real será discutida com os membros do grupo temático. A Estrada Real representa não apenas a incursão dos bandeirantes, dos descobridores, dos artistas, dos poetas, dos sonhadores, mas também um traço da escravidão, porque ali o suor correu, o sangue se esvaiu. E, nas idas e vindas, foi-se traçando um mapa de Minas Gerais, o mapa do nosso futuro profundamente marcado, principalmente em nossa região mais rica e mais privilegiada pelos bens da natureza.

Ao contrário do que muitos dizem ou pensam, a Estrada Real tem uma característica própria que a diferencia da trilha de Compostela. Não é a estrada do peregrino, não é a estrada daquele que suplica, é a estrada do turista, daquele que exige, daquele que busca, daquele que quer qualidade de vida e preservação. Aí está a grande diferença.

Gostaríamos de dizer que, dentro das parcerias estabelecidas e preconizadas pelo Governador, a FIEMG assumiu, através do Instituto da Estrada Real, um papel importantíssimo e preponderante no desenvolvimento do projeto. A Secretaria, através de seus órgãos técnicos, associada à FIEMG, desengavetou, no dia 19/4, o projeto da Estrada Real. Alavancou o processo, deu a participação do Estado que faltava e institucionalizou o processo, que nunca mais parou e tornou-se um referencial para o turismo mineiro, nacional e internacional. Enquanto se desenvolve o projeto da Estrada Real, gostaríamos de acrescentar que, assumindo a Secretaria por determinação do Governador, passamos a reorganizá-la e a reestruturá-la, não apenas no seu aspecto material, mas no seu aspecto profissional, convocando pessoas comprometidas com o processo, que sentem que Minas tem um potencial imenso para ser explorada economicamente, modernamente, através do dinamismo, e fazendo o que estamos fazendo desde que assumimos a Secretaria: uma peregrinação pelo Estado, uma peregrinação de auditório em auditório, uma peregrinação de escola em escola.

Estamos tentando mostrar para o mineiro uma vocação nova: que o turismo em Minas não deve ser apenas uma atividade de lazer, de entretenimento, mas uma atividade empresarial, com retorno certo e rápido. A vocação do mineiro deveria ser mudada, porque fazer turismo não é procurar as praias do Espírito Santo, da Bahia ou do Rio de Janeiro. Fazer turismo é se sentir empresário do turismo e explorar economicamente um dos maiores potenciais que temos no Estado, que está virgem ou é explorado amadoristicamente. Fazer turismo é acreditar na atividade. Isso está latente. Nunca se falou tanto em turismo como se fala nas Minas Gerais de hoje. O próprio Governador Aécio Neves, empolgado e conhecedor daquilo que se passa no mundo, vê que uma das grandes bandeiras do seu Governo é a exploração desse veio inesgotável, que os exploradores não conseguiram tirar do Brasil; não conseguiram tirar essa riqueza exuberante que temos.

É dentro dessa ótica que estamos trabalhando, reestruturando a Secretaria, dando a ela condições de gerenciar os equipamentos destinados ao turismo. Não se pode conceber que, em uma secretaria, os equipamentos estejam espalhados em mais de sete, oito ou dez entidades diferentes. O Governador, teve a sensibilidade de não deixar isso acontecer. O EXPOMINAS é o primeiro grande investimento do Governador, e a sua gestão é repassada para a Secretaria do Turismo, para que o turismo possa realmente dar uma finalidade específica para aquele empreendimento. Esperamos, com a conclusão do EXPOMINAS, transformar Belo Horizonte no centro das grandes feiras, do turismo de negócios, das grandes exposições, competindo em pé de igualdade com Rio, São Paulo e Salvador.

Ainda ontem conversei com o Deputado Odelmo Leão. Devemos promover em Minas grandes eventos de que participe a Secretaria de Agricultura, por meio da amostragem do agronegócio, da potencialidade de Minas nos diversos setores e também da difusão e divulgação do nosso produto turístico. Essa integração do Governo é benéfica e necessária para Minas, neste momento.

Dizem os pessimistas que este é um ano perdido. Permito-me discordar disso e dizer que este é o ano de repensarmos realmente o País, como está sendo feito, de repensarmos o Estado com profundidade e com responsabilidade, é o ano de fazermos o inventário das deficiências do passado, para termos segurança no avanço do futuro. Este é o ano da reflexão, o que estamos fazendo.

As palavras do Deputado Agostinho Patrús, do Deputado Odelmo Leão, do Dr. Tadeu, enfim, da equipe do Governo presente demonstram o sentimento de que é necessário planejar para crescer. O mundo moderno não admite mais improvisações. Entendemos, Dr. Tadeu, que o planejamento acaba sendo a alavanca de Arquimedes, que dizia: "Dai-me uma alavanca, e eu levantarei o mundo". Falta em Minas Gerais o planejamento, por meio do qual obteríamos resultados concretos e permanentes. Estamos encarando o Governo nessa ótica e, por isso, viemos até aqui.

Conhecemos, sim, as dificuldades e, para enfrentá-las, estamos procurando a sociedade, a iniciativa privada e a participação permanente da Assembléia Legislativa, dos Prefeitos, das autoridades do interior, promovendo um verdadeiro mutirão no Estado a favor de uma área que deve ser despertada desta letargia que, infelizmente, domina o Estado no setor do turismo. Ele deve ser encarado como fator de geração de renda e de integração.

Quando cheguei a Belo Horizonte, diziam-me que a cidade não tinha atrativos turísticos. Desconheço uma cidade brasileira com tanta diversificação e oportunidades como Belo Horizonte. As ações dos Governos Municipal, Estadual e Federal são todas elas voltadas direta ou indiretamente para a exploração do turismo. Temos a reativação da Pampulha, a otimização de Confins, a duplicação da Antônio Carlos, oanel viário, a mudança da Rodoviária e do centro administrativo do Estado e a transformação cultural da Praça da Liberdade. Tudo isso são fatores indutores que transformarão Belo Horizonte na Capital nacional do turismo, afora as riquezas encontradas nos equipamentos que, lamentavelmente, deterioraram-se pelo tempo e pela falta de uso e de imaginação.

Acreditamos no Estado e, com essa reflexão, caminharemos. Estão presentes diversos Deputados que nos acompanharam ao Norte de Minas. A condução do PRODETUR Nordeste 2 viabiliza para o Norte de Minas, o Alto São Francisco, o Jequitinhonha, para 86 municípios os primeiros recursos internacionais a serem investidos na região. Esse mesmo PRODETUR foi perdido em gestões passadas. Foram US\$400.000.000,00 que enriqueceram Bahia, Ceará, Pernambuco, os Estados do Nordeste, em detrimento de Minas, e não sei se isso ocorreu por omissão, por desconhecimento ou por não valorizarem o setor.

Mas, lamentavelmente, Minas ficou apartada da distribuição do primeiro projeto do PRODETUR. Na última semana, felizmente, a Secretaria assinou o termo de adesão com todos os Prefeitos do Norte, e os recursos estarão disponíveis.

Estamos buscando as universidades. São 46 universidades de turismo para somar conosco, para capacitar o Estado para essa nova realidade. Neste mês, firmamos com o SENAC a ampliação do Portal de Minas, que é o "site" mais visitado do Estado, dando oportunidade para que outros municípios possam mostrar-se e fazer-se conhecer nacional e internacionalmente.

Essas são as ações desenvolvidas por meio da Secretaria. São as linhas de crédito que estamos trabalhando para que os investidores possam, dentro de sua capacitação e capacidade de trabalho, empenhar-se para explorar esse potencial imenso. Sei que existem críticas e reclamações, sei que determinados setores, às vezes, tentam culpar o Estado, o Governo, lamentável ou corriqueiramente, naquilo que nós chamamos de escapismo. Os tempos mudaram, estamos vivendo em tempos de competitividade. O turismo, como qualquer outra iniciativa, como qualquer outra empresa, baseia-se na capacidade de competição, em que prevalecem os melhores, aqueles que trabalham mais. O Estado, que deixou de ser investidor, paternalista e empresarial, hoje transforma-se num grande parceiro, num incentivador e descomplicador. Essa tem sido a postura do Estado de Minas, unindo os mineiros, resgatando a auto-estima, que entendemos ser a marca da Minas atual, recuperando nossos valores, origens e raízes em todos os setores, dando-nos uma sustentação econômica e social para que tenhamos uma condução política em nível nacional. Minas não pode desfazer-se dessa condição, que normalmente lhe pertence, de ser o ponto e o centro de equilíbrio das grandes decisões nacionais. Temos de nos preparar para essa grande empreitada.

Este é um momento bom, é o momento do inventar, repensar e caminhar, e é por isso que estamos aqui, como disse o Deputado Odelmo Leão, o Dr. Danilo, os Deputados Estaduais, todos os integrantes da equipe do Governo e da Assembléia Legislativa.

Quero deixar minha homenagem à Assembléia, pois nunca tantas reuniões e audiências foram convocadas para debater sobre o turismo, a respeito daquilo que é caro a nós todos, daquilo que nos faz bem porque fala da nossa história, das nossas riquezas e possibilidades. Estamos aqui imbuídos desse desafio, criando condições, para que o turismo cresça. Mas somente crescerá na medida em que fizermos aquilo que estamos sentindo. A vida pública nos ensinou que só faz bem aquele que sente; se não acreditarmos naquilo que falamos, ninguém acreditará. Mas, a partir da crença, tudo é possível.

Antes de chegar à Secretaria, passamos pela Câmara dos Vereadores, fomos Prefeito por três vezes, passamos pela Câmara Federal e aprendemos que na administração pública não existe missão impossível. Às vezes existem falta de vontade, desânimo e acomodação, mas, quando se quer, se faz.

Um Estado tão rico, tão privilegiado, bafejado pela sorte, não pode ser governado com os olhos no retrovisor ou com miopia quanto ao futuro.

Senhores, enquanto acreditarmos naquilo que pregamos, estaremos no Governo e, enquanto transmitirmos e encontrarmos ressonância, acreditaremos no Governo.

Mas assustou-me uma pesquisa, realizada em Minas, mostrando que 95% dos belo-horizontinos não conhecem Ouro Preto, patrimônio da humanidade, referência nacional e internacional. Se 95% dos mineiros não conhecem Ouro Preto, certamente 99% não conhecem o resto do Estado. E não conseguimos divulgar e difundir aquilo que desconhecemos. Quem não conhece não ama; quem não ama não trabalha. Nosso primeiro desafio é tornar Minas conhecida dos mineiros e brasileiros; é conquistar este mercado que se encontra ao nosso lado, este Estado rodeado de Brasil, para, depois, conquistarmos o mercado internacional. E, para isso, temos potencial, vontade política e capacidade de trabalho.

Ontem, estive com o Secretário Odelmo, e estabelecemos uma parceria para trabalhar o turismo rural e o ecoturismo, em Minas, de maneira pioneira. As Secretarias de Agricultura e do Turismo estabelecem uma parceria que servirá de parâmetro para o Governo Federal.

Quando assumimos a Secretaria do Turismo, contrariamos o Plano Nacional de Municipalização do Turismo, ao trabalharmos por sua regionalização. Entendíamos que municipalizar é individualizar, é fechar e que, criando a regionalização, estaríamos abrindo o leque e propiciando a integração dos municípios.

Ontem, em Brasília, numa reunião do Ministério do Turismo, presente toda a sua direção, criou-se o Plano Nacional de Regionalização do Turismo, e alegro-me que Minas tenha dele participado. Creio que, num futuro próximo, as secretarias de Estado e os ministérios vão-se agrupar para, em conjunto, explorar a riqueza que é comum a todos.

Sr. Presidente, agradeço a oportunidade, deixando minhas homenagens ao Governador Aécio Neves, que, com competência e habilidade, supera as divergências em todos os campos da atividade política e pessoal, conduzindo Minas numa unidade que a coloca em destaque frente ao Governo Federal, propiciando-nos conquistas que, às vezes, incomodam outros Estados e regiões. Agradeço à equipe que comigo trabalha na Secretaria, uma equipe coesa, que veste a camisa e acredita no que faz. Obrigado.

Palavras do Sr. Ilmar Bastos Santos

Exmo. Sr. Deputado Leonardo Quintão, na pessoa de quem cumprimento os demais Deputados e componentes da Mesa; representantes da sociedade civil organizada, senhoras e senhores, aqui estou representando o Secretário José Carlos Carvalho, titular da Pasta de Meio Ambiente do Estado, que, por problemas de saúde na família, não pôde comparecer. Na oportunidade, gostaria de parabenizar o Governador Aécio Neves pelo acerto e felicidade na indicação do nome do Secretário José Carlos, pessoa que tem grande experiência na área de meio ambiente - pois já foi Secretário de Estado, anteriormente, e Ministro de Meio Ambiente, na gestão passada -, tem renome nacional e internacional e é hoje o principal orientador de uma nova política ambiental para o Estado de Minas Gerais. Espero conseguir passar para os senhores as orientações que o Secretário José Carlos tem passado aos dirigentes dos órgãos estaduais do meio ambiente.

De acordo com a política da atual gestão estadual, nosso maior compromisso é com a modernização da gestão ambiental do Estado. Fico muito à vontade para dizer isso porque faço parte do Governo do Estado, como Presidente da FEAM, há exatamente seis meses. Antes disso, era dirigente de uma ONG ambientalista criada há mais de 15 anos. Dessa forma, eu, que jogava pedras nos órgãos ambientais, virei vidraça, o que acho extremamente salutar, embora seja um desafio. Mas não podemos furtar-nos a estas oportunidades que a vida nos oferece para tentarmos colocar em prática tudo o que temos exigido dos órgãos governamentais, como uma política de gestão ambiental para o Estado. Assim, tenho muita tranquilidade para falar, hoje, como dirigente de um órgão estadual de meio ambiente.

Dentro do tema desenvolvimento econômico, gosto sempre de ressaltar que se quer um desenvolvimento econômico sustentável. Aliás, por felicidade, nossa Secretaria tem este nome: Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável. Ou seja, pressupomos desenvolvimento, sim, mas em bases sustentáveis.

No PMDI, dentro da carteira de projetos estruturadores, temos dois grandes projetos que dizem respeito diretamente à SEMAD. Um deles trata da revitalização e desenvolvimento sustentável da bacia hidrográfica do rio São Francisco, e seu Gerente, Dr. Augusto César Soares dos Santos, estará aqui nesta tarde e discorrerá melhor e de forma mais técnica sobre ele. De qualquer forma, gostaria de dizer que o objetivo maior desse projeto é garantir a sustentabilidade das atividades antrópicas desenvolvidas na bacia hidrográfica do rio São Francisco.

O projeto visa estabelecer ações prioritárias regionais e setoriais em curto, médio e longo prazos, aumentando a oferta de água em quantidade e qualidade, recuperando, conservando e preservando o meio ambiente, assim como melhorando a qualidade de vida dos usuários e da sociedade como um todo. É um projeto extremamente importante para o Estado de Minas Gerais, na medida em que a maior parte da bacia desse rio de integração nacional situa-se neste Estado.

Em nível de discussão federal, é um momento extremamente importante, visto que discutimos um novo projeto de transposição das águas do rio São Francisco. A posição do Governo de Minas é a de fazer a revitalização desse rio, antes de pensar em transposição de suas águas. Numa comparação bastante grotesca, é como se um cidadão de saúde bastante debilitada doasse sangue para salvar outra vida. Comparativamente, esse é o quadro da bacia do rio São Francisco.

Dentro da carteira de projetos estruturadores, um outro diz respeito à própria modernização da Secretaria de Estado de Meio Ambiente, ou melhor, à modernização da gestão ambiental, sob o título Gestão Ambiental de Minas Gerais - Século XXI. Seu Gerente é o Dr. Rubens Vargas, que estará aqui à tarde discutindo ações levadas a termo e em andamento, a fim de colher subsídios para o aprimoramento desse grande projeto.

Dentro da visão do Secretário José Carlos, compartilhada por todos os dirigentes de órgãos do Sistema Estadual do Meio Ambiente - SISEMA -, nosso objetivo é a modernidade da gestão ambiental. O SISEMA é composto pela coordenação, por parte da SEMAD, e por seus órgãos seccionais: o IEF, que cuida da Agenda Verde, ou seja, da parte da biodiversidade, da fauna e da flora; o Instituto Mineiro de Gestão das Águas - IGAM -, que cuida da Agenda Azul, ou seja, da gestão dos recursos hídricos, da outorga da água; a FEAM, que cuida do licenciamento ambiental, da despoluição, isto é, da Agenda Marrom. Hoje, mediante convênio firmado, existe um elemento a mais nesse sistema, que é a Polícia Ambiental.

No que tange às ações prioritárias, com relação à política de gestão ambiental para o Estado de Minas, a principal delas é a reestruturação do modelo de gestão ambiental. Um modelo criado há 15 ou 17 anos, bastante moderno para a época, sendo aliás exportado. Existe hoje, em nível federal, o Conselho Nacional de Meio Ambiente - CONAMA -, que é uma cópia do Conselho Estadual de Política Ambiental - COPAM. Mas os anos se passaram, e o nosso sistema não evoluiu. Com isso, tornou-se lento, burocrático, cartorial e, obviamente, não tem cumprido seu papel de gerenciamento da questão ambiental no Estado. Pelo contrário, tem-se tornado um empecilho ao desenvolvimento econômico sustentável de Minas.

Estamos discutindo o desenvolvimento econômico do Estado de Minas Gerais. Hoje, todas as ações econômicas, de qualquer secretaria, têm um viés na área ambiental. Se for um projeto de infra-estrutura, de mineração ou de uma indústria, forçosamente tem de ter o licenciamento ambiental. Se esse licenciamento demora a sair, se é ineficiente, ineficaz ou se está ultrapassado, isso se configura num entrave ao desenvolvimento de Minas Gerais. Essa é uma visão clara que temos, e é importante que todos dela compartilhem.

Precisamos hoje fazer com que esse sistema seja mais ágil, mais eficaz e mais eficiente na análise desses processos, para dizer "sim", quando temos de dizer "sim", e para dizer não", quando temos de dizer "não" para um empreendimento que não pode ser aprovado. Mas temos de ter rapidez para dar essa resposta, até porque o empresário está perdendo tempo e dinheiro, já que não tem uma definição sobre o empreendimento que deseja implantar no Estado. Com isso, paralelamente à guerra fiscal, a questão ambiental pode transformar-se num elemento que talvez dificulte o desenvolvimento econômico do Estado.

Hoje o sistema funciona priorizando o meio, e não o fim, ou seja, o tempo maior é gasto na análise dos processos. E a questão fundamental, que é a fiscalização, o controle e o monitoramento, é praticamente ineficiente. Gastamos a maior parte dos recursos humanos e financeiros na análise do processo em si, o que não garante que aquele projeto aprovado e receptor da licença ambiental efetivamente cumprirá as condicionantes ali estipuladas. Parece que a licença ambiental é o objetivo final tanto do órgão licenciador quanto do empreendedor, que a recebe depois de uma gincana e acreditando que já cumpriu seu papel. Com isso, estamos adotando a visão do licenciamento pelo licenciamento. Na realidade, ele tem de ter um processo rápido, mas precisamos concentrar todos os nossos esforços no pós-licenciamento, quer dizer, a licença não é o fim, mas o início do processo de monitoramento e controle. Estamos tentando inverter isso nesta gestão.

Um dos pontos em que estamos atuando, entre as ações desenvolvidas, é o da unificação do sistema de gestão ambiental no Estado. O empreendedor que precisa de um licenciamento ambiental para o seu empreendimento teria de entrar hoje com três processos distintos nas três casas que mencionei. É uma coisa extremamente complicada, abrimos três guichês. E um avança mais que o outro, de forma que, em média, alguns processos de licenciamento levam dois anos ou mais, em vista de toda essa confusão.

Desde o mês de agosto deste ano, o guichê único já é uma realidade nos processos de infra-estrutura, indústria e mineração na FEAM. Hoje quem anda é o papel, não o empreendedor. Se ele precisa da outorga do IGAM ou da autorização de desmate do IEF, entra por uma porta única, de onde o processo tramitará para as demais instituições, de forma integrada e com uma visão unificada.

Outra ação que estamos desenvolvendo visa a construir e oficializar indicadores de qualidade ambiental. Hoje, não adianta falarmos para a sociedade que o IEF, que o IGAM ou que a FEAM autorizaram "x" processos ou fizeram não sei quantos mil autos de infração. Na realidade, isso é um dado gerencial. Por meio dele, a sociedade não consegue verificar se a qualidade de vida do cidadão melhorou. Temos de buscar indicadores que a sociedade possa, efetivamente, reconhecer como mudança. Como está a qualidade da água, melhorou ou não durante esta gestão ou depois dela? Como estão os índices de qualidade do ar? Como está o solo em Minas Gerais relativamente à contaminação, à poluição? Quanto estamos retirando de poeira do ar? Essa poeira que nós e nossos filhos costumamos respirar? Só com informações dessa natureza, transparentes, teremos a sociedade como nossa aliada e, ao mesmo tempo, controladora, podendo verificar como esta gestão está caminhando.

Precisamos estruturar melhor o sistema estadual de meio ambiente com o aprimoramento institucional e com maior integração. Cada órgão tem origem diferente: o IEF vem da Secretaria da Agricultura, a FEAM, da Secretaria de Ciência e Tecnologia, etc. Cada um tem um pai diferente. Então, juntamos tudo ali e queremos que funcione direito, com planos de carreira distintos, com histórias distintas. Estamos estabelecendo uma unificação, incluindo um único plano de carreira para os servidores da área ambiental, além do treinamento e da capacitação.

Precisamos rever a legislação. Para isso, contamos com o apoio dos Deputados. Não podemos ter a mesma situação para todas as regiões do Estado, que é altamente diversificado, com inúmeros contrastes. Por exemplo, hoje uma indústria que não é interessante para Belo Horizonte poderia ser para o Norte de Minas. A multa aplicada contra uma grande companhia mineradora não pode ser a mesma aplicada contra uma pequena lavanderia. Ela simplesmente determinará o fechamento dessa empresa. Se não fizermos diversos ajustes na legislação, não poderemos tratar a questão ambiental de forma tranqüila como deve ser.

A descentralização da gestão ambiental é uma realidade. Inauguraremos este mês o primeiro núcleo do Conselho de Política Ambiental Regional em Uberlândia. Temos mais seis núcleos regionais: em Ubá, Varginha, Montes Claros, Governador Valadares, Diamantina e Divinópolis. Cada um atenderá a determinada região do Estado. Obviamente, essa região guarda suas peculiaridades regionais.

O Secretário Odelmo Leão falou muito sobre o agronegócio.

No Triângulo Mineiro há um enfoque muito grande sobre a questão da agroindústria. Lá, vamos poder tratar dessa questão de forma diferente, como acontece aqui quando tratamos do COPAM. Em Varginha, a característica já é a de indústria de tecnologia, e vamos ter de nos adaptar a essas características e peculiaridades regionais. Isso é uma realidade. A descentralização da gestão ambiental começa efetivamente este mês. Vamos inaugurar-la em Uberlândia na presença do Governador, mostrando que é possível descentralizar a gestão ambiental.

Outro aspecto importante é a unificação dos bancos de dados do Estado. Essa ferramenta é extremamente importante e poderosa para a gestão ambiental do Estado. Isso não existia. Cada órgão tinha o seu, e, nos diversos setores do Estado, tínhamos parte desse banco de dados. Hoje, a unificação é uma realidade. Já existe uma centralização dessa base de dados na Secretaria de Meio Ambiente do Estado. Com isso, temos uma visão com imagens transmitidas por satélite, em tempo real, de como está a situação em determinada área do Estado e que providências precisamos tomar, até para priorizar essas ações, em função da dificuldade que temos de dispor de recursos financeiros para tratar da questão simultaneamente em todo o Estado.

O zoneamento econômico e ecológico do Estado também é fundamental. Precisamos conhecer como está o inventário florestal do Estado. Minas Gerais tem uma vocação para a indústria siderúrgica e, obviamente, consome carvão vegetal. Precisamos de informação segura, tranqüila e em tempo real desse potencial, desse inventário florestal. Também precisamos imprimir as diretrizes para uso e ocupação do solo. Temos de saber onde pode e onde não pode ser implementado determinado projeto. Isso é fundamental, e, além disso, temos de discutir a integração e a interação da questão ambiental com as demais Secretarias de Estado. Isso é muito interessante porque tenho vislumbrado nesta gestão a coesão. Não estamos em lados distintos. A Secretaria de Estado de Desenvolvimento Econômico não está de um lado, opondo-se à Secretaria de Desenvolvimento Sustentável. Estamos do mesmo lado, com visões e orientações específicas, mas trabalhando com o mesmo objetivo, com aquela visão, que já foi salientada, de fazer de Minas um melhor Estado para se viver.

Efetivamente, essa relação com as demais Secretarias está sendo feita através da criação de núcleos de gestão ambiental nas diversas Secretarias que têm interface com a área ambiental do Estado. A melhor forma de integrarmos a questão ambiental, que é transversal, perpassa por todas as Secretarias do Estado. Todas as ações necessitam da análise da situação ambiental do empreendimento ou da região onde o empreendimento estará situado.

Ainda gostaria de dizer que, a despeito de todo problema financeiro que o Estado enfrenta e de todo o rigor e austeridade que o momento impõe, não podemos nos deixar contaminar por essa situação e simplesmente cruzar os braços. Seria muito prático para todos os representantes do Governo de Minas ficar falando sobre o problema fiscal e sobre a pior equação fiscal que foi perdoada pelo Governo, ou, ainda, maldizendo a escuridão. Mas acho que temos, com criatividade, com as parcerias público-privadas, com a sociedade civil, ou com o cidadão, de responder efetivamente a essa deficiência e a essa situação de austeridade financeira que o Estado enfrenta, sem deixar de lado nossas obrigações de gestores públicos do Estado.

Poderia delongar-me mais para falar das principais ações, hoje, da política ambiental de Minas, mas teremos essa oportunidade com os gerentes desses projetos estruturadores, aqui presentes.

Agradeço a iniciativa da Casa. A sociedade é fundamental como parceira, como cúmplice das ações do Estado, para que a qualidade de vida melhore. No final, é a sociedade que lucra com isso, porque estamos falando de qualidade de vida para nós e para nossos filhos.

Agradeço a oportunidade de estarmos aqui, Estado e sociedade, frente a frente, sem esconder nada, de peito aberto, trabalhando em conjunto para que Minas seja, nos próximos anos, o melhor Estado para se viver. Muito obrigado.

O Sr. Presidente- Informo aos participantes do seminário que as apresentações estarão disponíveis a partir do dia 10/10/2003, no "site" www.almg.gov.br/eventos. Convido os senhores participantes para os grupos de trabalho, a partir das 14 horas: Grupo 1, "Infra-Estrutura", no Auditório, andar SE; Grupo 2, "Agricultura, Serviço e Indústria", no Plenarinho IV, andar SE; e Grupo 3, "Energia e Meio Ambiente", no Teatro, andar térreo. Convidamos também os coordenadores e gerentes dos Grupos 1, 2 e 3 para a reunião hoje, a partir das 13 horas, no Salão Nobre, no Hall das Bandeiras.

Esclarecimentos sobre os Debates

O Sr. Presidente - Passamos agora à fase de debates. Esta Presidência passará a ler as questões escritas encaminhadas pelos participantes presentes e pelos telespectadores. A Presidência solicita aos Deputados e participantes que fizerem uso do microfone que se identifiquem, sejam objetivos e sucintos, dispensada a formalidade das saudações pessoais. Cada participante disporá de dois minutos para apresentar sua intervenção.

Debates

O Sr. Presidente (Deputado André Quintão) - Passarei à leitura das perguntas escritas que chegaram à Mesa. Estabelecemos o teto máximo para o término desta reunião às 13 horas, em função da reunião que ocorrerá com os coordenadores dos debates temáticos. As questões específicas serão aprofundadas nos grupos de trabalho. Nossa idéia é fazer um bloco único de perguntas escritas e orais; depois, retornaremos para os integrantes da Mesa, agilizando o debate para cumprir o horário.

Pergunta, por escrito, ao Dr. Ilmar Bastos: "Nesse processo de desburocratização da FEAM existe a possibilidade de dar aos CODEMAS maior autonomia?".

Ao Deputado Agostinho Patrus, de Jarbas José de Almeida, da associação de moradores: "Quais os projetos para remoção das famílias que estão na MG-020, área de risco, nas proximidades do Bairro Ribeiro de Abreu?".

Há uma pergunta do Sr. João Lélis, da COOPMINAS, relativamente ao seminário Águas de Minas. Solicito que procure a assessoria da Assembléia, a fim de obter as informações devidas.

Estão inscritos, na ordem, Marco Aurélio, do Conselho Regional de Economia; Fernando Chiarini, da BHTRANS; Crispim Moreira, assessor parlamentar; José Fernandes Pacheco, CEDEFIS; Evaristo Garcia de Matos, do Conselho Municipal de Saúde. Com a palavra, Marco Aurélio Loureiro.

O Sr. Marco Aurélio Loureiro - Gostaria de fazer um registro. A oportunidade de acompanhar esse inusitado e inovador trabalho de discussão do PPAG, até mesmo no âmbito nacional, atribui grande responsabilidade a todos os envolvidos no processo, sejam do Legislativo, do Executivo ou da sociedade.

A dimensão desse trabalho é tão importante que até mesmo a brilhante iniciativa da Comissão de Participação Popular torna-se modesta. Como bem disse o Prof. Luiz Aureliano, é necessário a sociedade acompanhar a execução orçamentária.

Há sete ou oito anos, o Estado, juntamente com esta Casa, promoveu a discussão popular do orçamento de forma extremamente interessante. Foram realizadas dezenas e dezenas de audiências públicas microrregionais e regionais, o que redundou em um trabalho considerado importante pela sociedade, mas que se perdeu, porque não houve acompanhamento da execução do resultado daquele processo. Não houve nenhuma fiscalização nem satisfação à sociedade sobre o resultado. A fim de evitar que se repita o equívoco ocorrido, sugiro que esta Casa crie instrumentos que possibilitem à sociedade avaliar a execução orçamentária, nos próximos anos. Está em tramitação na Casa a Proposta de Emenda à Constituição nº 51, que cria a auditoria de fiscalização orçamentária popular. Talvez esse, acoplado a outros instrumentos, propicie esse acompanhamento à sociedade.

Inegavelmente, o Brasil evoluiu muito do ponto de vista político. Mas, do ponto de vista da gestão orçamentária, ainda é uma caixa hermética para 99,9% da sociedade brasileira. Obrigado.

O Sr. Fernando Chiarini - Sou técnico e assessor da Presidência da BHTRANS. Parabéns não só a Comissão de Participação Popular desta Casa como também o Governo do Estado, que coloca em discussão suas intenções e os programas do Governo do Estado para os próximos 20 anos. Minha consideração estará mais voltada para o Tadeu e para o Secretário Agostinho Patrus no que se refere à questão metropolitana.

É uma preocupação nossa a questão do transporte na região metropolitana. Ao ver a apresentação, e mesmo sabendo que hoje à tarde haverá um debate sobre a infra-estrutura do transporte na região metropolitana, preocupou-me um pouco o transporte de pessoas. No meu modo de ver, ela está pouco abordada nessa questão do transporte da região metropolitana. É certo que há toda uma logística voltada para o transporte de carga, sob o ponto de vista ferroviário. Mas, ao se pensar na questão do planejamento da região metropolitana dentro de uma perspectiva de melhoria da qualidade de vida, parece-me que está faltando um projeto mais concreto de transporte, que não se atenha apenas à questão do metrô. Estamos precisando de um pouco mais de fôlego para essa questão, na medida em que ela atinge cerca de 4,5 milhões de pessoas na região metropolitana. O desenvolvimento econômico dessa região precisará de ações com o objetivo de melhorar o transporte das pessoas. Obrigado.

O Sr. Crispim Moreira - Sou engenheiro agrícola e assessor parlamentar. Vou dirigir a minha pergunta ao Secretário Odelmo. Foi revelado que um dos objetivos da agricultura é o fortalecimento do agronegócio. A minha preocupação é com relação à concepção que o Governo tem sobre o agronegócio. Seria bom que a sociedade entendesse melhor a opção que se faz sobre ele. Há um direcionamento forte para a agricultura patronal? Qual é o papel que o Governo reserva para a agricultura familiar atuar no desenvolvimento estratégico, haja vista que é conhecido de todos que estudam Minas Gerais que o traço forte da concentração de renda e de riqueza é a desigualdade regional? Em que lugar o Governo coloca a agricultura familiar com o objetivo de possibilitar a desconcentração de renda e dos meios de produção e a redução das desigualdades regionais? Como a política agrária está inserida na estratégia de desenvolvimento de Minas Gerais, já que temos 8 mil famílias acampadas no Estado?

O Sr. José Fernandes Pacheco - Sou assessor da Deputada Maria do Carmo Lara, mas estou aqui na condição de Presidente do CEDEFES, um centro de documentação que atua como um típico de professor de português, que lê as coisas procurando erros. Ao ler o PPAG, ficamos preocupados com vários pontos que vamos levantar. Quero me dirigir ao Dr. Marco Antônio Cunha, porque acho que o Dr. Odelmo talvez tenha sido a pessoa que apresentou as notícias mais encorajadoras, mesmo porque ele está na área em que o Brasil está dando mais certo.

O Dr. Aracely disse que não gosta de números, o que me decepciona um pouco, porque planejamento para mim é número, gráficos, diagnósticos e perspectivas, e não discurso. Dirijo-me ao Dr. Marco Antônio, porque sentimos aqui a falta do papel da ciência e da tecnologia nessa questão.

Deputado Agostinho Patrus, no alto da serra da Saudade, no Município de Campos Altos, havia um buraco enorme na pista que só não me levou à morte por providência divina. Meu filho estava dirigindo o carro e, para sair do buraco, teve de dar um cavalo-de-pau no veículo. Sinalizaram o buraco, mas foram necessários três anos para que ele fosse tampado. É difícil acreditar nas boas intenções e nas possibilidades de realização de um governo quando este leva três anos para tampar um buraco. Quando se fala em Estrada Real, temos medo, pois olhamos para cima e esquecemos-nos de que, entre a região de Patos de Minas e São Gonçalo do Abaeté, abandonamos a rodovia e estamos passando pela estrada velha de terra. Lá foi feito o contrário da Ciência e Tecnologia: asfaltaram a estrada e, quando o asfalto acabou, tamparam os buracos com terra, o que a tornou impraticável. Penso que é difícil falar em desenvolvimento com processos tão obsoletos. Enfim, gostaria de saber qual é o papel que a Ciência e Tecnologia tem a exercer no desenvolvimento de Minas Gerais.

O Sr. Evaristo Garcia - Sou Evaristo Garcia, membro do Conselho Municipal de Saúde, e trabalhei no Governo Tancredo Neves, articulando técnicos para a elaboração do IV Plano Mineiro de Desenvolvimento Econômico e Social. Gostaria que o Dr. Tadeu e o representante do Dr. Wilson prestassem atenção no que direi. Sugiro a todos os membros do Governo que estudem a Lei Delegada nº 95, para não ocorrer aquilo que o Marco Aurélio disse. Antigamente, enchemos um caminho de projetinhos. Então, pegam o recurso, não fazem nada e não dão satisfação para o povo. É preciso estudar a lei delegada, porque, no Conselho Municipal de Saúde, trabalharemos com isso. Na 11ª Conferência de Saúde, dissemos que é crime hediondo desviar recursos das políticas sociais. Tenho certeza de que isso será aprovado na VIII Conferência Estadual de Saúde, porque é preciso ter responsabilidade.

O que aconteceu quando o saudoso Presidente Tancredo Neves deu responsabilidade aos membros do seu Governo? No fórum da ditadura, ele foi eleito Presidente da República. Esse é um exemplo. Não é bom fazermos projetos confiando em discursos. Devemos dar responsabilidade ao Governo. Por exemplo, reordenar a rede produtiva da Região Metropolitana de Belo Horizonte para abastecer o Aeroporto de Confins. Tínhamos o sonho de produzir suínos e frangos para exportação. A aviação da União Soviética viria aqui apanhar a nossa produção, mas isso acabou.

O Presidente da República Tancredo Neves morreu e acabou nisso, não se fala mais sobre isso. Vemos um linguajar de técnicos, que mudam os nomes; naquele tempo dizíamos corredor de transporte e exportação.

Ribeirão das Neves rompeu com a EMATER no Governo da Sra. Gracinha, e até hoje não se restabeleceu o convênio. O terreno está abandonado, e ninguém fala sobre isso.

Em Capim Branco, por exemplo, poderia ser gerada uma renda incalculável com a produção de suínos, aves, legumes e outras coisas. Havia uma produção de alho muito boa e acabou.

A EMATER está lutando com falta de pessoal técnico para orientação de como trabalhar a rede produtiva: a Federação das Indústrias, dos Trabalhadores, da Agricultura, agricultura familiar. É preciso que exista responsabilidade. O menino é o neto, e vamos chamá-lo e dizer: seu avô fazia assim.

O Sr. José Geraldo do Nascimento - Boa tarde. Sou do SINDÁGUA, da CUT-Minas. Gostaria de fazer duas intervenções dirigidas ao Secretário de Agricultura e ao Secretário de Meio Ambiente.

A água subterrânea é uma grande preocupação atual. Ultimamente, os jornais escritos têm veiculado informações a respeito das agressões que esse setor vem sofrendo, com o uso inadequado das águas subterrâneas. Como nada foi dito a respeito disso, quero receber informações sobre qual é a intervenção que o Governo do Estado pretende fazer nessa área, como pretende usar essa água subterrânea, que é uma das maiores reservas hídricas que temos atualmente, não só no Brasil, mas também no mundo, e que pretendemos utilizar num futuro, se possível, bastante longo.

Qual é a relação que esse Governo quer estabelecer com os comitês de bacias? Temos os comitês de bacias organizados nesse setor de águas, que vêm funcionando e monitorando nossas águas, fazendo intervenções muito importantes nesse setor. Como trabalhador da área de saneamento, não poderia deixar de mencionar essa questão.

Quero fazer outra pergunta ao Secretário de Meio Ambiente: nesta Casa foi criado o projeto de lei para o saneamento, ainda em 1992, mas não foi regulamentado, está engavetado. Neste momento, em que discutimos uma mudança não só em Minas, mas em todo o Brasil, principalmente na relação entre saneamento e meio ambiente, é interessante sabermos como será regulamentada essa questão do saneamento no Estado, quais serão as intervenções do Governo, se será por via da COPASA. Qual é o papel da COPASA nessa questão do saneamento? Como ficará essa questão da legislação sobre o saneamento?

Pergunto ao Secretário de Agricultura sobre a relação do Governo com a agricultura familiar e solidária. Há um papel importante não só na fixação do homem no campo, mas principalmente na geração de renda para grupos familiares, que hoje têm maiores dificuldades neste Estado, principalmente por causa dos "agrobusiness".

Com relação aos trabalhadores rurais sem terra, há uma grande necessidade da reforma agrária, e queremos conhecer a posição deste Governo relativamente aos referidos trabalhadores. Obrigado.

A Sra. Maria Lúcia Florêncio - Faço uma pergunta que também é um convite à reflexão e uma provocação a todos os dirigentes e parlamentares. Entre as propostas apresentadas, não vejo enfocada a cultura como ponto de reflexão da identidade e da expressão individual e coletiva. Cultura não é perfumaria, é geração de emprego e renda e tem relação com todas as questões sociais, deve ser traduzida em propostas objetivas.

Falo, mais uma vez, ao Secretário Aracely, do interesse e da necessidade da Estrada Real como geração de emprego e renda. Gostaríamos de saber sobre o andamento das conversas, relativas ao assunto, com a Secretaria de Estado da Cultura, com as Secretarias Municipais de Cultura, com os setores regionais ligados à cultura e com os segmentos profissionais da área. No que é veiculado na Rede Minas, em todas as propagandas, tudo é muito bonito, e, referindo-se à cultura, falam dos movimentos tradicionais populares, que são importantíssimos. Mas também são importantes as questões da memória, das bibliotecas e dos profissionais da área de cultura. Isso também é indústria de turismo.

O Sr. Presidente -. Pergunta de Antônio, da Central de Movimentos Populares, ao Secretário Aracely: "Como fazer chegar aos alunos das escolas públicas os pontos turísticos da nossa Minas Gerais?"

Pergunta do Juarez, do SINDÁGUA, dirigida ao Dr. Ilmar: "Os interesses do capital privado, se implementado o PPP, não trariam potenciais riscos às reservas naturais e ambientais?"

Pergunta do Sr. Vanete ao Secretário Odelmo Leão: "Apesar de ser da cidade de Jaíba, até hoje não entendi como é feita a escolha dos agricultores do Projeto Jaíba; quais os projetos que temos, no momento, para ampliação e manutenção dele?".

Pergunta da Sra. Rafaelita, do Grupo Reviver, ao Secretário de Turismo: "Qual a infra-estrutura de albergues no projeto da Estrada Real?". Pergunta também ao Secretário de Meio Ambiente: "Como se dará a inclusão curricular, no ensino fundamental, de matéria relativa à importância da educação ambiental, rios e fonte medicinal do Estado?".

Pergunta específica do Sr. João Luiz, da Social Democracia Sindical: "Na área do desenvolvimento econômico, qual o projeto de desenvolvimento industrial para o Município de Ribeirão das Neves?".

Encerradas as perguntas, passarei às considerações finais dos oradores e, ao mesmo tempo, para as respostas às indagações a eles dirigidas.

Com a palavra, o Prof. Luiz Aureliano.

O Sr. Luiz Aureliano Gama de Andrade - Parabenizo a Assembléia, os representantes da sociedade civil, encorajando-os a continuar nesse trabalho de acompanhamento, participação, mobilização e cobrança do andamento da execução do PMDI.

O Sr. Ilmar Bastos Santos - Anotei algumas questões, que vou tentar responder, pedindo que me informem se me esqueci de alguma. Quanto à participação dos CODEMAs, ela é fundamental. Nesses núcleos do COPAM que refletem a interiorização e a descentralização do processo de licenciamento, atendemos aos representantes dos CODEMAs regionais. É importante frisar que alguns municípios do Estado, notadamente Juiz de Fora, Betim, Contagem e Belo Horizonte, por meio de convênio com a SEMAD, desenvolvem licenciamento municipal ambiental, e, nesse processo, os CODEMAs são peça fundamental. Os demais municípios até então não apresentaram mostras de que o CODEMA estava bem estruturado. Aliás, nem todos os municípios têm um CODEMA; temos de incentivá-los a ter. Quero alertá-los apenas para uma questão que me preocupa: estamos falando em descentralização e interiorização do COPAM, mas devemos evitar a "prefeitização" dos CODEMAs, como temos visto em alguns municípios, onde o Prefeito estrutura o CODEMA para referendar os seus interesses, os interesses dos empreendimentos que tem na cidade. Talvez a criação das regionais do COPAM seja um passo intermediário para a municipalização do licenciamento ambiental. Acredito que, por meio da regionalização, poderemos levar aos municípios que compõem determinado núcleo uma nova visão, um estímulo a mais para que os CODEMAs municipais se capacitem e se reestruturarem para o licenciamento ambiental. De qualquer forma, entendemos que os CODEMAs são fundamentais. Tanto que têm participação nos Conselhos de Política Ambiental.

Uma pessoa fez uma pergunta sobre as águas subterrâneas e os comitês de bacia. Quanto ao uso da água subterrânea, há hoje uma legislação específica sobre isso. O que cabe ao órgão ambiental é fazer com que as normas existentes sejam cumpridas, independentemente de quem procede à exploração. A água mineral, por exemplo, é tratada na legislação como mineral, não como água. Ou seja, a exploração de água mineral - uma fonte, por exemplo - está afeta ao Departamento Nacional de Produção Mineral - DNPM. É claro que todo empreendimento precisa ter o licenciamento ambiental estadual, independentemente de estar afeto ao DNPM ou a um órgão federal ou estadual. Mas a própria deliberação estabelece os critérios de uso: para que pode ser usada essa água mais nobre, subterrânea, e qual o volume de exploração?

Quanto aos comitês de bacia, também são peças fundamentais na gestão ambiental do Estado. Aliás, acredito que a interiorização do IGAM se dê por meio desses comitês, que são as unidades legítimas para deliberar sobre o uso e as prioridades de uso da água, porque o comitê é composto por representantes de usuários. Aliás, é o comitê que deve deliberar sobre o pagamento pelo uso da água e sobre o que fazer com os recursos arrecadados. Ou seja, para nós, o comitê é peça fundamental para a gestão dos recursos hídricos do Estado, e o entendimento do Secretário é que devem ter autonomia para fazer a gestão e decidir sobre o uso das águas e a aplicação dos recursos arrecadados.

Com relação ao saneamento, no dia 16 de outubro teremos audiência pública versando sobre questões de desenvolvimento social: saúde, saneamento, educação, segurança, habitação e trabalho - Minas sem fome. Quanto a isso, existe o projeto estruturante, chamado Saneamento Básico, mais Saúde para Todos, cujo gerente é o Dr. Ricardo Augusto Simões Campos, que trata da ampliação desse sistema de saneamento. Durante essa discussão teremos informações técnicas do que está sendo planejado.

No tocante ao saneamento, compete ao órgão estadual ambiental licenciar, acompanhar, fiscalizar e monitorar o tratamento de esgoto doméstico e empresarial. Esse material é carregado para o rio. Não há como falar de gestão de bacia sem mencionar o tema do tratamento de efluentes. Compete ao município e ao empreendedor cuidar dessa questão, fazendo com que a qualidade do efluente esteja dentro das normas ambientais.

A questão da saúde será discutida no dia 16/10/2003.

Reservas naturais e interesses particulares: hoje, a legislação é muito clara com relação à conservação dos recursos naturais. O País detém uma das melhores legislações ambientais que conhecemos. Entretanto, o que, efetivamente, falta é a fiscalização do cumprimento dessa legislação.

A iniciativa privada tem papel fundamental na proteção da biodiversidade, das reservas naturais. Se computarmos todas as áreas públicas federais, estaduais e municipais de preservação, veremos que representam, em todo o País, menos de 10%. Então, 90% da biodiversidade e das áreas naturais estão nas mãos de particulares. A responsabilidade de conservação do setor privado é muito grande, porque, senão, somente restará o que está dentro da reserva pública. Estamos tentando fazer essa sensibilização, por intermédio de meios legais ou de ação "pró-ativa" dos proprietários privados.

Os órgãos responsáveis pelo cumprimento e pela fiscalização da legislação têm falhado. Está nas mãos do proprietário privado a conservação deste País, e não nas mãos do Governo, já que as áreas públicas representam pequena fatia do País.

Para terminar, falemos sobre a questão da inclusão da educação ambiental no currículo do ensino fundamental. Existe uma grande discussão sobre esse assunto, há até mesmo propostas de se criar matéria específica sobre educação ambiental. Na minha opinião, a matéria educação ambiental é transversal a todas as outras. Educação ambiental, assim como patriotismo, civismo e educação, tem de ser transversal a qualquer outro tipo de matéria, não sei até que ponto.

Hoje existem ações no ensino não-formal e ações materiais paradidáticas com relação ao ensino de educação ambiental, mas, em todas as oportunidades, quando tratamos de Geografia, de História, de desenvolvimento, temos de abordar a questão ambiental. Para nós, esse tema perpassa todas as áreas, e seria muito complicado se o confinássemos a uma determinada matéria.

Há formas de abordarmos a questão ambiental no ensino fundamental. Tenho dois filhos que estudam em colégio particular, e isso é feito de forma muito tranquila. Eles têm essa visão em todas as matérias, como se fosse uma vertente natural das ações. Quando se explica o porquê da existência da caatinga, por que há desertos, por que uma área é superpopulosa, no estudo da Geografia, a educação ambiental tem que ser abordada, é fundamental.

Para concluir, queria agradecer a oportunidade e dizer que só construímos alguma coisa com discussão, participação e interação. Para mim, está sendo uma experiência interessante ser Governo. Estou tendo a possibilidade de pôr em prática tudo que achava que seria uma boa contribuição para o aperfeiçoamento da gestão ambiental no nosso Estado. Parabéns a Casa, mais uma vez, pela iniciativa dessas audiências públicas, que certamente servirão para aprimorar o PMDI e o PPAG. Coloco-me à disposição das pessoas que quiserem discutir as questões técnicas com mais detalhes, assim como toda a Secretaria de Meio Ambiente.

O Secretário Adjunto Marco Antônio Rodrigues da Cunha - Antes de mais nada, agradeço pela chance de estar dialogando nesta Casa, principalmente por ter a oportunidade de tornar mais transparentes as questões relativas às ações e posições da Secretaria de Desenvolvimento Econômico.

Há uma pergunta endereçada a nós: "Qual o papel da ciência e tecnologia na questão do desenvolvimento de Minas Gerais?". É precípuo. A questão relativa à ciência e tecnologia, embora exista uma Secretaria própria que abriga o tema, passa diretamente por todas as demais Secretarias, notadamente pela nossa Secretaria de Desenvolvimento Econômico.

Sem a ciência e a tecnologia não é possível agregar valor a produto algum; e absolutamente não se consegue desenvolvimento sustentado e sustentável sem adição do ingrediente ciência e da pitada de tecnologia. É necessário que ciência e tecnologia, em primeira instância, sejam o motor gerador da economia, para que depois colhamos, na ponta, o resultado de tudo isso - que é um produto de qualidade, competitivo - e, principalmente, a adequação dos meios de produção à questão ambiental e social. Ciência e tecnologia, portanto, são fatores viscerais nas nossas preocupações, diuturnamente. Diria mais: se os senhores discutirem, no turno da tarde, ao tratarmos da questão dos projetos estruturadores, os arranjos produtivos locais, verão que ciência e tecnologia começam e terminam o processo.

O meio produtivo é simplesmente uma amarração das pontas em que a inovação, a criatividade, juntamente com a geração da inteligência, resultam em um produto vendável em qualquer parte do mundo.

Com relação ao questionamento do Sr. Evaristo, vou conhecer melhor a Lei Delegada nº 95. Acho que o senhor tem toda razão quando diz que devemos ordenar a rede produtiva para o aeroporto de Confins. O aeroporto de Confins é um elefante branco de US\$500.000.000,00. Algumas iniciativas do passado precisam de maior sustentação em razão das atividades produtivas que não foram correlacionadas com aquele objetivo. Um terminal de passageiros para Confins é pouco. Precisamos transformá-lo em um aeroporto industrial, em uma plataforma logística, em que todo seu entorno tenha produção direcionada. Aí, poderemos começar a movimentar a roda.

Teremos aviões descendo constantemente na medida em que tivermos um aeroporto que demande, além do transporte de passageiros, o transporte de cargas. Isso só se tornará realidade quando houver usuários. Em um primeiro momento, esses usuários são aqueles que demandam um serviço caro, pois esse transporte é caro em relação aos outros meios de transporte. Têm de ser cargas com alto valor agregado.

No passado, a Aeroflot transportou carne de porco e de ave. Não foi economicamente viável porque existe outro meio de transporte mais voltado para isso. Essa exportação pode ser feita por meio de contêineres e vagões frigoríficos que permitem o transporte com menor incidência do fator custo "versus" transporte no preço do produto final. Para isso, temos de acoplar em Confins gemas e jóias, eletroeletrônicos, biotecnologia, equipamentos de precisão. Minas Gerais tem de dar uma maior escala a tudo o que já produz e transformar isso em um produto de ambiente mundial. É o que precisamos e estamos pensando em fazer. Já estamos em negociação com uma série de empresas que, a partir do próximo mês, farão a locação física no entorno de Confins ou dentro das próprias instalações do aeroporto. Foi um acordo feito pelo nosso Governador com o Presidente da INFRAERO. Uma parceria muito estreita entre o Governo do Estado e o Governo Federal permitiu que a INFRAERO seja também um motor desenvolvedor de facilidades para que Confins tenha melhor sorte a partir de agora.

Acreditamos muito no potencial de Confins como plataforma logística, voltada para os produtos de maior valor agregado e com mais tecnologia, com mais conhecimento, com mais inteligência.

A cultura perpassa também pelo desenvolvimento econômico. As nossas tradições e a nossa história têm papel relevante nas questões relativas aos desenvolvimento econômico. O jeito mineiro de ser faz parte da atração de novos empreendimentos, de dar viabilidade ao nosso território como uma base produtiva para qualquer tipo de empresa.

Evitamos tocar na questão municipal. Sempre falamos em desenvolvimento regional. Mas Ribeirão das Neves é um caso à parte, um enclave de pobreza endêmica, uma cidade-dormitório, que, por circunstâncias do destino, gera mais problema que solução.

O IDH de Ribeirão das Neves é um dos menores do Estado, e a cidade fica a 22km da Praça Sete. Então, Ribeirão das Neves está merecendo uma atenção especial da Secretaria de Desenvolvimento, que vai tentar carrear para lá empresas que possuam utilização intensiva de mão-de-obra. Para quê? Além do aspecto social de ter a empresa perto, teremos um impacto menor em nossa estrutura viária. Quanto mais perto do lugar onde habitam as pessoas estiver o desenvolvimento - desde que seja feito de forma sustentável e em coexistência pacífica com a urbanidade -, mais estaremos agregando, e haverá um impacto menor na estrutura viária da cidade, com menor demanda por transportes.

Com isso, encerro minha fala e espero ter respondido à maior parte das indagações. Coloco-me à disposição desta Casa e das pessoas que aqui se encontram para responder outras questões.

O Secretário Agostinho Patrús - Obrigado, Presidente André Quintão. Para objetivar, vamos responder às perguntas dirigidas especificamente à Secretaria de Transportes e Obras Públicas. A primeira, dirigida pelo Jarbas, da associação de moradores, sobre a remoção de moradores às margens da MG-20. Esse é um problema crônico de Belo Horizonte, de Sabará e das demais cidades do entorno da Capital e até mesmo de dentro desta cidade. Os moradores das margens de rodovias e dos cursos d'água, principalmente do Arrudas, causam-nos grandes problemas, e temos, além do CEDEC no Estado, a representação das Prefeituras. O Prefeito Fernando Pimentel e outros têm empreendido um esforço muito grande, mas temos esse problema realmente. As pessoas não querem sair de suas casas. A moradia é um vínculo muito forte que a pessoa tem. Precisamos alocar essas pessoas, e esse é o sinal mais evidente do subdesenvolvimento, da falta de melhores condições de vida e de melhores IDHs. As pessoas deixam suas regiões e vêm-se colocar em locais indevidos.

Quanto ao transporte de passageiros, mencionado aqui muito bem pelo nosso companheiro Fernando Chiarini, temos essa preocupação, mas é muito comum falarmos mais da nossa preocupação com o escoamento da produção e do transporte de carga. Procurei chamar a atenção, também, para o transporte de passageiros e temos um projeto estruturador para a RMBH. É a plataforma de logística e de transporte da RMBH. Quando falamos em transporte para essa Região Metropolitana, estávamos falando no transporte de passageiros. É claro que pensamos no transporte de cargas também e no problema da transposição ferroviária da cidade, que hoje só comporta 8.000.000t, enquanto a nossa demanda é de 16.000.000t. Isso quer dizer que toda a produção do Centro-Oeste brasileiro que passa por Belo Horizonte com destino a Vitória tem aqui um gargalo que dobra o seu tempo de passagem por aqui. Mas estamos muito preocupados com o transporte de passageiros porque esse é o maior problema dos nossos moradores, que têm de enfrentar uma ou duas horas de transporte, em virtude das suas más condições e má distribuição. Como disse muito bem o Fernando, o metrô vai ser o nosso foco principal. Uma vez construído o metrô, temos de dirigir os ônibus e demais recursos que tivermos para complementar essas obras.

Quanto ao problema de recuperação das estradas levantado aqui pelo Pacheco, conseguimos recuperar apenas 10.000 dos 21.000km de estradas asfaltadas. Ainda há muitas estradas em mau estado. Criamos um grupo de gestão para enfrentar as chuvas com a participação dos trabalhadores, empresários de transportes e todos os órgãos federais, estaduais e municipais. Mas essa recuperação, como mostramos, não foi feita por falta de recursos e de cuidado com a manutenção das nossas estradas nos últimos cinco anos, o que levou a essa situação caótica em que nos encontramos.

Queria dizer ao Sr. Evaristo que o menino vai dar conta do recado. Fará jus à sua ascendência, tanto de Tancredo Neves, por um lado, como de Aécio Cunha e Simão da Cunha, de outro lado. Se Deus quiser, o Governador Aécio Neves há de corresponder à expectativa que é depositada em sua figura e nessa nova visão da política brasileira, com a renovação trazida pelo Presidente Lula e pelo Governador Aécio. Muito obrigado.

O Secretário Odelmo Leão Carneiro Sobrinho - É com grata satisfação que responderei a algumas perguntas a mim dirigidas. Se porventura não anotei alguma, estou à disposição. A primeira que chegou, parece-me que de Vanete Felino, é sobre o Jaíba. O Projeto Jaíba, hoje, tem um gerente, Dr. Luís Afonso, que na tarde de hoje proferirá palestra mostrando qual é nossa visão desse projeto estruturante do Governo. Mas posso lhe dizer que temos sérias preocupações. É um projeto em que foram investidos mais de US\$400.000.000,00, tem potencial para irrigar 150.000ha, gastando 80m³ de água por minuto. Temos o sentimento e a certeza de que será um dos grandes projetos da produção agrícola de Minas Gerais. Há um projeto pronto para operar em áreas internacionais, de abastecimento interno de fruticultura, no setor de produção de bananas, enfim, em todos aqueles assentamentos da produção rural.

Não posso informar sobre o assentamento no Jaíba 1. Na minha avaliação, foi feito de forma desordenada, com pessoas não preparadas para irrigação, porque irrigar exige tecnologia e conhecimento, assistência técnica, coisa que não houve até hoje, mas haverá, por parte do Governador Aécio Neves.

As pessoas que hoje estão no Jaíba 1 não foram tituladas. Não sendo tituladas, não têm garantia a oferecer aos Bancos, para aumentar o seu nível de endividamento e produzir. O Governo Aécio Neves já começou a discussão com os Bancos do Nordeste e do Brasil para rever o endividamento das pessoas que ali estão para titulá-las; após a titulação, aumentar seu potencial de endividamento. Renegociando as dívidas, essas pessoas poderão produzir com dignidade.

Outra ação concreta que o Governo Aécio Neves tomou em relação ao Jaíba foi colocar a energia para irrigantes, no período noturno, com 0% de ICMS, reduzindo 35% do custo dessa operação. Dessa forma é que o Governo Aécio Neves hoje vê o Jaíba.

Prepara-se a planta do Jaíba 2, para que se façam as licitações públicas e as pessoas interessadas no Jaíba possam prontamente, a partir dessa licitação, que deverá ocorrer nos próximos dias, fazer uso daquela área importante do Norte de Minas para a economia mineira, em relação à geração de rendas e de produção.

Em relação à reforma agrária, o Governador Aécio Neves criou a Secretaria Especial de Reforma Agrária, dirigida pelo nosso colega Deputado Marcelo Gonçalves, que tem agido prontamente com o Governo Federal nas áreas de assentamento, que demandam a presença do Governo Estadual. Em momento algum o Governo Estadual falhou em relação aos assentados, às pessoas que estão acampadas e querem ter acesso à terra.

Mas nosso Governo tem outra preocupação. São os produtores que estão lá, principalmente os de economia familiar. É uma avenida de duas pistas, a que vai para o campo e a que volta. Quem está no campo sem política para produção está voltando para a cidade. Temos de nos preocupar em manter os produtores rurais no campo. A política do Governador Aécio Neves é ampla. Ele não se importa somente com o agronegócio, mas preocupa-se com todas as atividades da agricultura mineira, sem distinção, obviamente atribuindo a todas importância única. Tanto o agronegócio quanto a reforma agrária e a economia familiar estão em um único plano e merecem atenção especial.

Outra pergunta dirigida a nós, de forma genérica, foi sobre a EMATER na cidade de Neves. Não é que a EMATER não queira estar presente naquele município. Os senhores podem verificar junto à Prefeitura que, certamente, o interesse não parte da própria Prefeitura, porque a EMATER está pronta a servir em qualquer unidade do Estado onde haja o desejo de sua presença.

Falou-se que o Governo deve observar como um todo o problema da lei delegada. Um Governo que tem a coragem de mandar um orçamento para a Assembléia Legislativa sinalizando um déficit de R\$1.400.000.000,00 é sério e, obviamente, está observando a lei delegada. Quando se criam outras fontes de receita para encobrir o que realmente não existe, tenham a certeza de que a lei delegada não será respeitada. E esse Governo respeita a lei delegada, assim como respeita a sociedade de Minas Gerais.

No que diz respeito à agricultura familiar, respondo a essas perguntas com muito alegria. Pela primeira vez em Minas Gerais o Conselho Rural Sustentável está sendo presidido pelo Secretário e funciona. Lá estão representados o MST, os assentados, a FETAEMG, toda a agricultura familiar do Estado. Hoje, por meio da criação de regras próprias, elegeremos os cinco primeiros territórios que serão assistidos em Minas Gerais.

Um governo que se preocupou em sair de 73 mil famílias atendidas na agricultura familiar para mais de 230 mil e que saiu de R\$200.000.000,00 para R\$600.000.000,00 de investimento, preocupa-se com a agricultura familiar. Esse Governo alocou R\$3.600.000,00 para fazer o atendimento do Programa de Fundo e Benefício de Garantia de Safra, permitindo, por intermédio da Secretaria de Agricultura, atender 100 mil famílias no seguro-safra, em resultados de R\$100,00 durante seis meses; R\$36,00 advindos do Governo de Minas; R\$18,00, das Prefeituras; e R\$6,00, do produtor que aderiu ao programa. Agradeço a Secretaria de Planejamento, que entendeu e disponibilizou R\$3.600.000,00 para atender 100 mil famílias de agricultura familiar nas regiões da SUDENE. Obviamente, esse Governo se preocupa com a agricultura familiar.

Temos boa relação com o Governo Lula, que neste momento está tentando oferecer-nos somente 12 mil cotas. Espero que possa oferecer-nos as 100 mil cotas que colocamos no orçamento, porque preciso de atendimento para 100 mil cotas da agricultura familiar na região da SUDENE. O Governo que tomou essas providências se preocupa com o agronegócio.

Um Estado que deve R\$37.000.000.000,00 e que tem uma previdência com déficit em torno de R\$220.000.000,00 obviamente tem que desenvolver a sua economia para que possamos recuperá-la. Minas tem um desafio maior que é crescer mais que o Brasil, porque é um Estado que cresceu, em dez anos, 41%, enquanto o País cresceu 77%. No último ano, Minas cresceu 13% e o País 27%. O desenvolvimento das economias mineira e brasileira começa no campo. É lá que se movimentam as cadeias do ferro, do aço, dos serviços, dos insumos e do comércio. Prefeitos, atentem para a agricultura e elejam a agricultura como a primeira atividade do município, porque é nossa vocação. Começam no campo 73% da economia mineira.

Vou encerrar agradecendo o convite. Sempre que puder, voltarei para prestar contas. Meu amigo Pacheco, não é que o agronegócio esteja na moda, é que, até que enfim, nós, brasileiros, deixamos de chamar o produtor rural de caloteiro e o colocamos na sua verdadeira posição, como um homem da produção, como um homem honrado e digno, ao lado dos trabalhadores rurais. O Brasil, hoje, começa a reconhecer a sua verdadeira vocação, que é o agronegócio. Muito obrigado.

O Secretário Aracely de Paula - Gostaríamos de fazer apenas duas observações sobre os temas que foram abordados. Em determinados setores, existe uma linha muito tênue entre a cultura e o turismo, ficando difícil, às vezes, identificar onde termina um e começa o outro. Em determinados setores há um distanciamento maior. Falando de cultura, gostaria de fazer uma menção ao trabalho que o Secretário Nascimento e Silva está realizando, com toda a sua vivência, procurando dar um tratamento prioritário à cultura, em Minas Gerais. É um trabalho que tem que ser reconhecido pelos mineiros. Diante da ótica do Governo participativo do Governador Aécio Neves, acho que a cultura está pontificando, em vista das limitações orçamentárias. No que tange ao turismo, quando se fala em Estrada Real, uma das preocupações é a preservação dos nossos valores históricos e culturais. Disse no início que a Estrada Real é o caminho natural da nossa história, da nossa cultura e da nossa arte, e o principal é preservá-la e resgatá-la, mas não nos cobrem a coisa pronta porque estamos no início da caminhada, mas há uma predisposição muito grande de atingir esses objetivos. Ainda ontem, na Secretaria de Turismo, recebemos um projeto muito bem elaborado, da Prefeitura de Ouro Preto, e referendado pela Secretaria de Desenvolvimento Social e pela Secretaria do Planejamento, que visa à preservação, agregando valores novos no entorno de Ouro Preto.

Essa preocupação existe e está muito mais acentuada agora, e fico feliz pelo fato de a sociedade estar se manifestando e cobrando essa participação dos governantes. Esta discussão de hoje é uma demonstração eloqüente de que os tempos e o próprio planejamento estratégico de Minas Gerais estão mudando. Cumprimento o Dr. Tadeu, que dá uma demonstração de que o Governo quer dialogar, não quer ser o dono da verdade. Ele quer conhecer o pensamento da sociedade como um todo, para encontrar as melhores soluções. O planejamento foi feito de modo altamente participativo, e todos tiveram a oportunidade de opinar. Estamos na Assembléia Legislativa, nesta audiência pública, para trazer e reforçar a disposição do Governo de debater de maneira franca e aberta. Estamos desarmados perante a sociedade. Queremos ouvir, aprender com a experiência dos outros e talvez acrescentar alguma coisa para a qual tenhamos condições. Sempre buscamos este objetivo maior: o bem-estar do Estado.

Disse e repetirei que estamos vivendo um momento peculiar da vida brasileira, quando temos um Presidente, um Governador e um Prefeito que querem realmente acertar. Eles se colocam acima das eventuais divergências político-partidárias ou de quaisquer outros desencontros, a fim de procurar a convergência das suas ações. Estamos realmente trabalhando para viabilizar o Brasil, e a cultura está sendo, de fato, cuidada. Fica aqui o meu elogio público ao Secretário Nascimento Silva.

Quanto aos albergues da Estrada Real, queria dizer que o diagnóstico está sendo feito no seu entorno, a fim de se levantarem as necessidades dos frequentadores da região. O diagnóstico que está sendo feito determinará os equipamentos a serem construídos, e está sendo feito com muita atenção e carinho, porque é um fomentador, um indutor da participação, principalmente dos jovens, no processo de desenvolvimento do turismo.

Sobre a participação dos estudantes nesse processo, a Secretaria está estabelecendo, sim, parcerias com mais de 40 faculdades de Turismo em Minas Gerais. Não são apenas as de Belo Horizonte, como a Newton Paiva, a UNA e a Católica que estão participando dos nossos programas. Os levantamentos e os diagnósticos estão sendo feitos pelos estudantes. Há um envolvimento completo deles, e o que é muito mais importante e fascinante é a espontaneidade. Percebemos que o jovem está disposto a redescobrir Minas Gerais. O levantamento que está sendo feito nos circuitos turísticos são espontâneos e realizados pelas faculdades. O trabalho apresentado é uma visão da nova Minas e está sendo feito pelas universidades, o que é muito importante.

Encerrando as minhas palavras, diria que, quando assumimos a Secretaria, não estávamos lá para levantar dúvidas nem fazer constatações sobre Governos passados. Encontramos na Secretaria números, levantamentos, dados e estatísticas que nos permitiam fazer comparações. Por isso, digo e repito: evitarei citar números quando se fala da Secretaria. Trocarei os números pelas idéias.

Posso brigar pelas idéias mas, quanto aos números, posso duvidar deles, porque não tenho um referencial dentro da Secretaria.

Agradeço ao Presidente e aos senhores presentes, dizendo que estamos muito à vontade, conversando com Minas Gerais, na Casa em que o povo é representado, dentro desse processo magnífico, a democracia, que está reflorescendo em nosso País. Muito obrigado.

O Sr. Presidente - A Presidência informa ao Plenário que às 14 horas iniciam-se os grupos de trabalho, com mais 220 pessoas inscritas. O Grupo 1, sobre infra-estrutura, se reunirá no Auditório; o Grupo 2, sobre agricultura, serviços e indústria, no Plenarinho IV; e o Grupo 3, sobre energia e meio ambiente, no Teatro.

O Subsecretário Tadeu Barreto Guimarães - Foi-me dirigida uma única pergunta a respeito de avaliação e acompanhamento, e seu autor já se ausentou do Plenário. Quero dizer que uma das inovações desse processo é o sistema de acompanhamento e avaliação. O planejamento executado até agora foi difícil, mas o maior desafio será implementar o planejado; gerenciar os projetos estruturadores, ampliar a capacidade institucional e operacional, tanto do Poder Executivo, quanto do Legislativo, e acompanhar os instrumentos de planejamento, que são o PPAG e o Orçamento.

Já fizemos algumas inovações. Hoje, o Orçamento está diretamente ligado ao PPAG; tentamos quebrar a inércia orçamentária. Temos pronto o sistema de informação gerencial de Planejamento, por meio do qual a população pode acessar o que foi planejado. Temos, já incluído, um artigo no projeto de lei que está em tramitação na Assembléia, no PPAG, que pressupõe três questões diretamente ligadas à implementação e à avaliação. Uma delas é a proposta de criar os indicadores de acompanhamento e avaliação, em conjunto com a Fundação João Pinheiro, a Consultoria Técnica da Assembléia e a Escola do Legislativo; a outra, a realização de audiências públicas - o que já acertamos com o Presidente da Comissão de Participação Popular - mais amplas, no primeiro semestre do próximo ano. E, a terceira, que a cada ano, até o dia 15 de junho, seja apresentada uma reavaliação do planejamento. São avanços para enfrentar o desafio maior, que é a implementação e a avaliação.

Quero agradecer a presença dos executivos-chave do Governo nessa área de desenvolvimento econômico. Quero fazer, de público, um agradecimento ao Governador Aécio Neves, que determinou a presença do Poder Executivo nesta audiência, pela importância que dá ao Poder Legislativo, pela sua própria carreira. Como disse o ex-Presidente desta Casa, Deputado Agostinho Patrús, é histórico em Minas Gerais que o Poder Executivo se disponha a discutir suas políticas públicas com o Poder Legislativo e com a sociedade.

Agradeço ao Deputado André Quintão, Presidente da Comissão de Participação Popular, que teve a iniciativa dessas audiências.

O Sr. Presidente - Muito obrigado. Quero dirigir-me aos telespectadores. Há aproximadamente 200 cidades acompanhando, ao vivo, esta audiência pública, que será reprisada. As apresentações estarão disponíveis a partir de 10 de outubro de 2003, no "site" www.almg.gov.br/eventos.

Em nome da Assembléia, quero agradecer a presença de todos os Secretários e representantes do Governo Estadual. Especialmente nós, da Comissão de Participação Popular, ficamos muito felizes com essa presença maciça do Governo Estadual. Acredito, Subsecretário Tadeu, no Governador Aécio Neves, pelo fato de ter sido criada, quando Presidente da Câmara dos Deputados, a Comissão de Legislação Participativa, e por ter estado aqui pessoalmente no ato de instalação da Comissão de Participação Popular. Sem dúvida, fico à vontade para externar o reconhecimento e a valorização dessa Comissão e dessas audiências públicas, a partir do empenho da SEPLAG e de todas as outras Secretarias incorporadas a esse processo.

A Presidência agradece aos expositores e demais autoridades e participantes pela presença, informando que, no dia 16 de outubro, o tema a ser discutido será "Desenvolvimento Social"; 30 de outubro, "Modernização Administrativa e Gestão-Qualidade dos Serviços Públicos"; e, ainda, que no dia 24 de outubro haverá uma audiência de interiorização, na cidade de Araçuaí.

Encerramento

O Sr. Presidente - Cumprido o objetivo da convocação, a Presidência encerra a reunião, convocando os Deputados para a reunião ordinária de logo mais, às 14 horas, com a ordem do dia já publicada. Levanta-se a reunião.

ATA DA 18ª REUNIÃO Extraordinária da Comissão de Direitos Humanos, em 9/10/2003

Às 15h15min, comparecem no Plenário do CREA-MG os Deputados Durval Ângelo, José Henrique (substituindo este ao Deputado Gilberto Abramo, por indicação da Liderança do PMDB) e Maria Tereza Lara (substituindo o Deputado Biel Rocha, por indicação da Liderança do PT), membros da supracitada Comissão. Está presente, também, o Deputado Alencar da Silveira Jr. Havendo número regimental, o Presidente, Deputado Durval Ângelo, declara aberta a reunião e dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelo Presidente da Comissão. A Presidência informa que a reunião se destina a debater o Projeto de Lei Municipal nº 1.446/2003, do Vereador Walter Tosta, da Câmara Municipal de Belo Horizonte, que estabelece regras de garantia ao acesso das pessoas portadoras de deficiência física no transporte coletivo por ônibus no Município de Belo Horizonte. Passa-se à 3ª Fase da Ordem do Dia, compreendendo a discussão e a votação de proposições da Comissão. Submetidos a votação, cada um por sua vez, são aprovados oito requerimentos do Deputado Durval Ângelo, em que solicita sejam encaminhados ofícios ao Chefe da Polícia Civil do Estado, pedindo informações sobre o número e o nome dos servidores "ad hoc" que se encontram à disposição da Polícia Civil na Delegacia de Igarapé; e ao Ministro das Cidades, solicitando realização de estudos da questão social provocada pela ocupação de prédios da R. Clorita, no Bairro Santa Tereza, nesta Capital; sejam encaminhadas à Promotoria de Direitos Humanos as notas taquigráficas da reunião desta Comissão do dia 2/10/2003; seja agendada audiência desta Comissão com o Sr. Antônio Augusto Junho Anastasia, Secretário de Planejamento e Gestão, para discutir a situação dos moradores dos prédios mencionados; seja realizada reunião extraordinária desta Comissão no dia 13/10/2003, às 13 horas, destinada a ouvir testemunhas e vítimas da prática de tortura; seja realizado no dia 14/10/2003, às 15 horas, em frente ao fórum da Comarca de Ouro Preto, um ato público com a participação dos membros da Comissão, pela passagem dos dois anos de falecimento da estudante Aline Silveira Soares, assassinada no dia da realização de uma festa estudantil naquela cidade; seja realizada audiência pública, com os convidados que menciona, para debater o estabelecimento de uma rede de proteção aos refugiados no Estado, com vistas à garantia de acesso ao mercado de trabalho e ao ensino superior, bem como de auxílio material para a permanência de estudantes refugiados em estabelecimentos desse nível de ensino; e seja realizada reunião da Comissão na Câmara Municipal de Divinópolis, para, em audiência pública, debater denúncias de prostituição infantil e violência sexual praticada contra menores naquele município. A Presidência destina esta parte da reunião a ouvir os convidados e registra a presença dos Srs. João Batista de Oliveira, Subsecretário de Direitos Humanos da Secretaria de Desenvolvimento Social e Esportes; Simone Montez Pinto Monteiro, Promotora de Justiça e Coordenadora Estadual do Centro de Apoio Operacional das Promotorias de Defesa dos Direitos das Pessoas Portadoras de Deficiência e Idosos; Iolanda Maria Sapucaia de Oliveira, Presidenta da Associação Mineira dos Paraplégicos; Flávio Oliveira, Superintendente da Coordenadoria de Apoio e Assistência à Pessoa Deficiente da Secretaria de Desenvolvimento Social e Esportes; Andréia Melo, da Associação Mineira de Paraplégicos; Ana Paula Mendes, Promotora de Justiça; e Wadson Lima, Vereador à Câmara Municipal de Belo Horizonte, os quais tomam assento à mesa. O Deputado Durval Ângelo, autor do requerimento que deu origem ao debate, tece suas considerações iniciais. Logo após, passa a palavra aos convidados, para que façam suas exposições. Abertos os debates, segue-se ampla discussão, conforme consta das notas taquigráficas. Cumprida a finalidade da reunião, a Presidência agradece a presença dos parlamentares, convoca os membros da Comissão para a próxima reunião, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 13 de outubro de 2003.

Durval Ângelo, Presidente.

ORDENS DO DIA

Ordem do dia DA 88ª reunião ordinária, EM 16/10/2003

1ª Parte

1ª Fase (Expediente)

(das 14 horas às 14h15min)

Leitura e aprovação da ata da reunião anterior. Leitura da correspondência.

2ª Fase (Grande Expediente)

(das 14h15min às 15h15min)

Apresentação de proposições e oradores inscritos.

Interrupção da reunião para prosseguimento da discussão do Plano Mineiro de Desenvolvimento Integrado - PMDI - e do Plano Plurianual de Ação Governamental - PPAG.

2ª Parte (Ordem do Dia)

1ª Fase

(das 15h15min às 16h15min)

Comunicações da Presidência. Apreciação de pareceres e requerimentos.

2ª Fase

(das 16h15min às 18 horas)

(Regimental)

Discussão e votação de pareceres de redação final.

Ordem do dia da 20ª reunião ordinária da comissão de Constituição e Justiça, a realizar-se às 9h30min do dia 16/10/2003

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de pareceres sobre proposições sujeitas à apreciação do Plenário da Assembléia:

No 1º turno: Projetos de Lei nºs 913/2003, do Deputado Domingos Sávio; 916/2003, do Deputado Adalclever Lopes; 990/2003, da Deputada Ana Maria Resende; 1.029/2003, do Deputado Fahim Sawan; 1.050/2003, do Deputado Ricardo Duarte; 1.068/2003, do Deputado Paulo Piau; 1.079 a 1.083/2003, do Vice-Governador do Estado; 1.093/2003, do Deputado Leonardo Moreira; e 1.105/2003, do Deputado Fahim Sawan.

Em turno único: Projeto de Lei nº 1.062/2003, da Deputada Lúcia Pacífico.

Discussão e votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário da Assembléia:

Em turno único: Projeto de Lei nº 1.108/2003, do Deputado Leonardo Quintão.

Discussão e votação de proposições da Comissão.

Ordem do dia da 10ª reunião ordinária da comissão de Participação Popular, a realizar-se às 14h30min do dia 16/10/2003

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relatores.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de proposições da Comissão.

Ordem do dia da 5ª reunião ordinária da comissão Especial do Anel Rodoviário, a realizar-se às 15h30min do dia 21/10/2003

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Finalidade: Tratar da ocupação irregular das faixas de domínio do Anel Rodoviário de Belo Horizonte, a pedido dos Deputados Fábio Avelar, Célio Moreira e André Quintão.

Discussão e votação de proposições da Comissão.

EDITAIS DE CONVOCAÇÃO DE REUNIÃO

Edital de Convocação

Reunião Especial da Assembléia Legislativa

O Presidente da Assembléia Legislativa do Estado de Minas Gerais, no uso da atribuição que lhe confere o art. 82, XVII, do Regimento Interno, convoca reunião especial da Assembléia para as 9 horas do dia 16/10/2003, destinada à discussão do Plano Mineiro de Desenvolvimento Integrado - PMDI - e do Plano Plurianual de Ação Governamental - PPAG - coordenada pela Comissão de Participação Popular.

Palácio da Inconfidência, 15 de outubro de 2003.

Mauri Torres, Presidente.

EDITAL DE CONVOCAÇÃO

Reunião Extraordinária da Comissão de Administração Pública

Nos termos regimentais, convoco os Deputados Paulo Piau, Fábio Avelar, Leonardo Quintão, Dalmo Ribeiro Silva, Jô Moraes e Dinis Pinheiro,

membros da supracitada Comissão, para a reunião a ser realizada em 16/10/2003, às 15h45min, na Sala das Comissões, com a finalidade de se apreciarem o Projeto de Lei Complementar nº 36/2003 e proposições da Comissão.

Sala das Comissões, 15 de outubro de 2003.

Domingos Sávio, Presidente.

EDITAL DE CONVOCAÇÃO

Reunião Extraordinária da Comissão de Ética e Decoro Parlamentar

Nos termos regimentais, convoco os Deputados Fábio Avelar, Biel Rocha, Célio Moreira, Gilberto Abramo, Gustavo Valadares e Padre João, membros da supracitada Comissão, para a reunião a ser realizada em 16/10/2003, às 14 horas, na Sala das Comissões, com a finalidade de discutir e votar proposições de interesse da Comissão.

Sala das Comissões, 15 de outubro de 2003.

Dalmo Ribeiro Silva, Presidente.

EDITAL DE CONVOCAÇÃO

Reunião Conjunta das Comissões de Constituição e Justiça e de Fiscalização Financeira e Orçamentária

Nos termos regimentais, convoco os Deputados Bonifácio Mourão, Gilberto Abramo, Durval Ângelo, Gustavo Valadares, Leonardo Moreira e Leonídio Bouças, membros da Comissão de Constituição e Justiça; Jayro Lessa, Chico Simões, Doutor Viana, José Henrique, Mauro Lobo e Sebastião Helvécio, membros da Comissão de Fiscalização Financeira e Orçamentária, para a reunião a ser realizada em 16/10/2003, às 15 horas, na Sala das Comissões, com a finalidade de se debaterem os Projetos de Lei nºs 1.078 a 1.083/2003, do Governador do Estado, e se discutirem e votarem proposições das Comissões. Estão convidadas a participarem desta reunião as Comissões de Defesa do Consumidor e do Contribuinte, de Segurança Pública, de Administração Pública e de Meio Ambiente.

Sala das Comissões, 15 de outubro de 2003.

Ermano Batista, Presidente.

EDITAL DE CONVOCAÇÃO

Reunião Extraordinária da Comissão de Meio Ambiente e Recursos Naturais

Nos termos regimentais, convoco os Deputados Doutor Ronaldo, Fábio Avelar, José Milton e Leonardo Quintão, membros da supracitada Comissão, para a reunião a ser realizada em 20/10/2003, às 10 horas, no Auditório da Câmara Municipal de Governador Valadares, com a finalidade de debater, em audiência pública, as conseqüências do incêndio ocorrido no Pico do Ibituruna, avaliar suas causas e propor iniciativas a serem tomadas pelo poder público e pela sociedade civil para recuperação da área atingida.

Sala das Comissões, 15 de outubro de 2003.

Maria José Haueisen, Presidente.

TRAMITAÇÃO DE PROPOSIÇÕES

Parecer para Turno Único do Projeto de Lei Nº 747/2003

Comissão de Educação, Cultura, Ciência e Tecnologia

Relatório

De iniciativa do Deputado João Bittar, o projeto de lei ora analisado propõe seja declarado de utilidade pública o Grupo de Capoeira Novo Estilo, com sede no Município de Araguari.

Preliminarmente, foi a matéria encaminhada à Comissão de Constituição e Justiça, que concluiu por sua juridicidade, constitucionalidade e legalidade e apresentou-lhe a Emenda nº 1. Vem agora a esta Comissão para deliberação conclusiva, conforme preceitua o art. 103, I, "a", do Regimento Interno.

Fundamentação

O Grupo de Capoeira Novo Estilo, sem fins lucrativos, possui como objetivo principal a defesa dessa manifestação cultural.

Dessa forma, ensina, incentiva e difunde a prática da capoeira, utilizando-a como instrumento educativo, para cumprir sua meta de aliar educação e esporte.

É inegável que seu trabalho é de suma importância para a promoção do esporte e da cultura, pelo que ajuizamos conveniente e justa a pretensão de se lhe outorgar o título declaratório de utilidade pública.

Conclusão

Diante do relatado, somos pela aprovação do Projeto de Lei nº 747/2003 com a Emenda nº 1, da Comissão de Constituição e Justiça.

Sala das Comissões, 14 de outubro de 2003.

Ana Maria Resende, relatora.

Parecer para Turno Único do Projeto de Lei Nº 899/2003

Comissão de Educação, Cultura, Ciência e Tecnologia

Relatório

O Projeto de Lei nº 899/2003, do Deputado Dalmo Ribeiro Silva, objetiva declarar de utilidade pública a Associação do Coral da Assembléia Legislativa do Estado de Minas Gerais, com sede no Município de Belo Horizonte.

Inicialmente, foi a matéria encaminhada, para exame preliminar, à Comissão de Constituição e Justiça, que concluiu por sua juridicidade, constitucionalidade e legalidade, na forma proposta. Cabe agora a este órgão colegiado deliberar conclusivamente sobre o projeto, conforme preceitua o art. 103, I, "a", do Regimento Interno.

Fundamentação

A referida Associação foi instituída com a finalidade de oferecer suporte técnico, administrativo e financeiro ao Coral da Assembléia Legislativa, para a realização de suas apresentações em Minas Gerais e outros Estados.

Dessa forma, participa de eventos em instituições beneficentes, escolas, entidades públicas e privadas ou em qualquer outro espaço destinado a manifestações culturais.

Promove a integração com outros grupos, por meio de contato com movimentos corais de diversas localidades.

Considerada a natureza das atividades do Coral, julgamos justa a pretensão de se lhe conceder o título de utilidade pública.

Conclusão

Pelo relatado, opinamos pela aprovação do Projeto de Lei nº 899/2003.

Sala das Comissões, 14 de outubro de 2003.

Ana Maria Resende, relatora.

Parecer para Turno Único do Projeto de Lei Nº 946/2003

Comissão de Educação, Cultura, Ciência e Tecnologia

Relatório

O Projeto de Lei nº 946/2003, do Deputado Neider Moreira, propõe seja declarada de utilidade pública a Sociedade Columbófila Itaunense - ITACOL -, com sede no Município de Itaúna.

Preliminarmente, foi a matéria encaminhada à Comissão de Constituição e Justiça, que concluiu por sua juridicidade, constitucionalidade e legalidade. Cabe agora a esta Comissão deliberar conclusivamente sobre o projeto, conforme preceitua o art. 103, I, "a", do Regimento Interno.

Fundamentação

A Sociedade Columbófila Itaunense possui por finalidades precípua: a) estimular, orientar e fiscalizar a criação de pombos-correios entre os associados; b) ministrar instruções e conhecimentos técnicos, promovendo concursos, exposições e reuniões; c) empreender, por meio da imprensa, ampla divulgação dos conhecimentos gerais sobre a criação e proteção do pombo-correio; d) manter relações com sociedades congêneres no território nacional e internacional, tendo como princípio o desenvolvimento da columbofilia brasileira.

É inegável que o trabalho desenvolvido por essa entidade é de grande importância na preservação dos pombos-correios, pelo que ajuizamos conveniente e justa a pretensão de se lhe outorgar o título declaratório de utilidade pública.

Conclusão

Pelo exposto, somos pela aprovação do Projeto de Lei nº 946/2003.

Sala das Comissões, 14 de outubro de 2003.

Sidinho do Ferrotaco, relator.

Parecer para o 1º Turno do Projeto de Lei Nº 539/2003

Relatório

De autoria do Deputado Antônio Carlos Andrada, o Projeto de Lei nº 539/2003 dispõe sobre a elaboração de planos de manejo florestal simplificados.

Preliminarmente, a Comissão de Constituição e Justiça concluiu pela juridicidade, constitucionalidade e legalidade da matéria com a Emenda nº 1, que apresentou. A proposição vem, agora, a esta Comissão para receber parecer quanto ao mérito, nos termos do art. 102, VIII, c/c o art. 188, do Regimento Interno.

Fundamentação

O projeto de lei em análise estabelece que as propriedades rurais de até 150ha que tenham mais de 50% de sua superfície coberta por vegetação submetida a regimes de preservação permanente e reserva legal poderão apresentar plano de manejo florestal simplificado, o qual será elaborado por profissional habilitado em conformidade com a orientação técnica do órgão competente. Estabelece, também, que os proprietários rurais de áreas de até 50ha terão assistência técnica gratuita do Estado, diretamente ou por meio de empresa pública, na elaboração do referido plano de manejo.

O manejo florestal compreende o planejamento, o controle e o ordenamento do uso dos recursos florestais disponíveis, de modo a obter o máximo de benefícios econômicos e sociais, respeitando-se os mecanismos de auto-sustentação do ecossistema objeto do manejo. Plano de manejo florestal é o documento elaborado por profissional legalmente habilitado, de acordo com normas específicas, no qual são estabelecidos os procedimentos e técnicas que assegurem a sustentabilidade econômica e ambiental de empreendimentos que visem à exploração de formações florestais nativas ou plantadas.

A Lei nº 14.309, de 2002, que dispõe sobre as políticas florestal e de proteção à biodiversidade, determina que a exploração de vegetação nativa por pessoa física ou jurídica somente será realizada por meio de plano de manejo analisado e aprovado pelo órgão competente, que fiscalizará sua aplicação. Também determina, em seu art. 34, que os agricultores familiares e pequenos produtores terão assistência técnica gratuita, por parte dos órgãos técnicos estaduais, para a elaboração de planos de manejo florestal. Essa mesma lei, em consonância com normas federais, restringe o uso das áreas de preservação permanente e de reserva legal, nas quais não se permite a supressão de vegetação nativa para fins comerciais.

A portaria do Instituto Estadual de Florestas - IEF - nº 54, de 25/8/97, que dispõe sobre normas para elaboração de plano de manejo florestal, define três modalidades de plano de manejo, de acordo com a extensão da área envolvida, e detalha as respectivas exigências e procedimentos: para áreas de até 100ha pode-se elaborar o plano de manejo simplificado-simultâneo - modalidade de menor complexidade técnica e operacional; para áreas entre 100 e 300ha há o plano de manejo simplificado; e, finalmente, para áreas acima de 300ha exige-se o plano de manejo de rendimento sustentado.

De acordo com os dados acima, nas propriedades rurais de até 150ha que porventura tenham mais de 50% de sua superfície sob os regimes de preservação permanente e reserva legal, já se permite a elaboração do plano de manejo simplificado para a exploração de todo o restante da propriedade não enquadrado nesses regimes. Dessa forma, entendemos que os objetivos da proposição já se encontram regulamentados de forma adequada, com mecanismos que permitem a exploração sustentada de reservas florestais nativas e asseguram a assistência técnica gratuita aos pequenos produtores na elaboração de planos de manejo florestal.

Esse também é o entendimento do IEF, órgão responsável pela condução da política florestal no Estado, conforme documento enviado a este relator pela assessoria técnica daquela autarquia. Nesse documento evidencia-se que não são oportunas as inovações que ora se propõem na legislação florestal em vigor.

Conclusão

Em face do exposto, opinamos pela rejeição do Projeto de Lei nº 337/2003.

Sala das Comissões, 15 de outubro de 2003.

Maria José Haueisen, Presidente - Fábio Avelar, relator - Doutor Ronaldo.

Parecer para o 1º Turno do Projeto de Lei Nº 854/2003

Comissão de Transporte, Comunicação e Obras Públicas

Relatório

De autoria do Deputado Doutor Ronaldo, o Projeto de Lei nº 854/2003 dispõe sobre a inclusão de cláusula nos contratos de concessão de serviços públicos de transportes intermunicipais, a qual contenha a obrigatoriedade de reserva de espaço para publicidade no interior de ônibus.

A Comissão de Constituição e Justiça perdeu prazo para emissão de parecer sobre a matéria. Por consequência, o autor apresentou requerimento em que solicita que esta Comissão aprecie a proposição.

Vem, agora, a proposição a esta Comissão para receber parecer, nos termos regimentais.

Fundamentação

A proposição sob análise objetiva incluir nos contratos de concessão de serviços públicos intermunicipais de passageiros cláusula que torna obrigatória a reserva de espaço, no interior dos ônibus, para afixação de cartazes sobre pessoas desaparecidas.

Argumenta o autor que, por ser o ônibus veículo de transporte de massa, com grande fluxo de passageiros, as pessoas, ao verem os cartazes

com as fotos e nomes dos desaparecidos, poderiam identificar algumas delas, ajudando assim na sua localização.

A Constituição Federal dispõe, no seu art. 175, que incumbe ao poder público, na forma da lei, diretamente ou sob regime de concessão ou permissão, sempre por meio de licitação, a prestação de serviços públicos. Dispõe, ainda, que cabe ao legislador estadual a tarefa de elaborar lei que disponha sobre o regime das empresas concessionárias e permissionárias, os direitos dos usuários, a política tarifária e a obrigação de manter serviços adequados.

Na esfera estadual, a Constituição mineira estatui, em seu art. 10, inciso IX, que o transporte rodoviário estadual de passageiros é serviço público de competência do Estado, podendo este delegar a sua prestação a terceiros, mediante contrato de concessão, observados os ditames legais. Em nosso Estado o transporte é explorado por empresas particulares, segundo o regime de concessão. Segundo o art. 43 da Constituição Estadual, o citado transporte é considerado função de interesse comum das regiões metropolitanas e aglomerações urbanas, sendo, portanto, regulamentado pelo Estado. Ao DER-MG compete conceder ou explorar diretamente o mencionado serviço, quer no âmbito intermunicipal, quer no âmbito metropolitano.

A fim de se regulamentar a questão, editou-se a Lei nº 10.453, de 1991, que dispõe no seu art. 2º: "Para os fins desta lei, entende-se por concessão a delegação pelo poder público da execução de serviço público a terceiros, por prazo determinado e condições estabelecidas no regulamento e contrato respectivos, visando atender ao interesse público, mediante contrato de concessão de direito público". (Grifo nosso.)

Felizmente, a doutrina ampara o entendimento do autor do projeto. Segundo o art. 25 do Decreto nº 32.656, de 1991, que contém o Regulamento do Serviço de Transporte Coletivo Rodoviário Intermunicipal do Estado de Minas Gerais, a publicidade em veículo só será permitida com autorização prévia do DER-MG. Excetuam-se os cartazes referentes a festas regionais, comemorações oficiais e eventos patrocinados por entidades filantrópicas devidamente reconhecidas por lei, sendo proibida a veiculação de propaganda política de qualquer espécie.

Dessa forma, tratando-se de serviço regulamentado pelo Estado, não há óbice jurídico à aprovação do projeto em exame, mesmo porque o impacto financeiro da propositura frente ao inegável benefício social praticamente inexistente.

Oportuno registrarmos, como anota o emérito Prof. Hely Lopes Meirelles, que qualquer modificação unilateral, posterior, da norma legal ou regulamentar, ou de cláusula contratual pertinente ao serviço não invalida as vantagens contratuais asseguradas ao concessionário, porque tais modificações não podem ter efeito retroativo prejudicial ao direito adquirido, preservado por disposição constitucional (art. 5º, inciso XXXVI) - ("Direito Administrativo Brasileiro", 13ª edição, 1987, pg. 326).

Conclusão

Em face do exposto, opinamos pela aprovação do Projeto de Lei nº 854/2003, no 1º turno.

Sala das Comissões, 14 de outubro de 2003.

Célio Moreira, Presidente e relator - Laudelino Augusto - Sidinho do Ferrotaco.

COMUNICAÇÃO DESPACHADA PELO SR. PRESIDENTE

COMUNICAÇÃO

- O Sr. Presidente despachou, em 14/10/2003, a seguinte comunicação:

Do Deputado Wanderley Ávila, notificando o falecimento da Sra. Maria Cota Massanti, ocorrido em 7/10/2003, nesta Capital. (- Ciente. Oficie-se.)

MATÉRIA ADMINISTRATIVA

Ato da Presidência

Nos termos do art. 54, III, §§ 1º e 7º, do Regimento Interno, a Presidência concede licença para tratamento de saúde ao Deputado Carlos Alberto Bejani, matrícula 9653-9, no período de 8 a 10/10/2003.

Mesa da Assembléia, 15 de outubro de 2003.

Mauri Torres, Presidente.

AVISO DE LICITAÇÃO

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 36/2003

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 14/2003

Objeto: contratação de seguro total, através de seguradora, sem interveniência de corretora, para 1 veículo Vectra CD 2.2, ano de fabricação 2003, modelo 2004.

Licitante vencedora: Liberty Paulista Seguros S.A.

Eduardo de Mattos Fiuza, Pregoeiro.